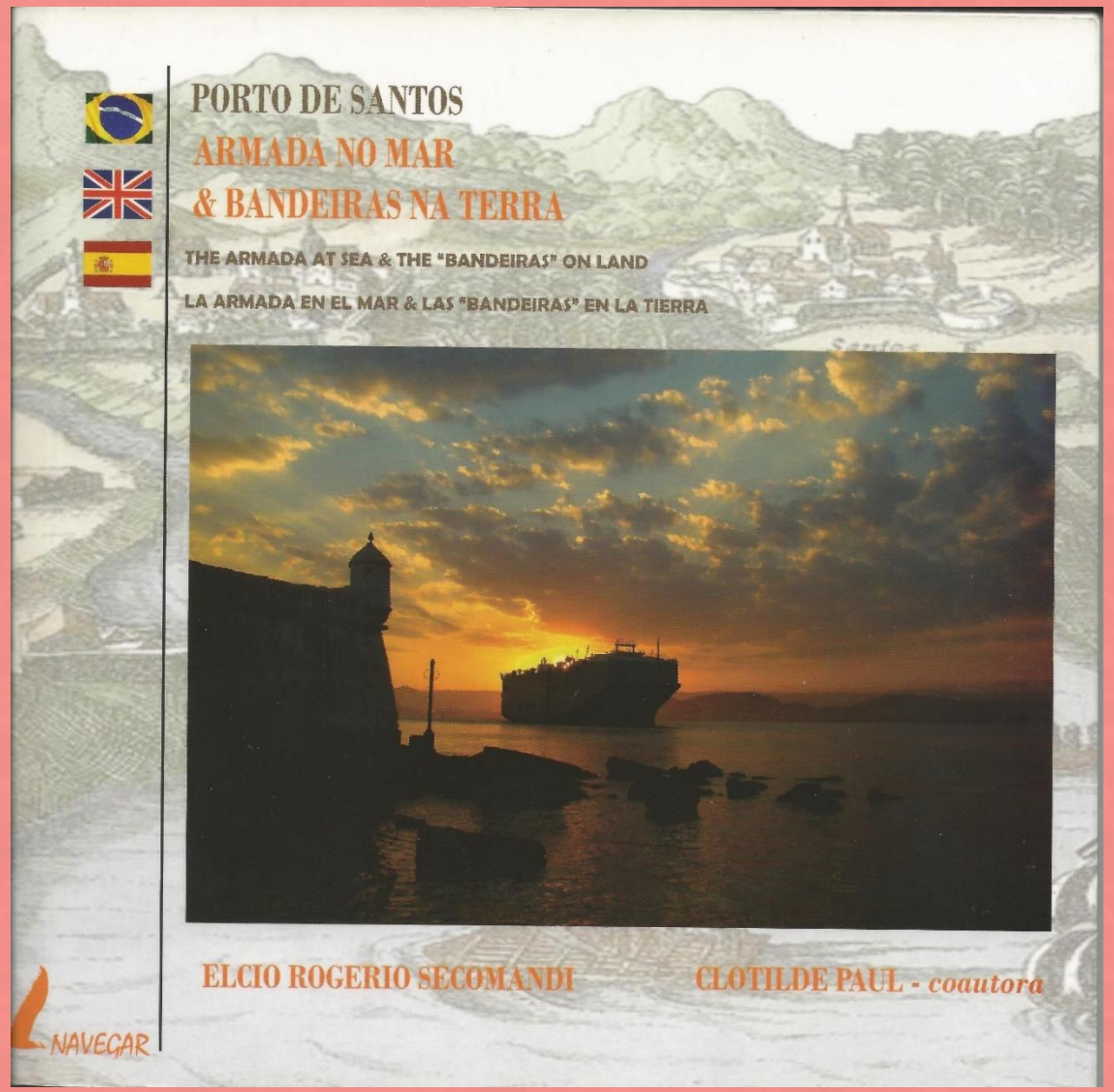
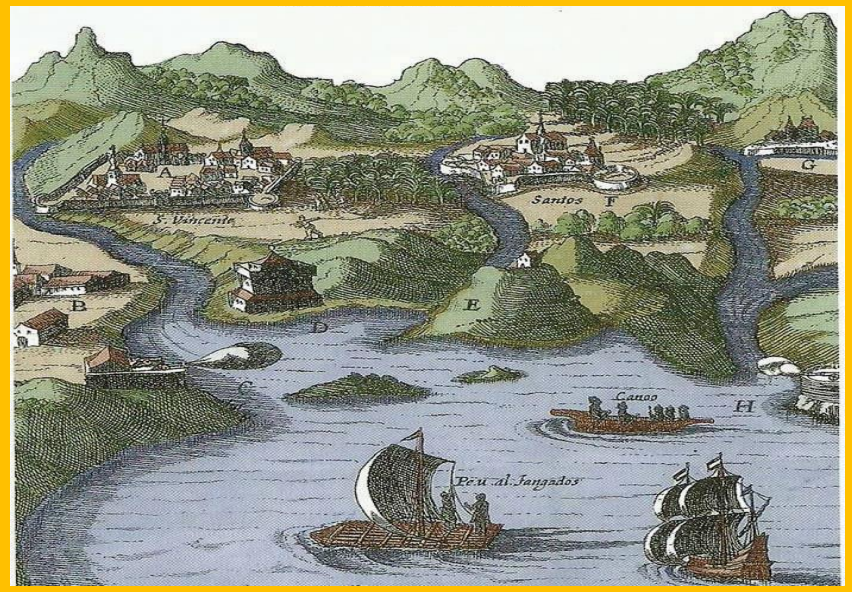


"No mar, tanta tormenta e tanto dano (...)
Na terra tanta guerra, tanto engano"
Luís de Camões. Os Lusíadas, 1572

4 edições impressas
1ª versão digital / 2020



PORTO DE SANTOS
_ Armada no mar & Bandeiras na terra

ELCIO ROGERIO SECOMANDI
CLOTILDE PAUL, Coautora

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

Fundação Cultural Exército Brasileiro
Na História do Exército, a Grandeza do Brasil

Versão digital / 2020

Atualizada





O autor é membro efetivo das seguintes instituições culturais:

FEDERAÇÃO DE ACADEMIAS DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL

Fundação Cultural Exército Brasileiro

ICOFORT

ICOMOS Brasil

PORTO DE SANTOS

_ Armada no mar & Bandeiras na terra

“BEM-VINDO AO TAPETE MÁGICO DA HISTÓRIA”

Este livro digital contém relatos históricos – com muita iconografia e pouca prosa – sobre o “colar” de fortificações que permeia o vasto perímetro da América de origem portuguesa, com ênfase no sistema defensivo do Porto de Santos.

Finaliza esta proposição com adendas referentes ao **Pertencimento** e às **Normas Protetoras do Patrimônio Histórico Cultural**.

Edição “*online*”atualizada em 2020
Quatro edições impressas 2013 / 2014 / 2015
ISBN do livro impresso: 978-85-7076-040-7
ISBN do livro eletrônico: 978-85-912671-0-1
Críticas / Sugestões:
ersecomandi@gmail.com

Diagramação e Editoração da versão digital
Elcio Rogerio Secomandi
Recurso: Power Point vertido em PDF
Ficha Técnica da 4ª edição impressa / página 168



Transportando ideias para o futuro.
Endereço: ***Rua Coronel Emídio Piedade, 659 - São Paulo - SP***
CEP: 03018-010 - Fones: 11 2692-1832 e 3482-5055
Site: ***www.navegareditora.com.br***

Versão digital / 2020

Edições impressas (2013 / 2014 / 2015)

Os autores e a *Navegar Editora* resolveram editar esta em versão digital e coloca-la ao alcance de todas as pessoas físicas e jurídicas que se preocupam com a preservação da nossa História pelo seu perfil militar edificado no colonial.

E, assim, esperam despertar o interesse público pelo tema ***EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Fortes, fortalezas e integração nacional***, disponível no website de professor **www.secomandi.com.br**, com registro de domínio (2011), hospedado e desenvolvido por: **www.webnets.com.br**



PORTO DE SANTOS
Armada no mar & Bandeiras na terra

Os navegantes em mares revoltos e os bandeirantes no oeste bravio ousaram construir uma fantástica história de povoamento e conquistas territoriais que se entrelaçam.

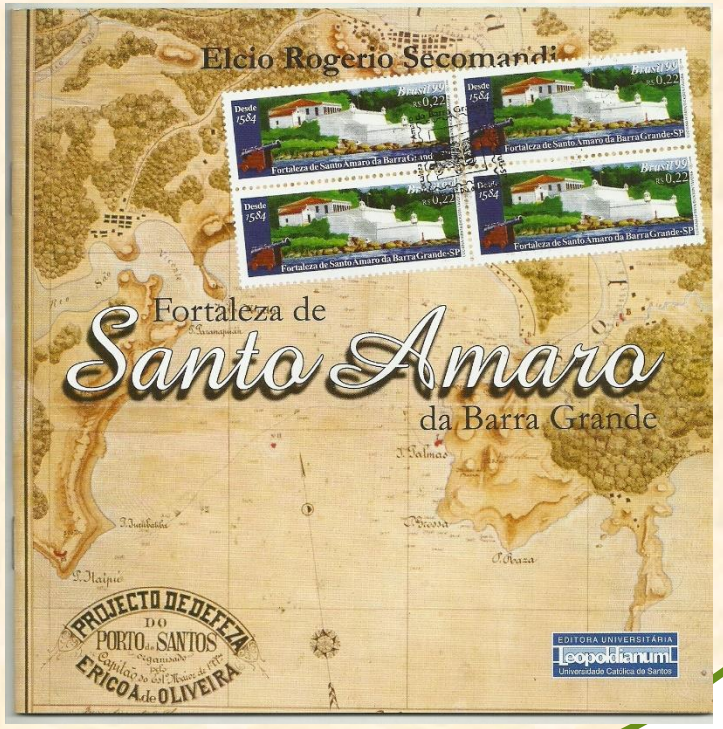
Patrimônio Histórico Nacional

Patrimônio de todos nós!

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

"O maior assombro da nossa História é a unidade nacional"

Alceu de Amoroso Lima / Tristão de Ataíde



Atributos definidores da unidade nacional

1_ "Faseamento" das operações de conquistas territoriais

Projeção do poder colonial pelo mar

Estabelecimento de "cabeças de praia"

Expansão para o Oeste bravio

Exploração econômica para dar sustentabilidade às conquistas territoriais

2_ Leituras

Geopolítica / Geoestratégia / Governança / Sustentabilidade

3_ Três componentes do DNA de uma Nação

Fortificações / Fé Cristã / Idioma

4_ Resultado

Um Brasil "gigante pela própria natureza"



Patrimônio Histórico Nacional,
Patrimônio de todos nós!

PORTO DE SANTOS:
Armada no mar & Bandeiras na terra

PREFÁCIO
1- INTRODUÇÃO 17
2- ESTE LIVRO DIGITAL 21
3- NAVEGANTES & BANDEIRANTES 26
4- ARMADA NO MAR & BANDEIRAS NA TERRA 34
5- INCURSÕES MARÍTIMAS E DEFESA DO LITORAL 40
6- INCURSÕES TERRESTRE E POSSE DA TERRA 46
7- FORTINS, FORTES E FORTALEZAS 52
8- INDIAÇÕES PARA O PATRIMÔNIO MUNDIAL 57
9- PORTO DE SANTOS: SISTEMA DEFENSIVO 71
10- PORTO DE SANTOS:
CIRCUITO TURÍSTICO DOS FORTES 79
ADENDA I – PERTENCIMENTO 97
ADENDA II – NORMAS PROTETORAS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL 125
SONÓPSE ECONÔMICA 152
CRÉDITOS / REFERÊNCIAS

SOMOS TODOS
FORTES
SÃO PAULO

1824
1891
1934
1937
1946
1967
1988



Colaboradores

Professor Doutor Cesar Bargo Perez,

da Universidade Católica de Santos, nos brinda com o "case" prático sobre a QUESTÃO DO PERTENCIMENTO, desenvolvido na Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, Guarujá, SP

Dr Roberto Lemos dos Santos Filho,

Juiz Federal Titular da 5ª Vara Criminal de Santos-SP, nos oferece um estudo constitucional sobre NORMAS PROTETORAS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

Victor Hugo Mori – Arquiteto do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) **www.iphan.gov.br**. Membro do ICOMOS (*International Council on Monuments and Sites*) **www.icomos.org**

O sistema defensivo colonial-militar pode ter diversas leituras: a partir da organização política representada pelas capitanias hereditárias; pelo domínio espanhol; pelo iluminismo pombalino; pela vertente dos ciclos econômicos que se iniciam com o bandeirismo e as fortificações quinhentistas; pela visão religiosa ou pelos oragos de cada fortificação; e, por fim, pelo viés da evolução da história militar, como destacam com rara competência o professor Elcio Rogerio Secomandi e a professora Clotilde Paul.

Victor Hugo Mori

Roberto Tonera (arquiteto coordenador do Projeto Fortalezas Multimídia_UFSC

www.fortalezas.org

Membro do ICOFORT- *International Scientific Committee*

on Fortifications and Military Heritage

www.icofort.org

No período colonial do Brasil, a defesa de inúmeros pontos sensíveis no litoral e na fronteira terrestre gerou a necessidade da construção de expressivos conjuntos de fortificações, os quais, de forma inegável, nos garantiram a posse do território e nos legaram um imenso patrimônio fortificado e de grande valor histórico e cultural.

Roberto Tonera

José Cláudio dos Santos Filho (Coronel do Exército, R1, presidente do ICOFORT

(International Scientific Committe on Fortifications and Military Heritage

www.icofort.org

Secomandi e Clotilde nos inspiram a resgatar uma identidade luso-brasileira tão intensa, permanente e, infelizmente, esquecida, quanto as muralhas que descrevem e os homens que retratam. É um mergulho em nossa essência como povo, em uma epopeia que nos tornou a Nação que hoje somos.

José Cláudio dos Santos Júnior



O compêndio (CEAMA) apresenta duas comunicações dos autores, disponíveis em

http://fortalezas.org/midias/arquivos/2561.pdf

CLOTILDE PAUL, Brasil Brazil, pág 35

"O Coronel José Bonifácio de Andrade e Silva e a Batalha do Côa"

ÉLCIO ROGÉRIO SECOMANDI, Brasil Brazil, pág 131

"Educação Patrimonial: preservar é preciso! - Fortins, Fortes e Fortalezas coloniais na construção da América de origem portuguesa.

In Memoriam

... da Profa. Dra. Clotilde Paul, (1931 – 2015), com quem tive a satisfação e o privilégio de conviver por muitos anos, na Sociedade Visconde de São Leopoldo, na Universidade Católica de Santos, na Academia Santista de Letras, no Instituto Histórico e Geográfico se Santos e em diversas solenidades militares nas quais proferiu palestras sobre os patronos do Exército, das Armas, dos Serviços de Apoio,... e muito mais.

Em 2014 tive a honra de representa-la no *8º Seminário Internacional sobre Fortalezas e Fronteiras*, promovido pelo Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida, cidade histórica de Portugal, onde ocorreu a Batalha do Rio Côa (1810), durante a guerra napoleônica.



Não podendo comparecer, tive a honra de representa-la nos estudos sobre a participação de **José Bonifácio de Andrada e Silva**, Patrôno da nossa Independência, naquela célebre batalha que "ganhou tempo necessário" para a preparação da defesa de Lisboa.

José Bonifácio, como tenente-coronel comissionado do Exército português, comandou um batalhão de professores e alunos da Universidade de Coimbra. Este foi o tema defendido pela saudosa Prof. Dra. Clotilde Paul, pouco conhecido por nós brasileiros.





Em 2015 realizamos juntos duas apresentações sobre temas hitóricos:

_ A reprodução marítima da epopeia que resultou na *Fundação da Cidade do Rio de Janeiro*, revivida 450 anos depois (...), pela ABVC_ Associação Brasileira de Velejadores de Cruzeiro_, com diversos apoios governamentais e institucionais, assumindo cada participante, seus custos operacionais.



CONVITE – SEMANA DA PÁTRIA

A Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/SP convidam para as homenagens à Pátria brasileira.

Dia: 10/09/2015 - (quinta-feira) das 19h30 às 21h30

CALÇADA DE LORENA

Programação

Saudação à Pátria

Profa. Dra. Clotilde Paul - Academia Santista de Letras

Engenharia Militar Colonial: Uma visão histórica e arquitetônica

Cel Art Rfm Elcio Rogério Seromenho - Instituto Histórico e Geográfico de Santos

Engenharia Militar na Atualidade - Gen Bda João Chalréu Júnior 3ª Bda AAAe Forte dos Andradas

Informações, inscrições e local do evento:

AEAS - Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos

Rua Dr. Arthur Assis, 47 - Santos/SP 13 3288-2517 - aeas@aeas.com.br

associação de engenheiros e arquitetos de santos

CREA-SP

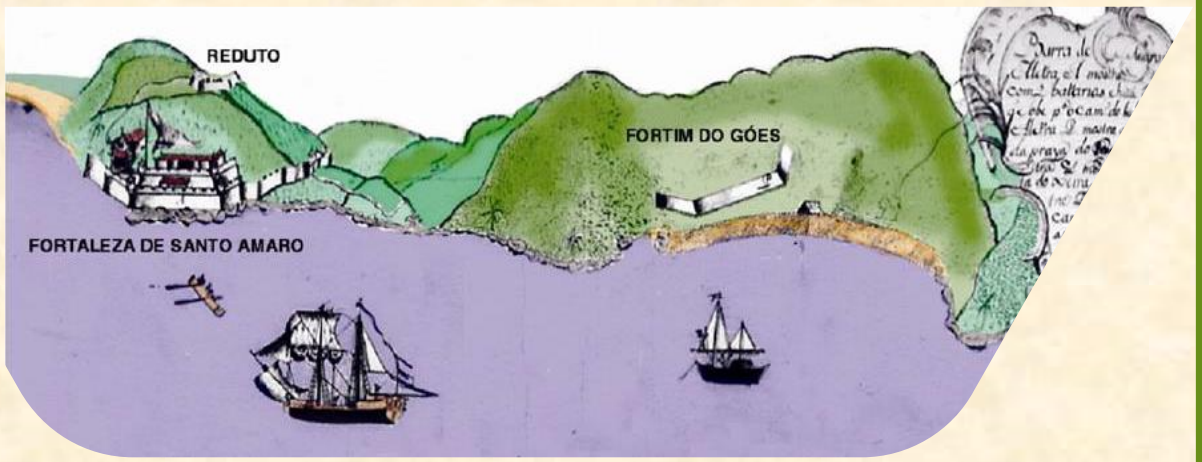
_ Palestra sobre a *Formação da Nacionalidade Brasileira_ o Perfil Militar Colonial e a Engenharia Militar na Atualidade*, em parceria com a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Santos (anfitriã), Primeira Brigada de Artilharia Antiaérea, Comissão Regional de Obras do Comando Militar do Sudeste, Academia Santista de Letras e Instituto Histórico e Geográfico de Santos. O evento cultural marcou a Abertura da Semana da Pátria, 2015, na Baixada Santista.





No dia 15 de maio de 2015 recebemos, juntos, pelas mãos do Gen Bda João Chalella Junior, Comandante da 1ª. Bda AAAe_ Forte dos Andradas_ o diploma conferido pelo Comandante do Exército, Gen Ex Eduardo Dias da Costa Villas Bôas (Portaria nº 205, de 13/03/2014), às "pessoas e instituições que incentivam a pesquisa e difusão da História Militar do Brasil".

Elcio Rogerio Secomandi



1_ INTRODUÇÃO

Professar, propagar, preconizar, apregoar, incentivar (...), são atributos inerentes ao exercício do magistério.

Com este "espírito acadêmico", em linguagem coloquial, muita iconografia e pouca prosa, os autores esperam despertar o interesse pela *Arquitetura Militar*, alcançando "pessoas que se reúnem para construir e dividir novos conhecimentos, investigar para conhecer melhor, entender e transformar a realidade que nos cerca" (IPHAN).



http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/REB/issue/view/618
Clique, para saber mais...

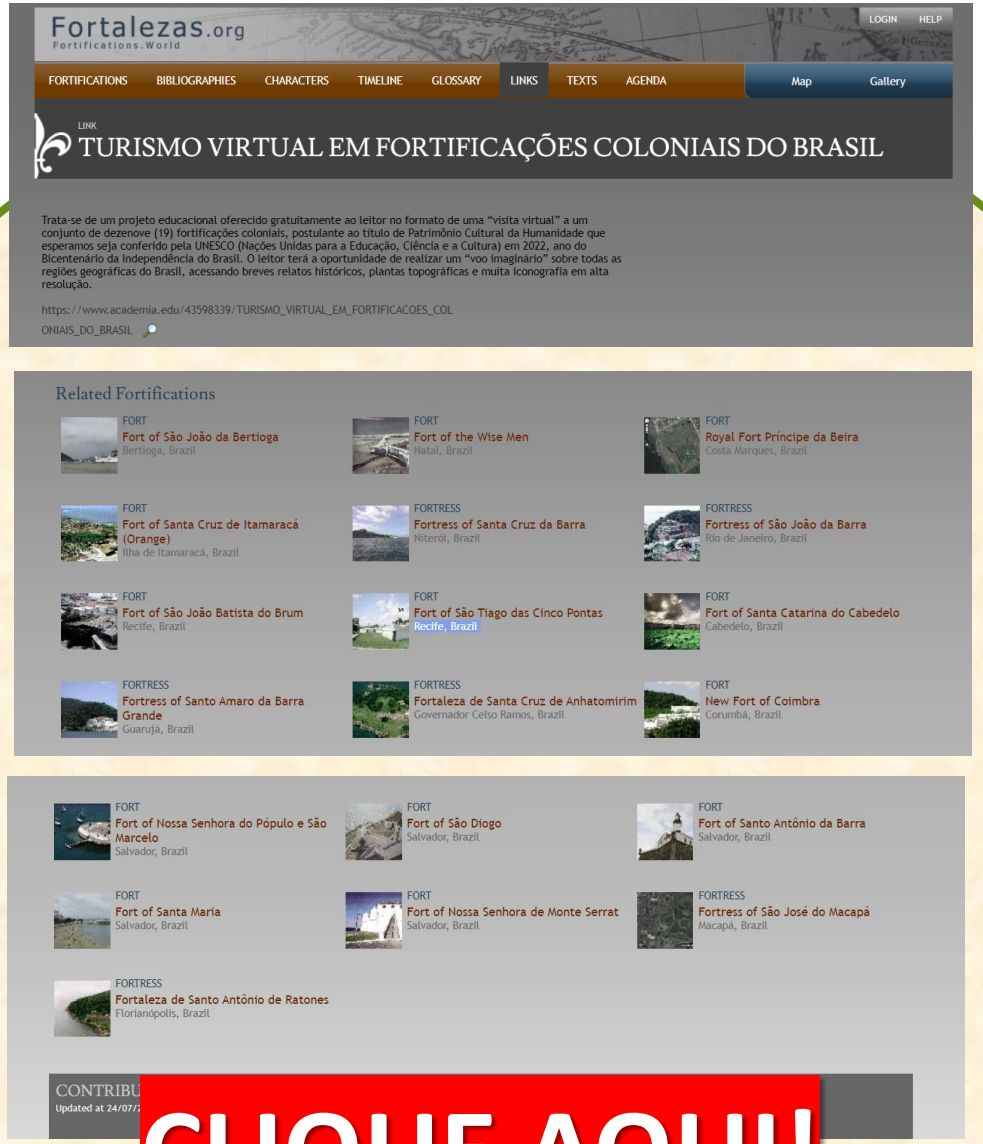
O leitor / a leitora terá acesso a diversas imagens (fotos, fotomontagens, desenhos e mapas), "links" e breves dissertações sobre a formação da nossa nacionalidade pelo seu perfil militar colonial, envolvendo as dezenove (19) fortificações dos séculos XVI, XVII e XVII que "permeiam o vasto perímetro da América de origem portuguesa", postulante como "conjunto de bens seriados" ao título de *Patrimônio Mundial*, pela UNESCO.



Clique, para saber mais ...

TURISMO VIRTUAL EM FORTIFICAÇÕES COLONIAIS INDICADAS PARA O PATRIMÔNIO MUNDIAL

Clicando sobre a figura ao lado você terá acesso ao projeto digital que o levará você a um passeio virtual sobre as 19 fortificações coloniais que permeiam o vasto perímetro do Brasil, postulante, como “conjunto de bens seriados”, ao título de Patrimônio Mundial pela UNESCO.



CLIQUE AQUI!

Portal Fortalezas.org / UFSC

TURISMO VIRTUAL EM FORTIFICAÇÕES COLONIAIS INDICADAS PARA O PATRIMÔNIO MUNDIAL

Clicando sobre a faixa vermelha à esquerda você terá acesso aos históricos detalhados, batalhas, mapas, fotos, vídeos, técnicas construtivas, plantas diversas, tombamentos, instituições mantenedoras, contatos, acessos e visitas, Google Maps (localizações), destinações diversas, personagens históricas, bibliografias, biografias, links diversos e créditos de contribuições sobre as 19 fortificações coloniais que permeiam o vasto perímetro do Brasil, postulante, como "conjunto de bens seriados", ao título de Patrimônio Mundial pela UNESCO.

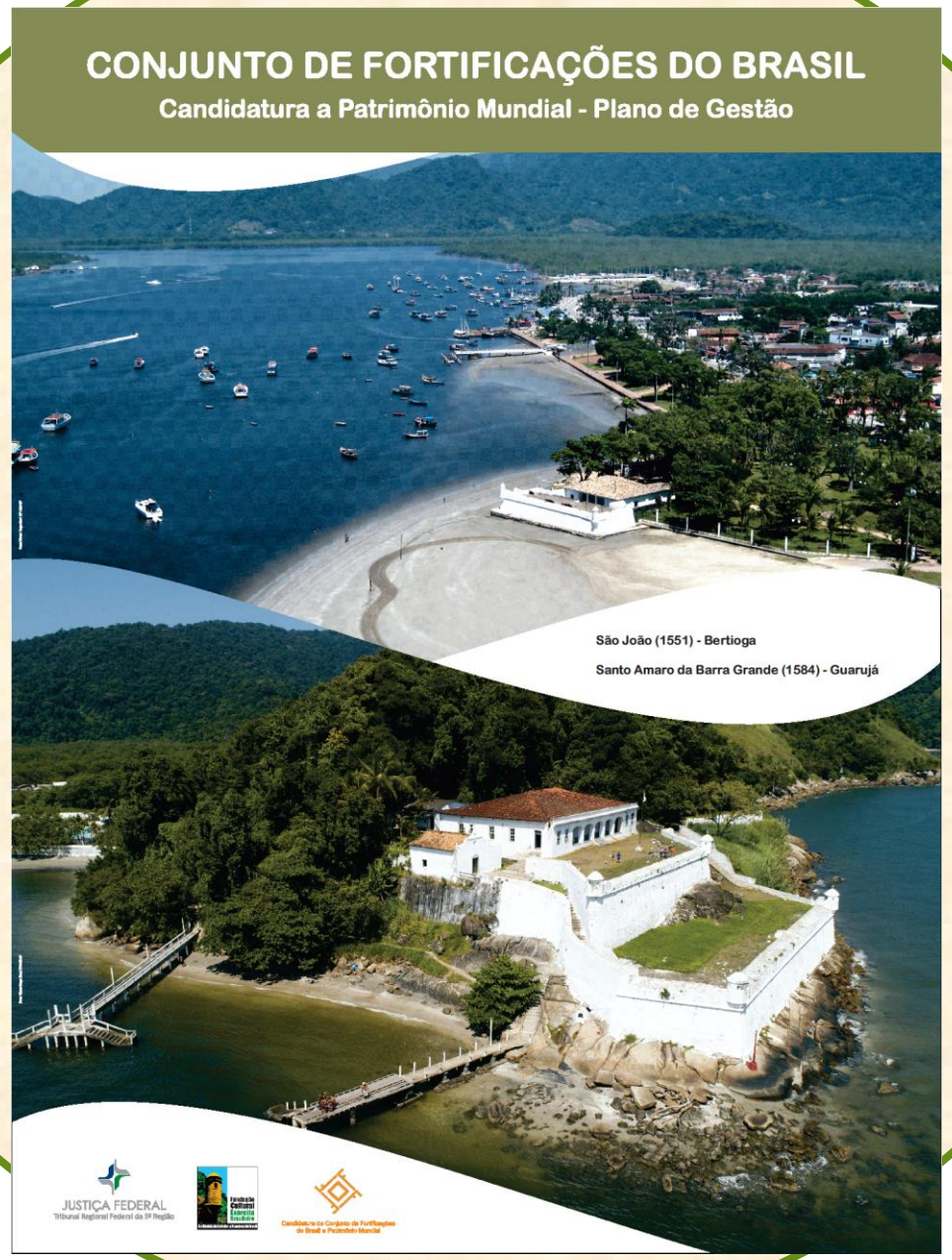


2_ ESTE LIVRO DIGITAL

ESTE LIVRO, alicerçado em documentação histórica e cartográfica confiável, aborda o antigo sistema de proteção e vigilância do litoral e da fronteira terrestre do Brasil, com destaque para as fortificações indicadas para o Patrimônio Mundial e as que faziam parte do sistema defensivo do Porto de Santos..



As fortificações coloniais sobreviventes (fortes, fortins, fortalezas) apresentam-se, portanto, como verdadeiras testemunhas materiais e tangíveis de um longo período que remonta à antiga Capitania de São Vicente, *Cellulla Mater* da nacionalidade brasileira e berço da democracia americana.



Com esta versão "*online*"/2020, os autores pretendem incentivar a produção de trabalhos acadêmicos e/ou técnicos, visando instrumentar o dossiê que está sendo elaborado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), cumprindo exigências do processo de inclusão de um "conjunto de bens seriados" composto por dezenove (19) fortificações coloniais indicado ao título de *Patrimônio Mundial*, postulante para 2022, ano do *Bicentenário da Independência do Brasil*.



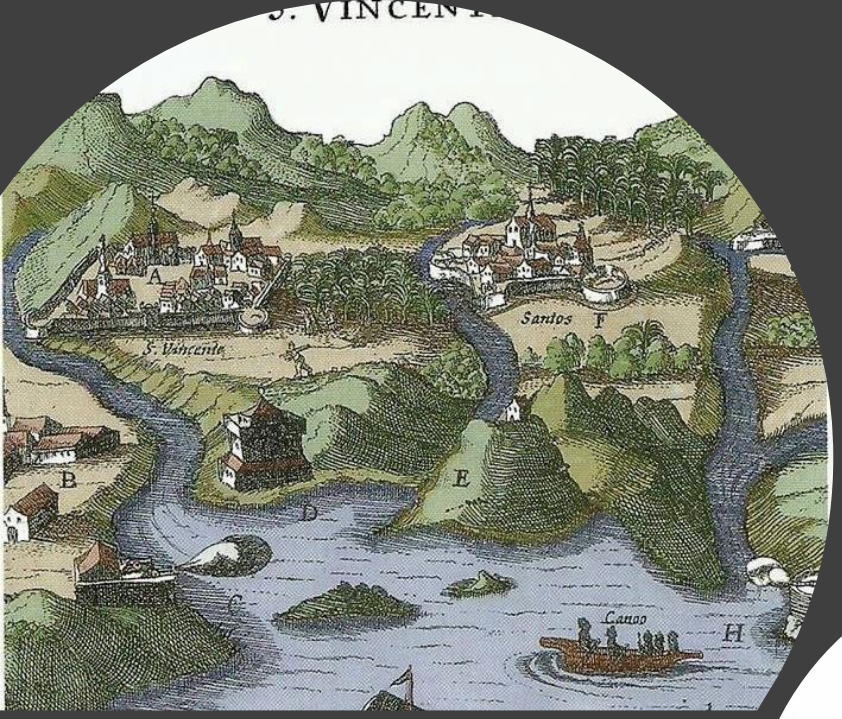
Com muita “ousadia”, sem o rigor acadêmico, e de forma coloquial, procuramos trilhar os caminhos da nossa História por meio da Arquitetura Militar Colonial.

Ousamos afirmar que as fortificações e as igrejas materializam o período colonial da nossa História. Muitas cidades brasileiras surgiram nos entornos das fortificações, a maioria de origem portuguesa, e todas com nomes de santos ou que remetem à religião (oragos), tais como o Forte São José de Macapá, em Macapá; Forte do Presépio, em Belém; Forte N. S. da Conceição, em Fortaleza; Forte dos Reis Magos, em Natal, apenas para citar algumas capitais de Estados.





Você, leitor/leitora, terá acesso ao lado belo da arquitetura militar colonial, por meio de breves dissertações sobre as epopeias vividas por navegantes e bandeirantes, que ousaram se lançar ao mar aberto e prosseguir por terras firmes _ muito além da linha mediática de Tordesilhas.







3_ NAVEGANTES & BANDEIRANTES

Tudo começou na parte central de uma estreita e alongada planície costeira outrora coberta pela Mata Atlântica, onde existem dois estreitos canais de navegação que se aproximam das “muralhas de pedras” da Serra do Mar.





Foi nesta região, entre as ilhas de São Vicente e Santo Amaro que, em 1532, o capitão-mor do Brasil-Colônia, Martim Afonso de Souza, aportou com sua esquadra, após reconhecer o litoral pouco recortado da América do Sul, desde a foz do Amazonas até a embocadura do Rio da Prata.

E foi assim, ou quase assim, que as vilas de São Vicente e Santos surgiram em áreas protegidas pela natureza e longe das “vistas” do mar aberto e dos “fogos” dos canhões dos piratas e dos corsários.



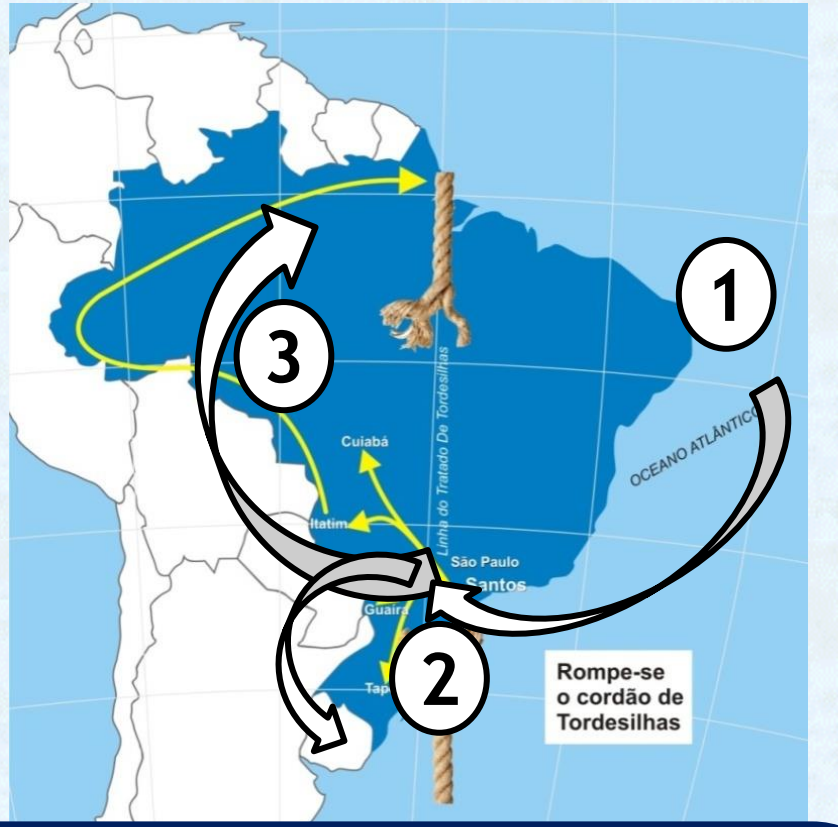
A esquadra, com cinco navios, era composta por “fidalgos, militares de estirpe, soldados portugueses, mercenários italianos e franceses, bombardeiros, besteiros e espingardeiros”. Dentre os tripulantes estava o jovem Brás Cubas, então com 24 anos, que viria a fundar a Nova Povoação por volta de 1540 e transferir o porto para o “Lagamar de Enguaguaçu”, próximo ao Outeiro de Santa Catarina.



Vencidos os mares bravios e a “muralha de pedras” da Serra do Mar para alcançar o Planalto Brasileiro, os bandeirantes partiram de São Paulo para conquistar e povoar as planícies centrais do Brasil continental e deram nomes às estradas modernas que rumam para o Oeste, outrora tão bravio: *Anhanguera*, B*andeirantes*, *Fernão Dias e Raposo Tavares*



Ao longo dos séculos XVI ao XVIII, outras “muralhas de pedras” _ f*ortins*, *fortes*, *fortalezas*_ foram erguidas pelos colonizadores no entorno da Baía de Santos, para proteger a primeira “cabeça de praia” (base militar onde se realiza a transposição das operações marítimas para as operações terrestres) indispensável à passagem das operações navais em “mares revoltos”, para o aprofundamento das conquistas de novas terras “nunca dantes” exploradas.



Foi assim nas invasões gregas na costa asiática do Mar Egeu durante a Guerra de Troia (c. 500 aC), ou a dos aliados na costa europeia do Mar do Norte, por ocasião do desembarque na Normandia (1944 dC)

A construção do Brasil em três momentos

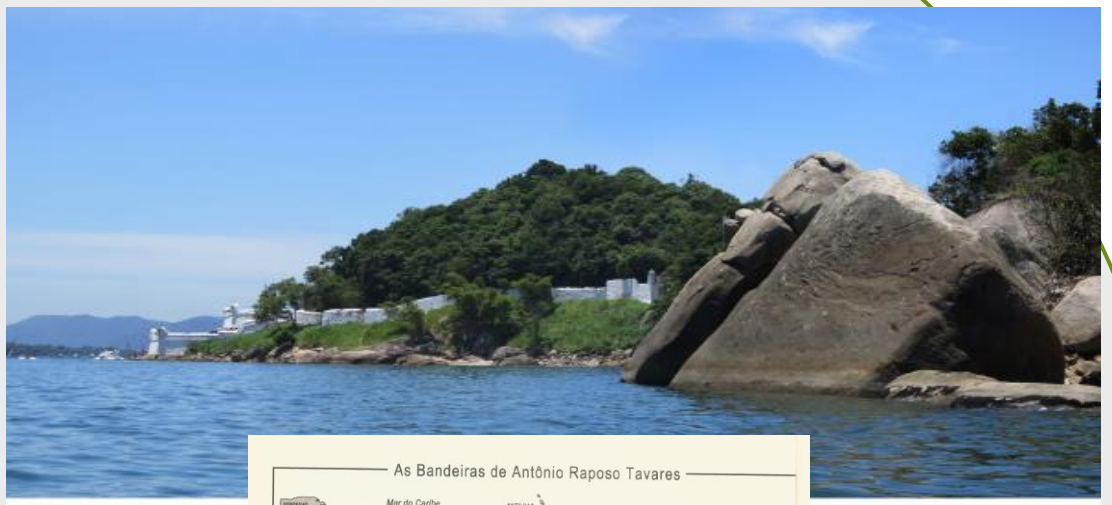
A conquista de novas terras obedeceu a um faseamento operacional, compreendendo:

1_ a projeção do Poder militar pelos "mares bravios",

2_ o estabelecimento e a consolidação de "cabeças de praia" e, por fim,

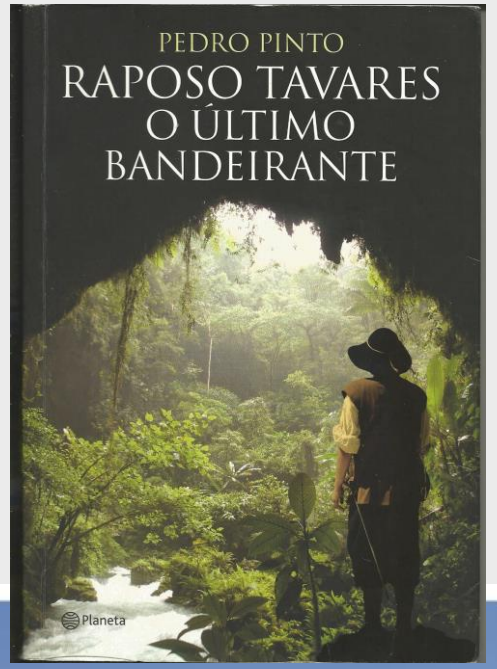
3_ o aprofundamento do êxito em direção ao território a ser conquistado.

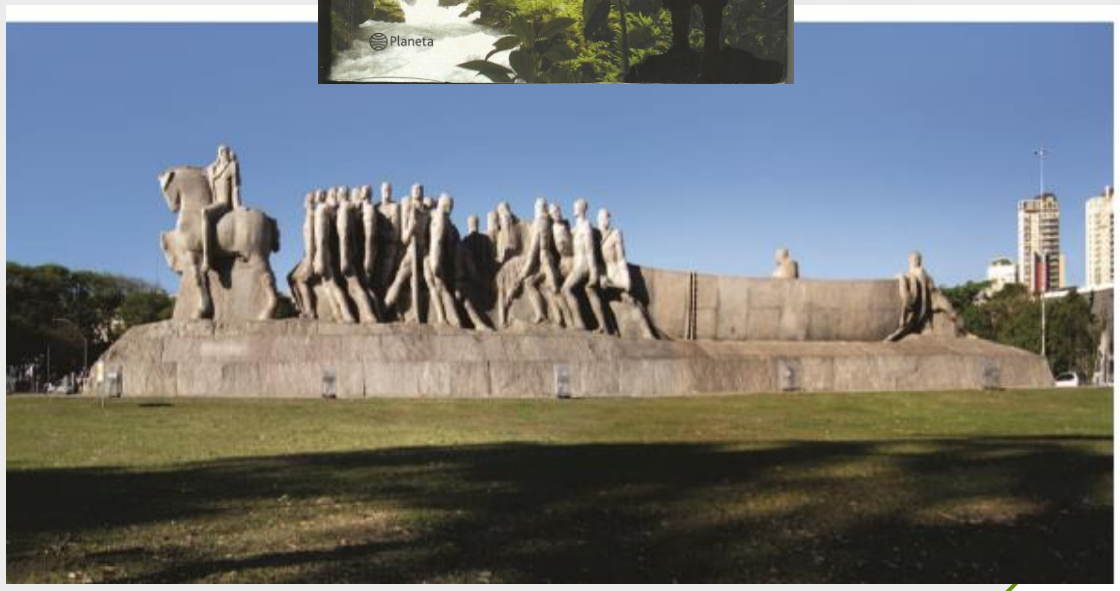
O Brasil, colônia e império, expandiu-se, segundo J. B. Magalhães, a partir de três bases de irradiação geográfica _ São Paulo, Recife e Belém_ e dois polos geopolíticos _ Salvador e Rio de Janeiro.



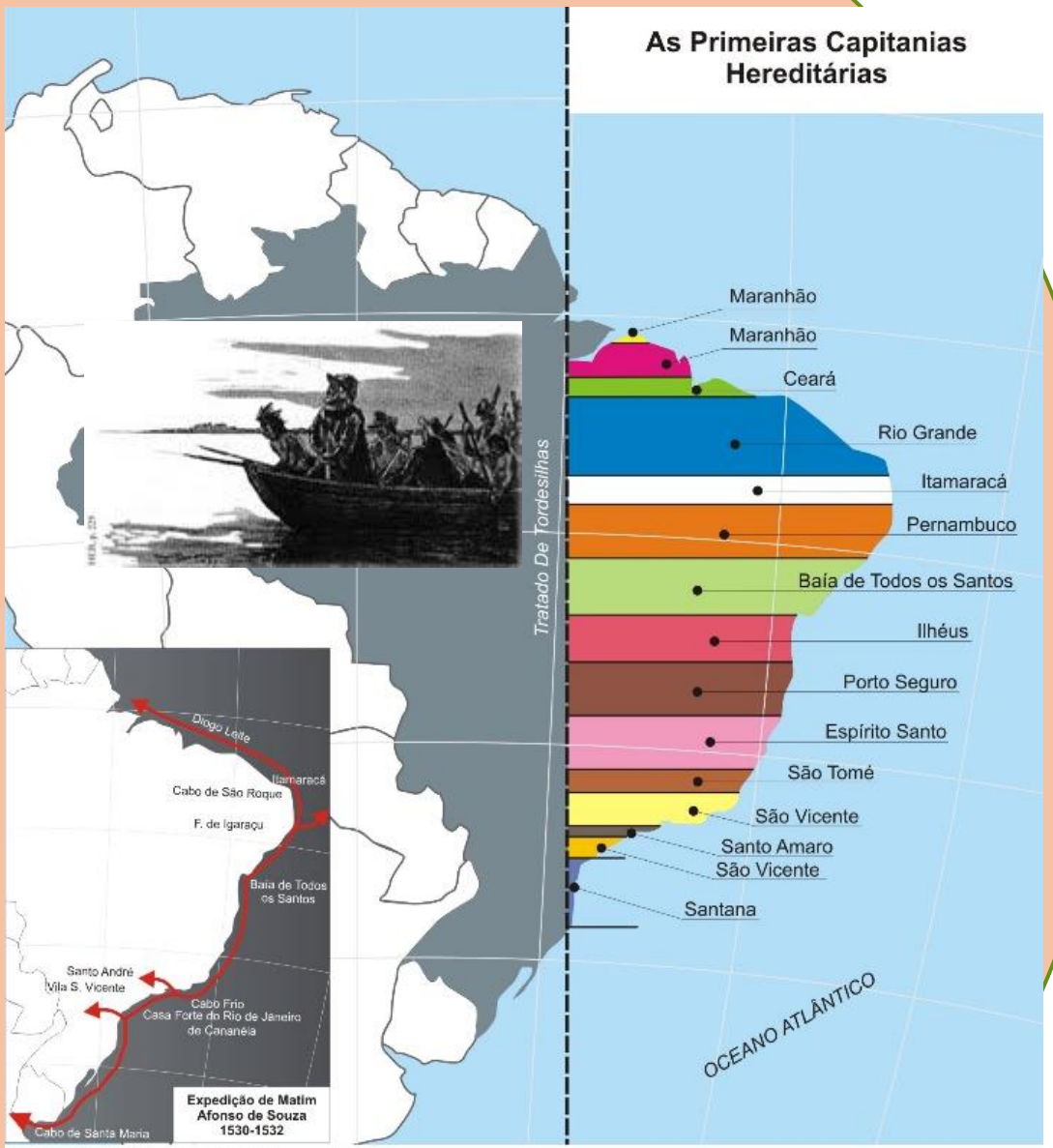


São Paulo tinha como “base naval” o Porto de Santos, para o qual dirigimos o foco deste relato histórico e geopolítico, com a finalidade de melhor compreender a grandeza histórica do maior porto da costa atlântica da América do Sul e o seu desempenho na transposição das operações navais (navegantes) para as operações terrestres (bandeirantes) de aprofundamento das conquistas e povoamento do Oeste bravio.





"Ampliando os limites territoriais do Brasil, as Bandeiras, compostas por conquistadores, desbravadores, aventureiros e heróis – tornaram-se merecedoras deste majestoso monumento de Brecheret, erguido em sua homenagem na capital paulista" (Larousse).



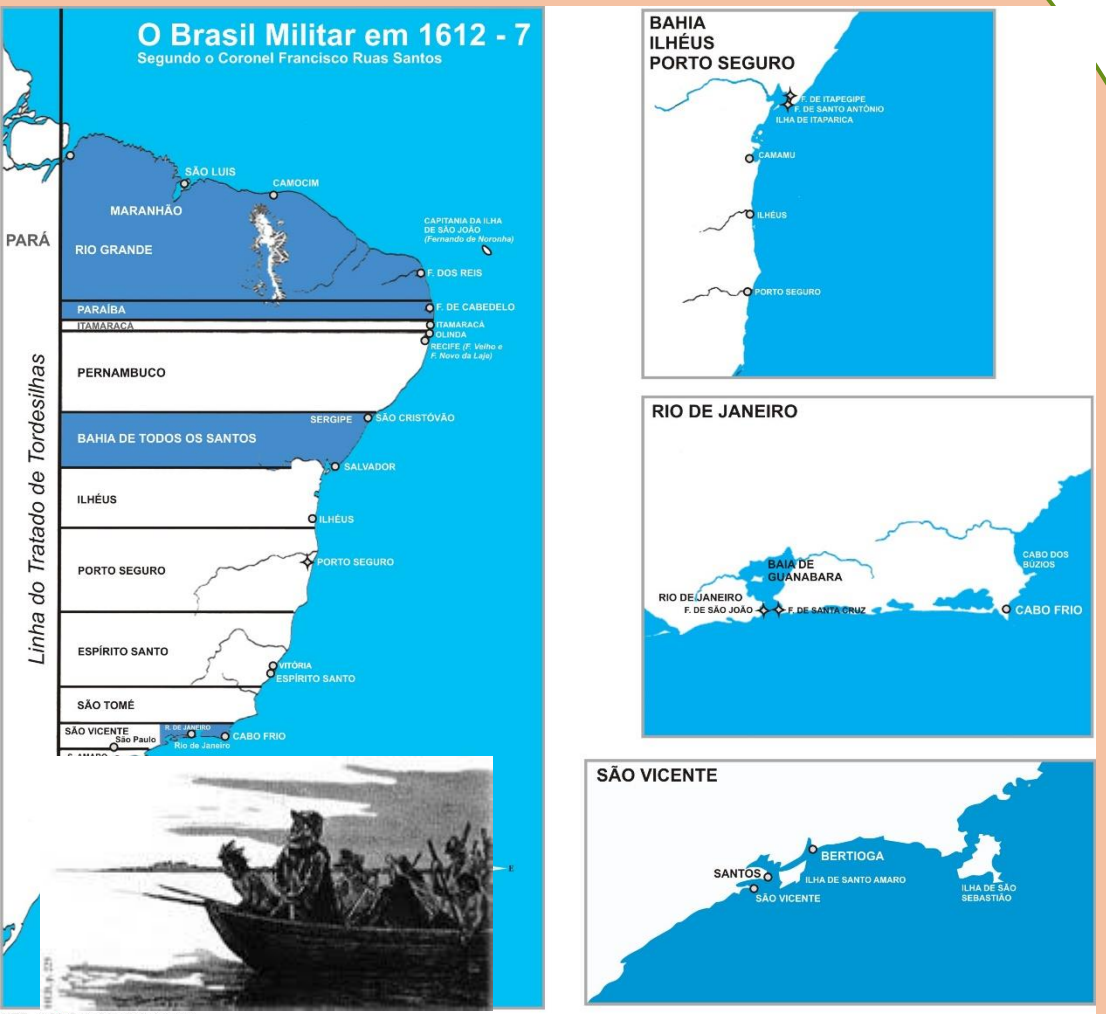
HEB, p.26 Colorido digitalmente

4_ ARMADA NO MAR & BANDEIRAS NA TERRA

No mar tanta tormenta e tanto dano (...)
Na terra tanta guerra, tanto engano.
Os Lusíadas, C I, 106 (Luiz de Camões)

A projeção do Poder colonial português, com sua ARMADA singrando mares "nunca dantes navegados", e os BANDEIRANTES fincando estacas em terras nunca dantes exploradas, é o tema central deste livro, em que Lusos e Bandeirantes, que eram tão poucos, ousaram romper o "Cordão de Tordesilhas".

Este é o sentido poético desta epopeia inspirada no maior poema épico da língua lusitana (*Os Lusíadas*).



HEB, p.93 Colorido digitalmente

Pois foi assim, ou quase assim, que eles cruzaram as águas do Atlântico e as terras que permeiam o vasto perímetro da América de origem portuguesa. Foi assim, ou quase assim, com “tanta tormenta, tanto dano, tanta guerra e tanto engano” que eles ousaram construir este país-continente

Foi assim também que eles conquistaram e fortificaram as principais baías a leste da linha imaginária de Tordesilhas e os pontos estratégicos ao longo da atual fronteira terrestre do Brasil. Foi assim, portando, que eles nos deixaram tantos fortes, fortins e fortalezas, por meio dos quais se impuseram pela presença dissuasória da força das armas.



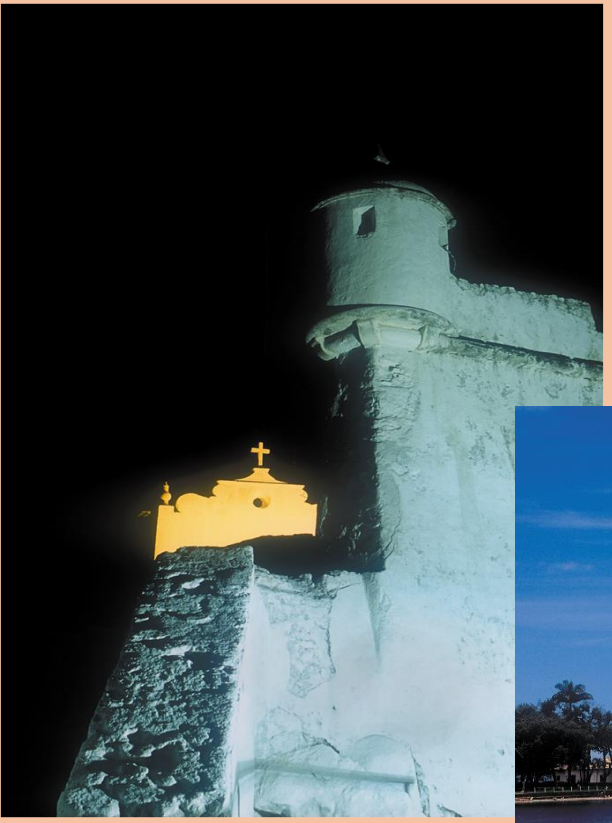
Vamos, portanto, "olhar" o colar de fortificações que permeia o vasto perímetro do Brasil de hoje pelo lado épico de uma fantástica história de povoamento e conquistas territoriais, empreendidas pelos navegantes em mares revoltos, e pelas Bandeiras de limites no oeste bravio, muito além da linha imaginária de Tordesilhas, a mando do governo português.

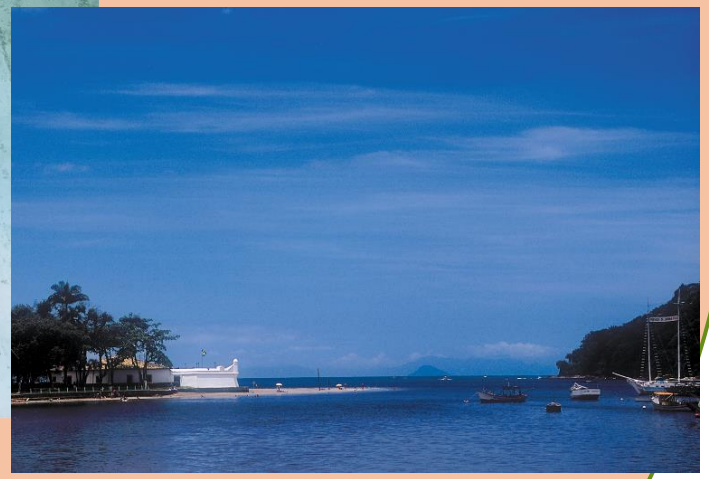
Partimos, então, em busca de um perfil que ainda se faz presente sob a forma de exuberantes muralhas de pedra e de uma aproximação histórica entre os navegantes e os bandeirantes e, assim, promover o resgate desse viés pouco explorado nos estudos sobre a formação da nossa nacionalidade.



Os fatos históricos relacionados com as incursões marítimas e terrestres empreendidas por grandes navegadores e sertanistas estão, na sua maioria, relacionados com o período de união das coroas ibéricas (1580 a 1640) e seus reflexos pós-derrota política e estratégica da *Invencível Armada* (1588).

Tais acontecimentos históricos contribuíram para o acirramento, na América Latina, das incursões de corsários ingleses, holandeses e franceses, inimigos de Espanha.



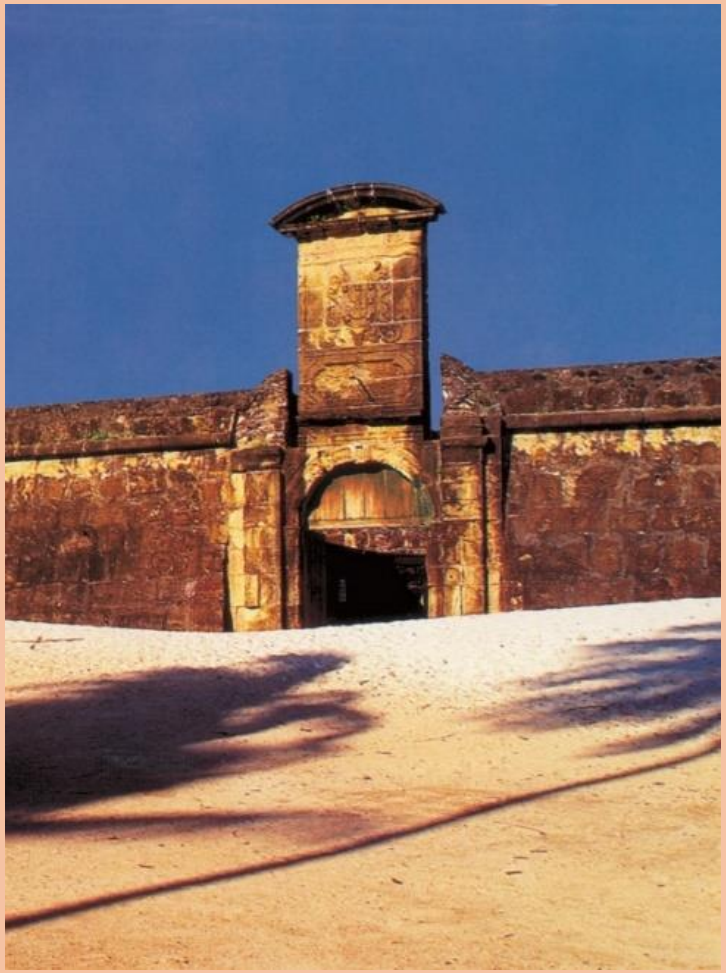


Três componentes do DNA de uma Nação

_ Fortins, Fortes, Fortalezas (tangível) que permeiam o vasto perímetro da América de origem portuguesa.

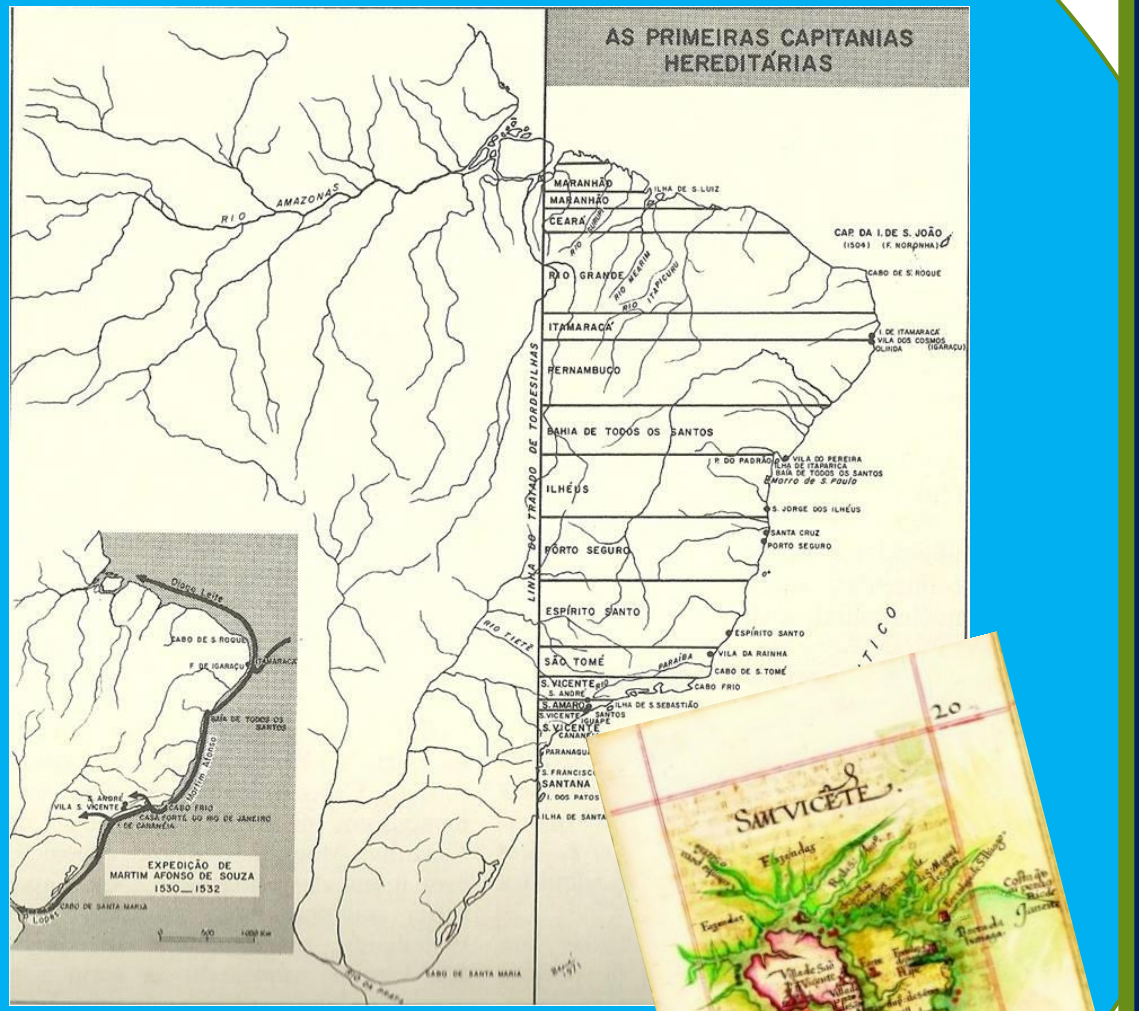
_Fé cristã (espiritual), pelos nomes santos das fortificações coloniais.

_Idioma (intangível), por meio do qual nos comunicamos.



Refregas maiores ocorreram com os holandeses no Nordeste brasileiro; e estas pouco se comparam às grandes batalhas empreendidas por ingleses, franceses e espanhóis ao norte da linha imaginária do Equador.

Por outras palavras, Portugal, apesar das enormes distâncias para alcançar as praias tropicais e o oeste bravio deste nosso imenso país continente, nos brindou também com diversos componentes culturais do "DNA" de uma Nação, dentre os quais destacamos as *fortificações (*tangíveis), as *igrejas (*fé cristãs), e o *idioma* (intangível).



5_ INCURSÕES MARÍTIMAS E DEFESA DO LITORAL

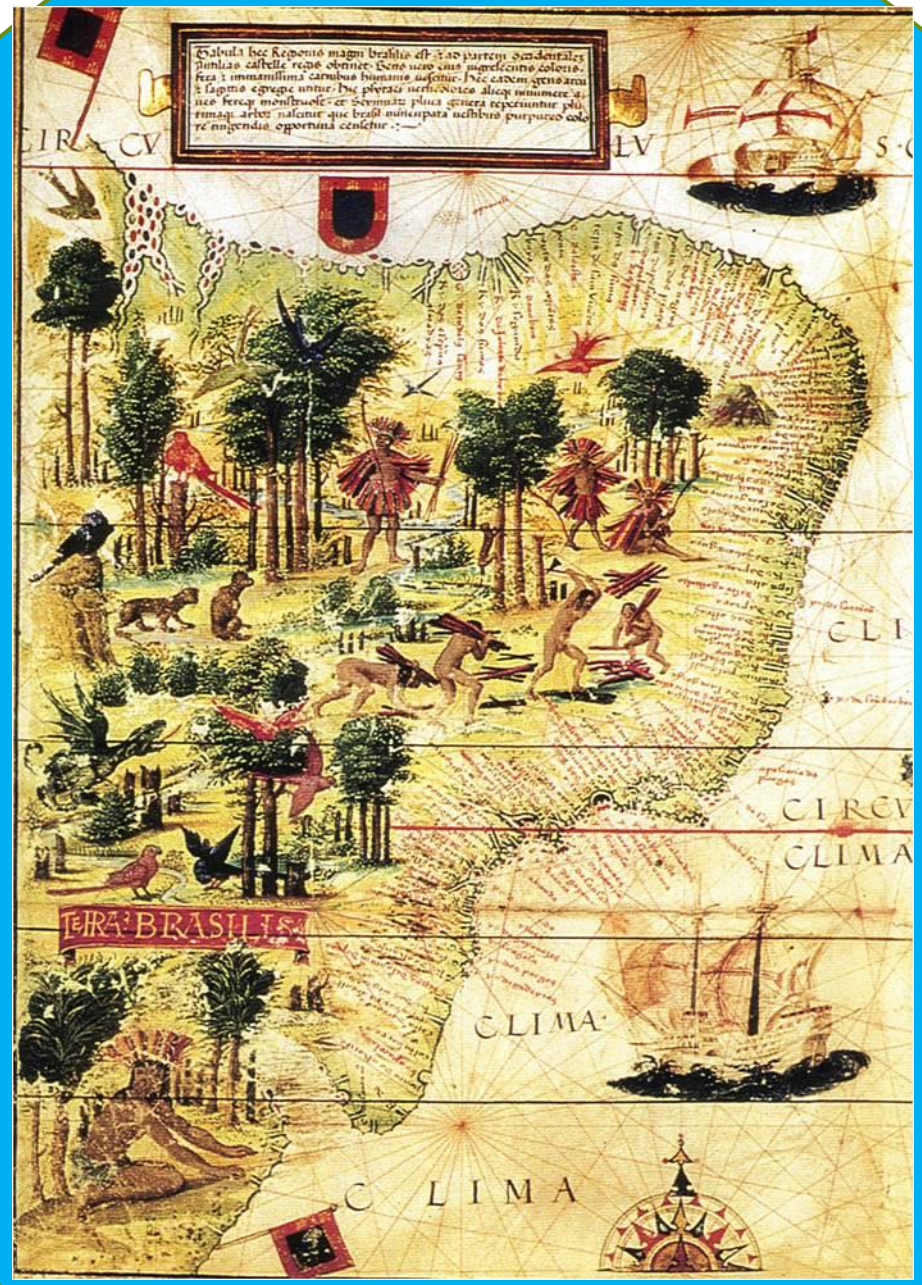
.... E toda esta fantástica história de povoamento e conquistas territoriais começou na antiga Capitania de São Vicente.

"D. João III mandou, em 1530, uma poderosa força expedicionária, sob o comando de Martim Afonso de Souza, com título de capitão-mor e uma carta régia que lhe outorgava a posse daquele território, a que foi dado o nome de 'Brasil'" (FERREIRA, 2004, p. 10).



A costa oriental da América, ao sul do Equador, tem poucas enseadas seguras para abrigar portos protegidos em seus recortes. As três melhores baías a leste do meridiano de Tordesilhas - Todos os Santos, Guanabara e Santos - foram ocupadas pelos portugueses, nos primórdios da colonização.

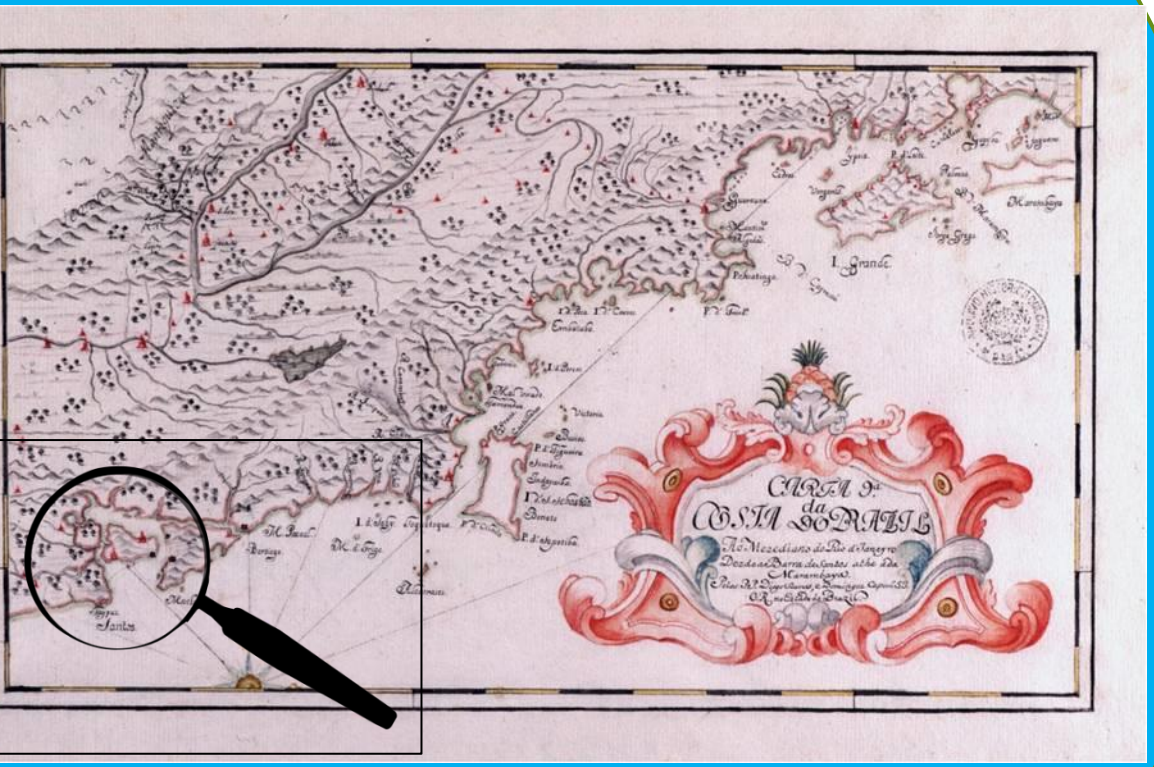
Esses acidentes geográficos, favoráveis ao estabelecimento de portos abrigados, foram defendidos por complexos sistemas de fortificações coloniais, resistentes aos fogos da artilharia naval de outras potências colonizadoras, dos corsários e dos piratas, e com técnica construtiva apropriada para durar séculos.



A defesa marítima das baías a leste de Tordesilhas era complementada por um sistema defensivo terrestre que teve sua origem em dois fatos políticos ocorridos na Capitania de São Vicente:

Primeiro - o esboço do serviço militar obrigatório, *"por 'Termo' de 9 de setembro de 1542, que dava organização a uma milícia formada pelos colonos e índios"*, e,

Segundo - a sistematização da defesa da terra, oriunda da *"imposição do Regimento de 17 de dezembro de 1548, feita a todo colono habitante da terra de possuir uma arma de fogo, pólvora e chumbo, e aos proprietários de engenho de terem a pólvora necessária para acionar dois canhões de pequeno calibre"* (HEB, v1, p. 31).



Além de *célula mater* da nossa nacionalidade, a Câmara de São Vicente deu os primeiros passos visando sistematizar a defesa terrestre de forma permanente, "promulgando, a 9 de setembro de 1542, um 'Termo' que dava organização a uma milícia formada pelos colonos e índios", obrigando "igualmente os reinóis, domiciliados nos campos, a concorrerem com os vicentinos nos serviços das armas".

Este "esboço do serviço militar obrigatório" apresentava-se assim, como uma versão terrestre de prosseguimento das "operações anfíbias" organizadas pela Coroa portuguesa, ou com o seu beneplácito, como foi a de Martim Afonso de Souza (1530-1532).

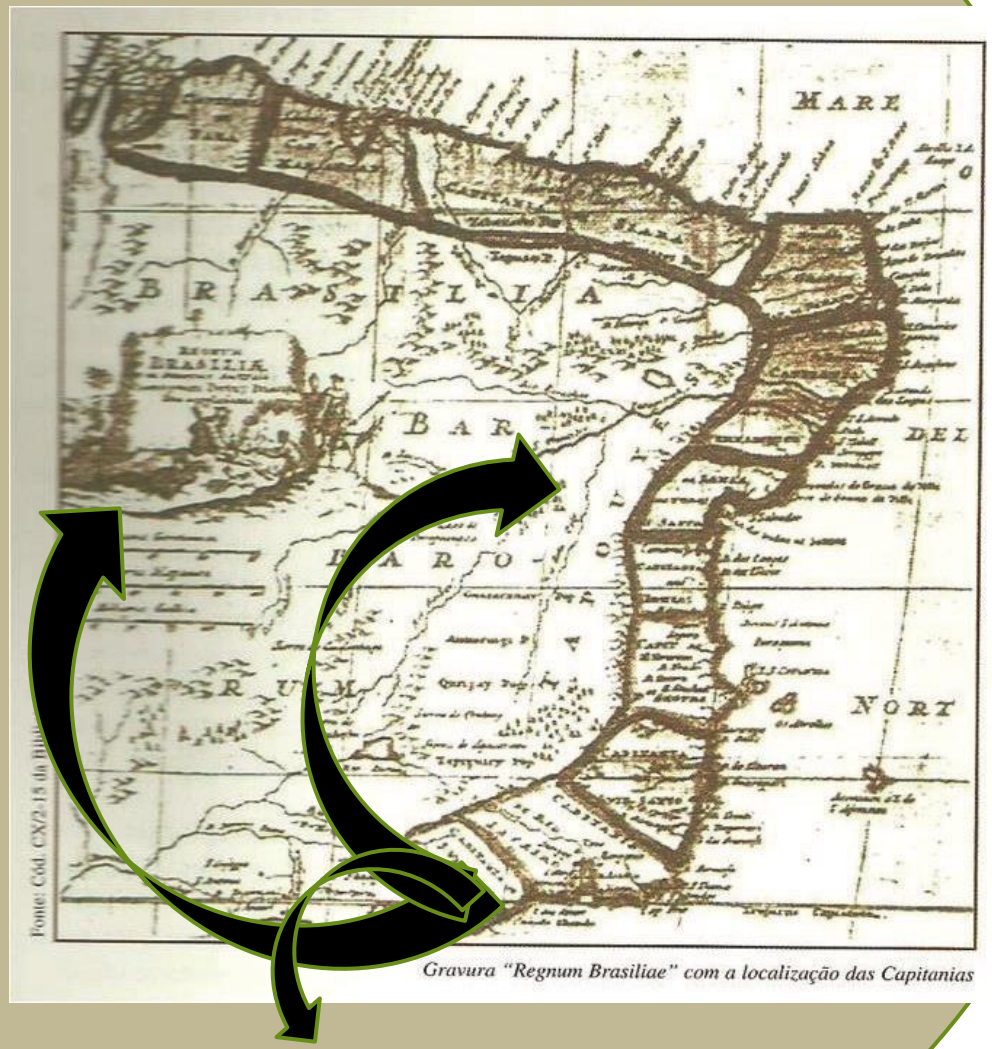




Vale lembrar que, no final do século XVIII, “ao avistar um navio de suspeita”, o Forte Augusto disparava um tiro de salva. Por sua vez, a Fortaleza de Santo Amaro replicava com dois tiros e, a seguir, a Fortaleza de Vera Cruz de Itapema disparava o quarto tiro de salva. A comunicação pelo troar dos canhões visava alertar a tropa para o bloqueio da Serra do Mar e agilizar a “expedição de paradas” (mensageiros a cavalo) para alertar as vilas do planalto.



Por sua vez, *Toda a gente da Villa (de Santos) capaz de pegar em Armas, excetuados os que devem laborar com a Artilharia do Forte (Santo Amaro), ou que são destacados para outra parte, marcharão ao ponto que lhe for ordenado pelo comandante da mesma Villa, levando todas as suas Armas* (Plano de Defesa da Capitania de São Paulo, dez. 1800).

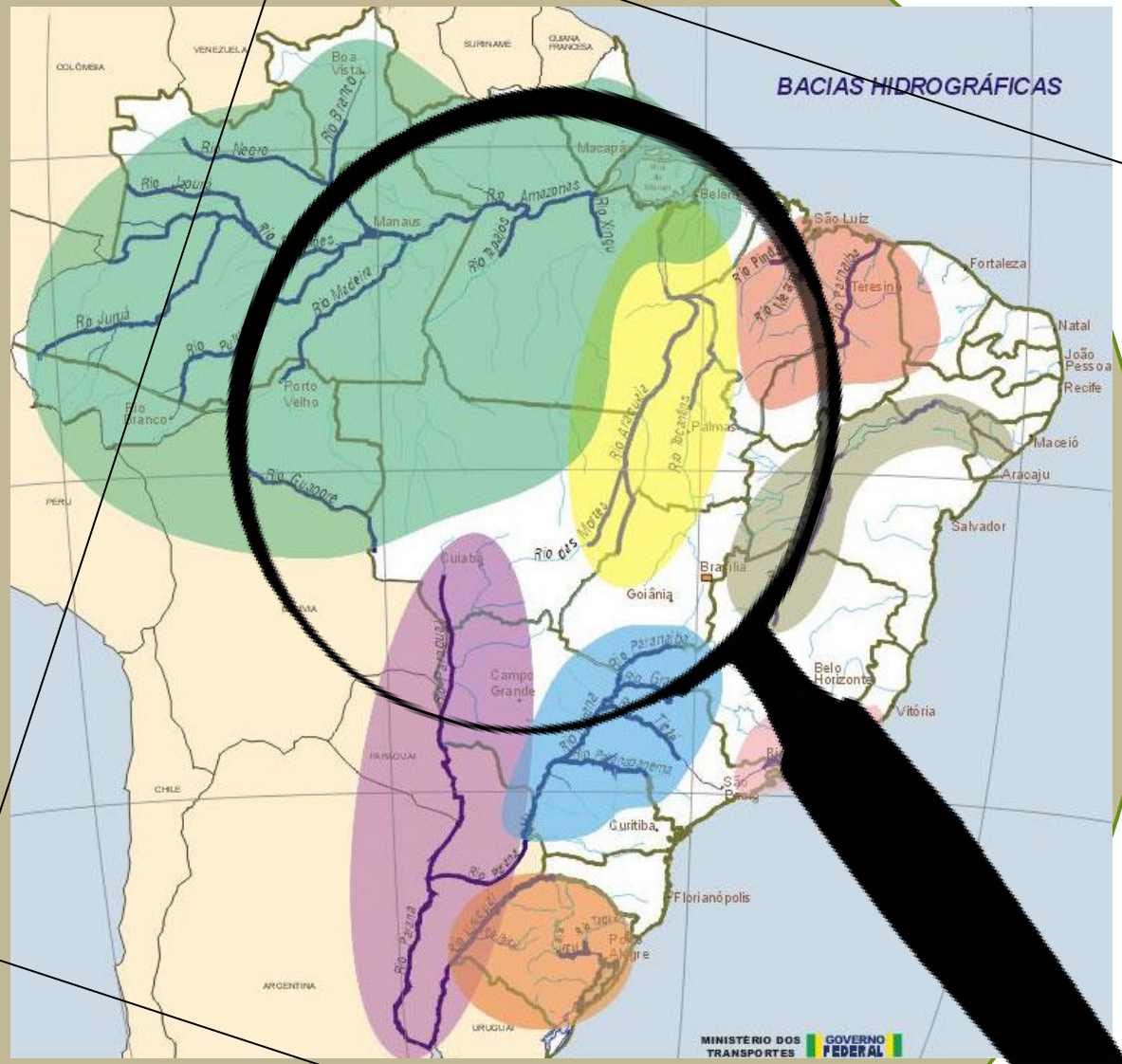


Gravura "Regnum Brasiliae" com a localização das Capitanias

6_ INCURSÕES TERRESTRES E POSSE DA TERRA

A posse dos novos territórios e "movimento bandeirante"

"A posse dos territórios descobertos impôs, logo de início, que a ocupação e defesa dos primeiros lugares de interesse estratégico fossem assegurados com o seu povoamento e fortificação em simultâneo, por vezes constituindo 'feitorias' que tinham de ser 'autossuficientes' devido ao seu isolamento, em face das longas distâncias que as separavam, entre si, tornando praticamente inviável o oportuno apoio mútuo" (FERREIRA, p. 10).

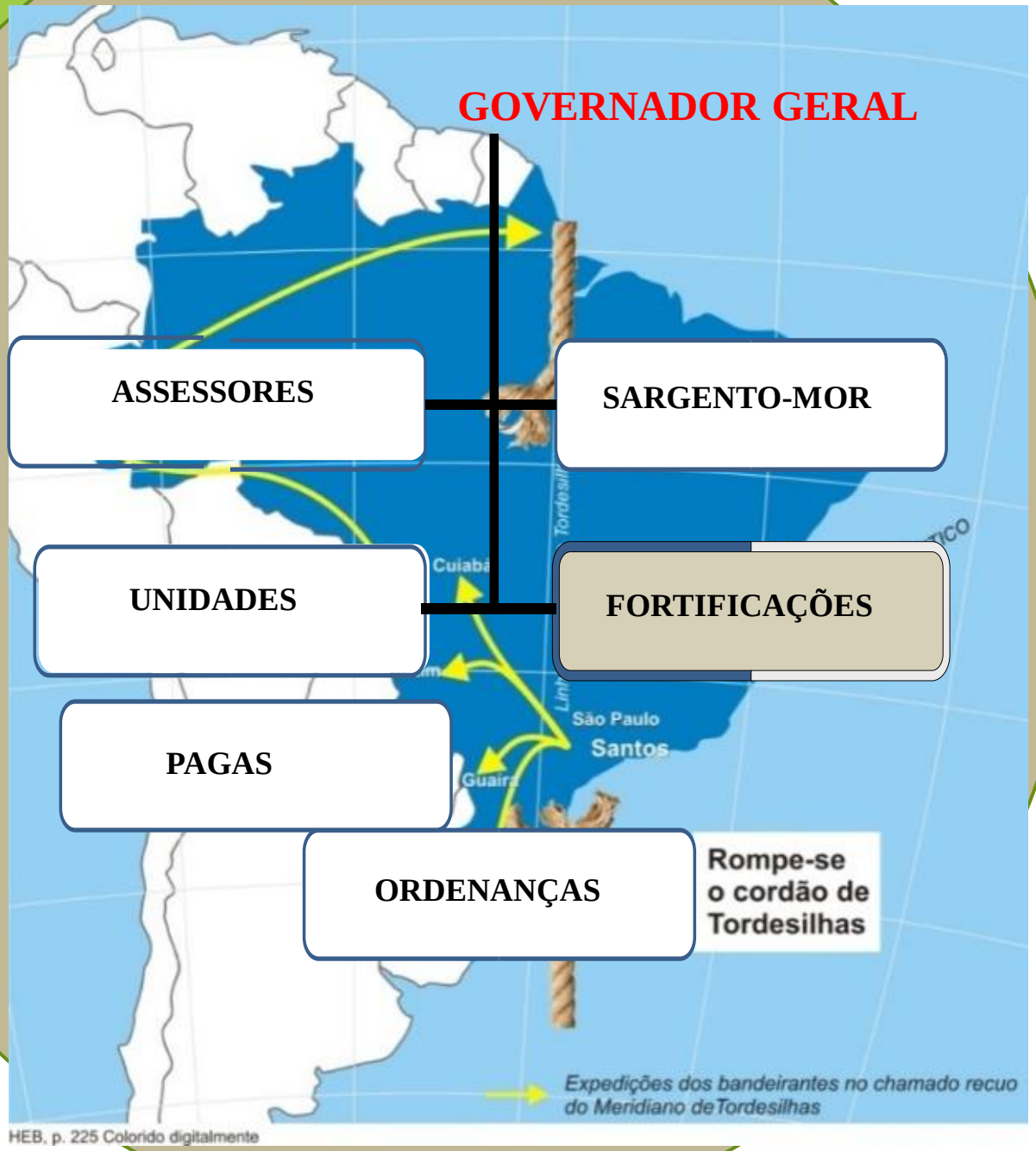


Com a ocupação e a defesa litorânea estruturadas, os bandeirantes avançaram pelo sertão e alcançaram o Brasil de terras baixas e interiores que abrigam três dentre os maiores ecossistemas do mundo: o Cerrado, o Pantanal e a Amazônia.

“De fato, importa salientar, desde já, que o ‘movimento bandeirante’ permitiu estabelecer novas povoações ao longo da ‘bacia amazônica’ e no interior do ‘sertão paulista’, em territórios situados muito além da linha meridiana estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas” (FERREIRA, p. 15).



É importante também distinguir atuações semelhantes empreendidas nas incursões terrestres pelas *Bandeiras de Limites*, a mando do governo português, de suas similares chamadas de E*ntradas* ou “bandeiras” de caça aos índios e busca de minerais preciosos, pois ambos os movimentos guardaram diversas semelhanças com as ações empreendidas por navegantes, corsários e piratas, trocando os mares revoltos pela exploração do oeste bravio.



HEB, p. 225 Colorido digitalmente

Bandeiras (de Limite) eram organizações paramilitares compostas por habitantes da terra; eram divididas em dez esquadras com 25 homens cada, reforçadas por mil ou mais índios e habitantes da terra. Eram subordinadas ao Capitão-Mor e serviram como "bases para a organização do exército permanente" (HEB, v1, p 44).

As *Bandeiras de Limites*, criadas por D. Sebastião em 10 de dezembro de 1570 _ *Regimento dos Capitães-Mores e mais Capitães e Oficiais das Companhias da Gente de Cavalo e de Pé* (HEB, v1, p. 23 e 44) _ tinham por objetivo de governo abrir diversos caminhos terrestres para a conquista, povoamento e exploração econômica do oeste bravio.





Como reconhecimento pelos feitos heroicos das Bandeiras de Limites, hoje as principais estradas penetrantes para o outrora “oeste bravio”, levam nomes de bandeirantes:

Anhanguera, *Bandeirantes*, *Fernão Dias e Raposo Tavares*.

“Os Bandeirantes estiveram sempre presentes no avanço para o oeste bravio, na ocupação e defesa do território, na demarcação das nossas fronteiras e no embrião de uma organização militar capaz de conservar intacto o imenso patrimônio territorial brasileiro” (HEB, v1, p. 44).



O movimento “Bandeirante” fortaleceu-se no período da união das coroas ibéricas (1580 - 1640) e prosseguiu durante a “febre do ouro”.

Como exemplo das operações terrestres, citamos a mais longa Bandeira de Limites (1648 a 1651), empreendida em São Paulo de Piratininga por Raposo Tavares, ao subir e descer caudalosos rios das bacias do Paraná, Paraguai e Amazônica, até alcançar Gurupá, na confluência do rio Xingu com o delta do rio Amazonas, onde havia um Forte erguido por holandeses no início do século XVII.

Fortins, Fortes, Fortalezas ...
Por eles veremos o Brasil edificado.
"O maior assombro da nossa história é a unidade nacional"
Tristão de Ataíde.

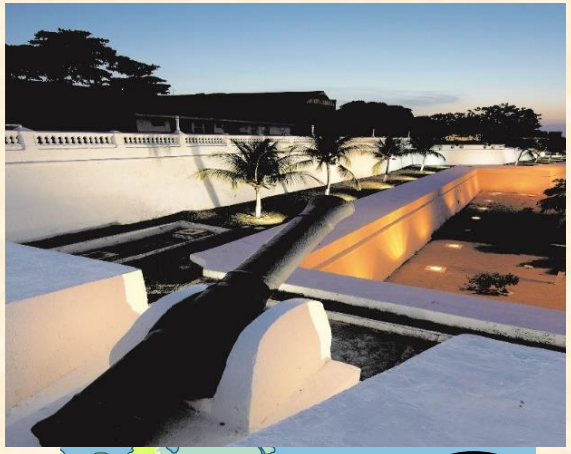


HEB, p. 325 Colorido digitalmente

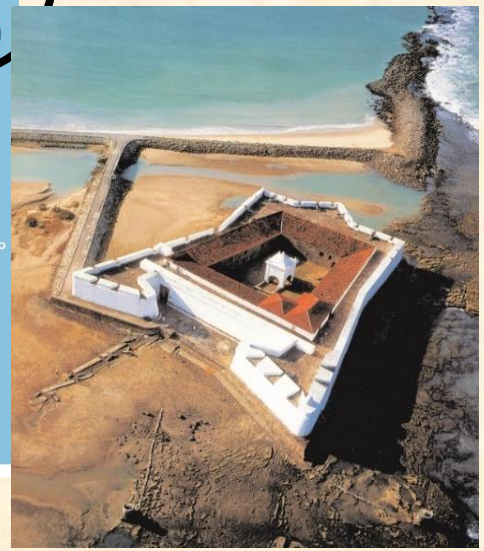
7_ FORTINS, FORTES E FORTALEZAS

Fortalezas, cidades e altos muros,
Por eles vereis, filha,
edificados.
(*Os Lusíadas, C II, 156*)

Portugal pode e deve orgulhar-se de haver possuído um dos maiores conjuntos de fortificações do mundo, e que ainda se conserva, até em nossos dias, englobando cerca de trezentas fortificações construídas com caráter permanente, das quais mais de uma centena e meia estão situadas no Brasil (...) (FERREIRA, p. 13).



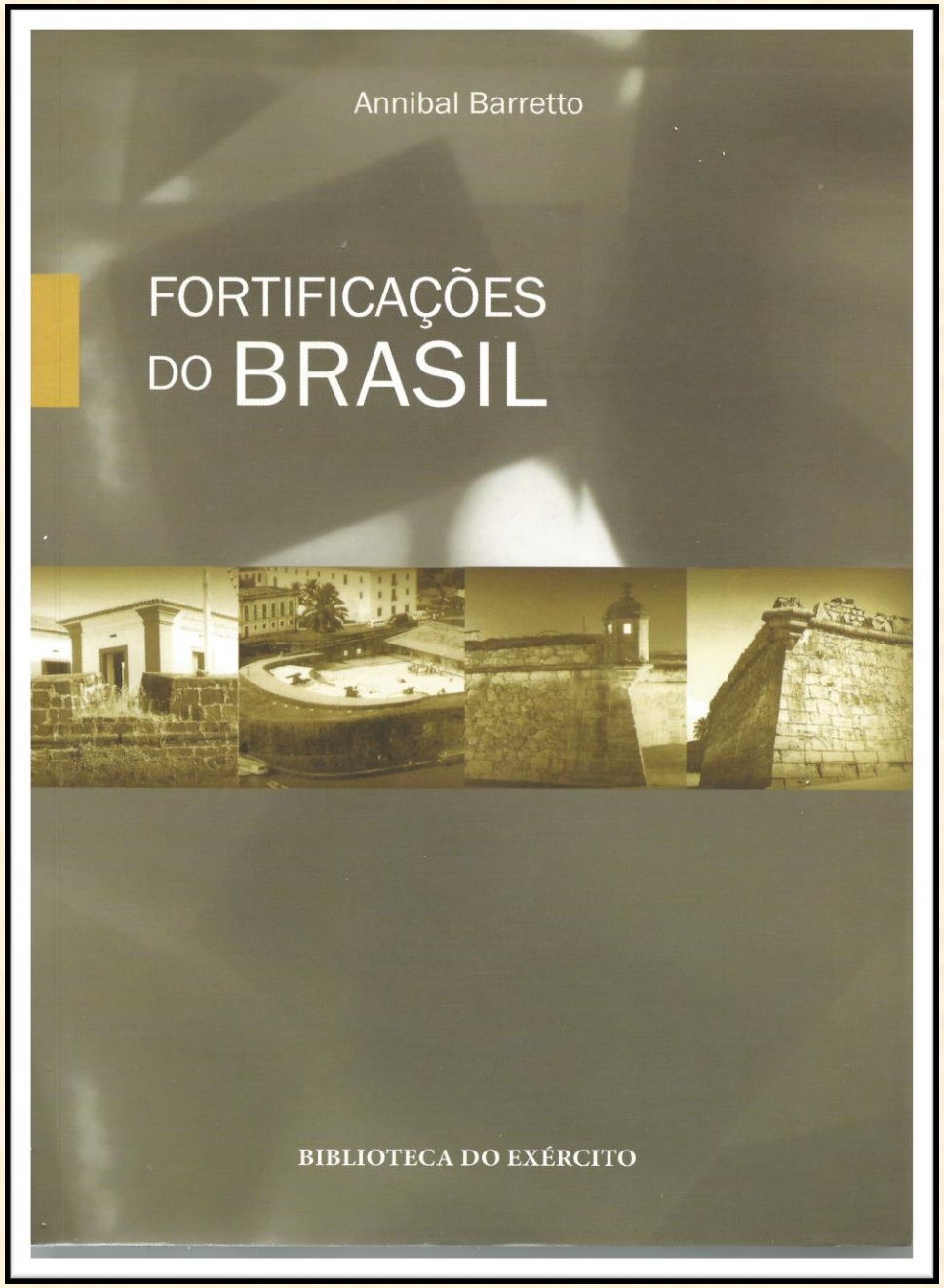




A cidade de Fortaleza (e seu próprio nome) surgiu no entorno da Fortaleza da Nossa Senhora da Conceição (1611/1649). O Forte dos Reis Magos (1594) deu origem à cidade de Natal, e assim por diante...

Portugal pode se orgulhar de nos ter deixado heranças permanentes do período colonial, as quais marcaram profundamente a formação da nossa nacionalidade: o idioma, a cultura, as igrejas (...) e as fortificações, pontilhando o litoral e a imensa fronteira terrestre que nos separa das antigas colônias de origem espanhola, francesa, holandesa e inglesa.

Por esta e outras razões geopolíticas, um verdadeiro “colar de fortificações” foi erguido no perímetro da América de origem portuguesa.



O historiador do Estado do Ceará, Gustavo Barroso, assim o descreve, na introdução ao livro *Fortificações do BRASIL*:

"Lembrando que havia nascido quase à sombra dos muros artilhados de um destes fortes, – o que deu o nome à minha terra natal – , procurei enumerar de memória os principais que, desde as fronteiras do oeste, ligando pela costa os do norte aos do sul, circundam com seus muros arruinados ou abandonados, seus canhões adormecidos na ferrugem e no pó, o vastíssimo perímetro da antiga América portuguesa" (BARRETO, p. 9).



Paisagem
e
História



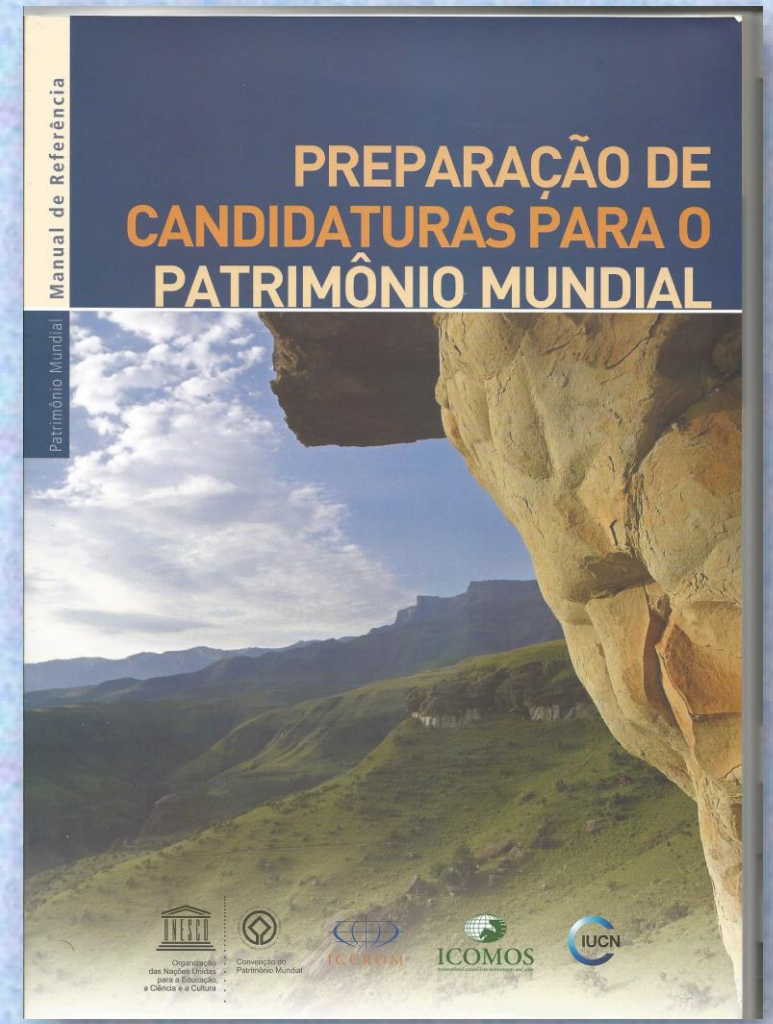
Fortins, fortes, fortalezas (...), redutos, baterias, pontos fortes, disseminados por todo o território nacional, materializam um rico patrimônio histórico-cultural construído ao longo dos últimos cinco séculos – na Colônia, no Império e na República – para proteger as águas e as terras do Brasil continental.

Essas fortificações, embora erguidas com solidez suficiente para durar séculos, já não têm mais utilidade operacional, exceto algumas que ainda hospedam unidades militares modernas. É importante, por isso, que a sociedade brasileira se mobilize com o propósito de resgatar a memória nacional pelo viés da defesa militar, fundamentada em longa história de povoamento e conquistas territoriais.



Os fortins, fortes e fortalezas que sobrevivem e pontilham a fronteira terrestre e o litoral do Brasil precisam ser preservados. Esse fantástico acervo histórico-cultural está inserido no "DNA" da nossa nação e bem representa o perfil militar das *Bandeiras*.

Preservar é preciso!



8_INDICAÇÕES PARA O PATRIMÔNIO MUNDIAL / UNESCO

Pela importância histórica e cultural indicada no capítulo anterior, dezenove fortificações coloniais do Brasil foram incluídas na Lista Indicativa 2015, da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) para titulação como *Patrimônio Mundial*.



"O conjunto de fortificações do Brasil apresenta-se como um testemunho material único de um contato produzido entre diferentes culturas do Velho e do Novo Mundo.

As construções feitas com o objetivo de garantir a posse e a segurança dos novos territórios formam um conjunto sem semelhança a outros sistemas fortificados edificados no mesmo período em outros lugares do mundo, tendo um importante papel na ocupação territorial da América do Sul":

www.cultura.gov.br

<lista indicativa 2015 Unesco>.



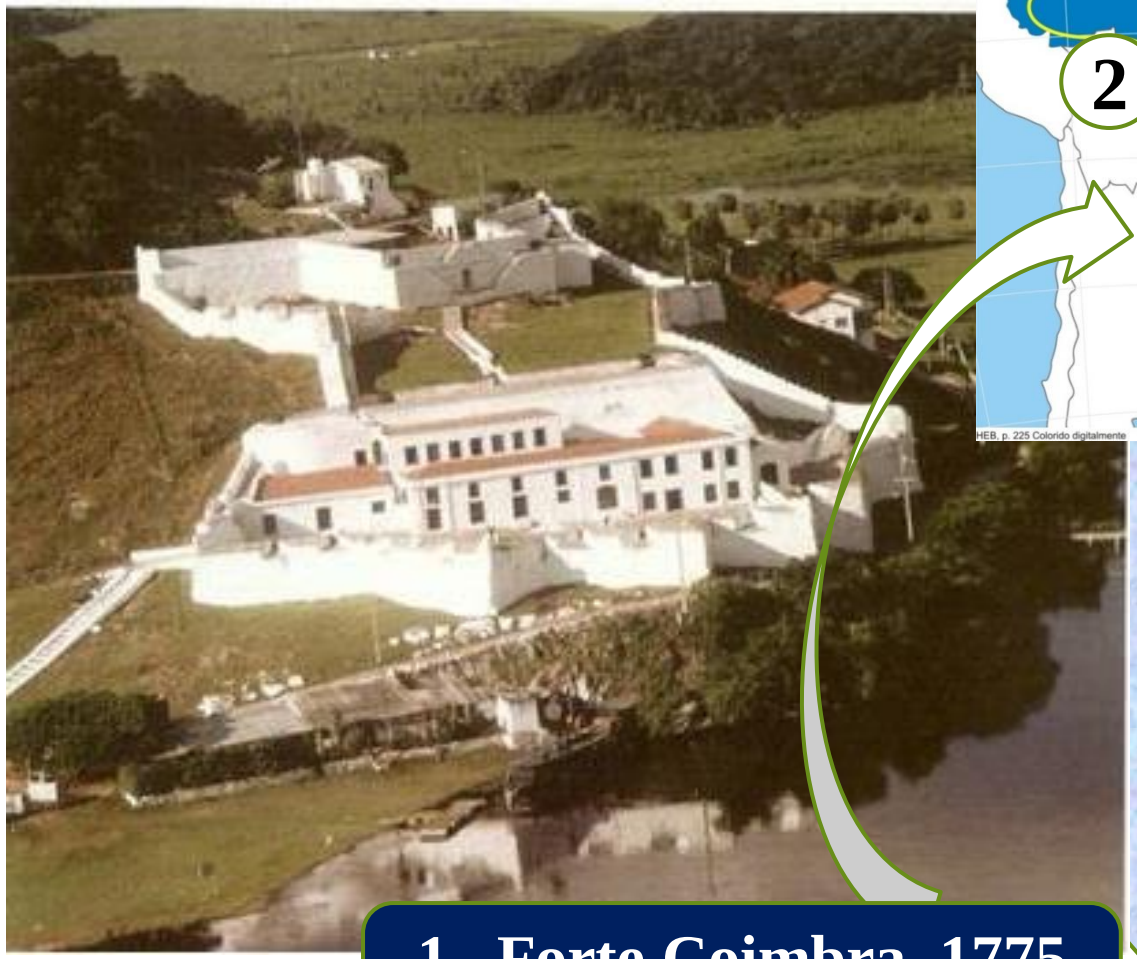
Para saber mais sobre as 19 fortificações coloniais indicadas para o Patrimônio Mundial, clique da figura à esquerda para alcançar o projeto educacional TURISMO VIRTUAL EM FORTIFICAÇÕES COLONIAIS DO BRASIL.



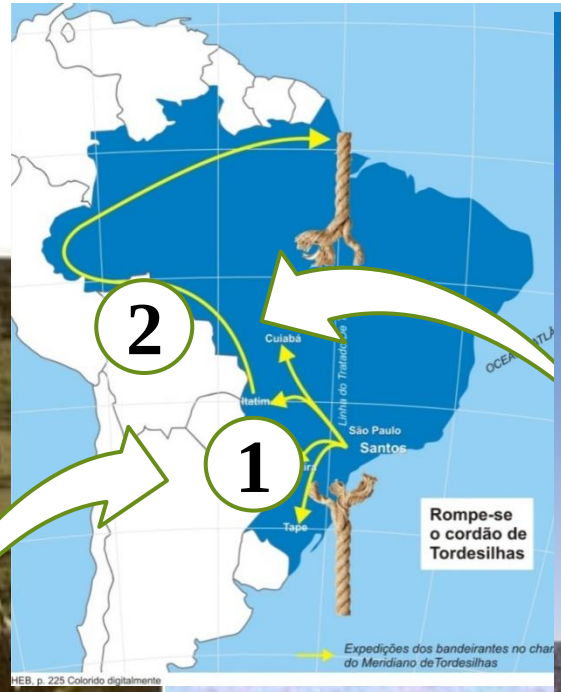
As fotos a seguir estão disponível nas capas das revistas *DaCultura* -

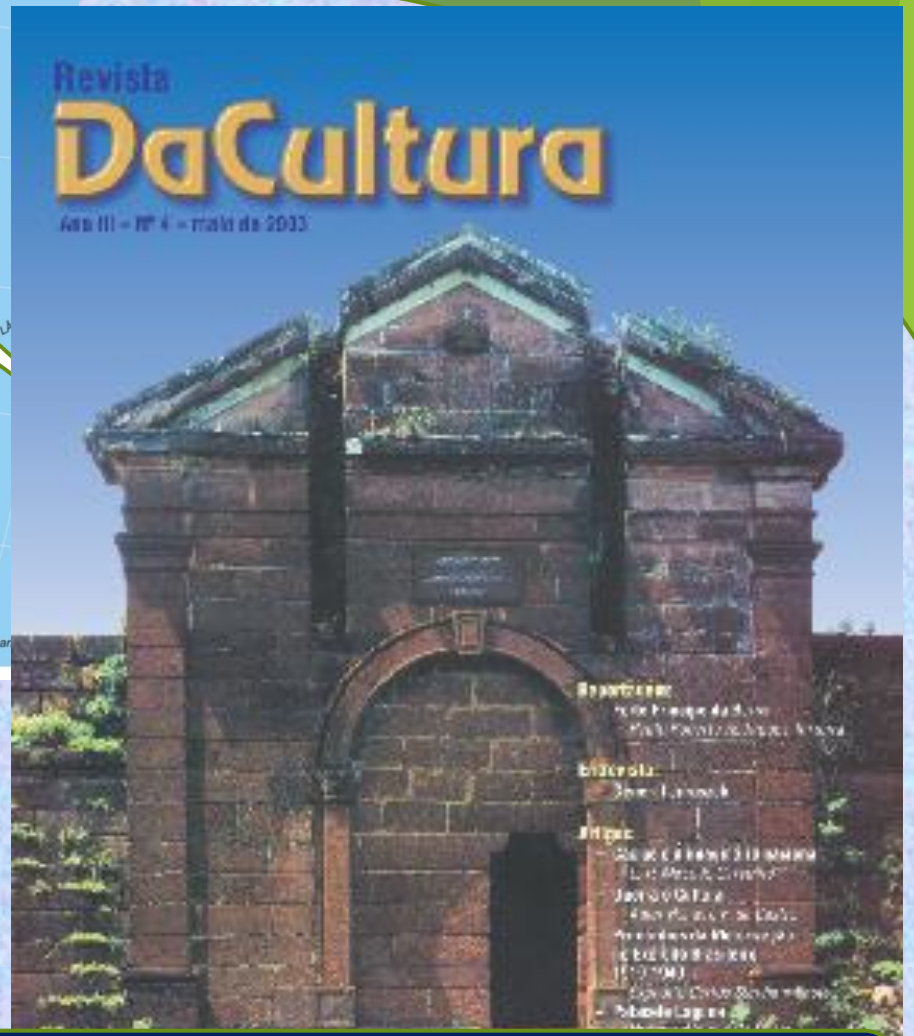
www.funceb.org.br/revistas.asp

e têm o propósito de destacar o lado belo destas fortificações coloniais edificadas no entorno da fronteira (terrestre e marítima) do Brasil, postulante, como "conjunto de bens seriados" ao título de Patrimônio Mundial, previsto para 2022, ano do Bicentenário da Independência .



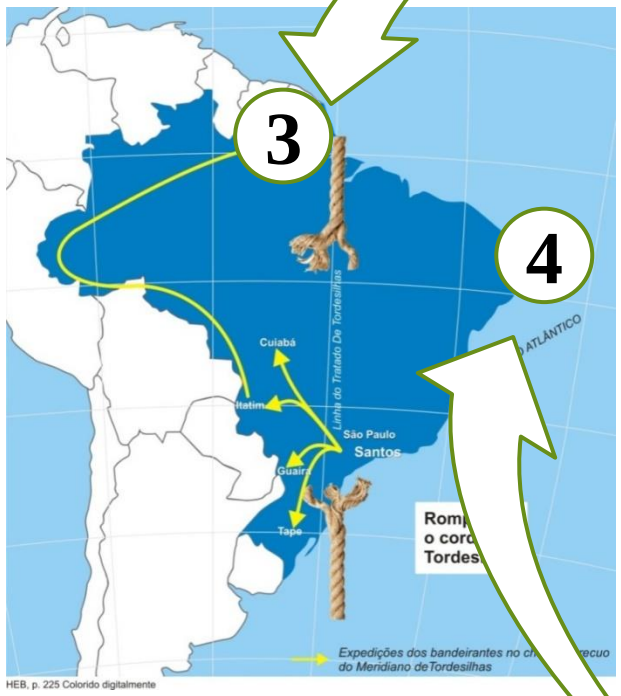
1_ Forte Coimbra, 1775
Mato Grosso do Sul



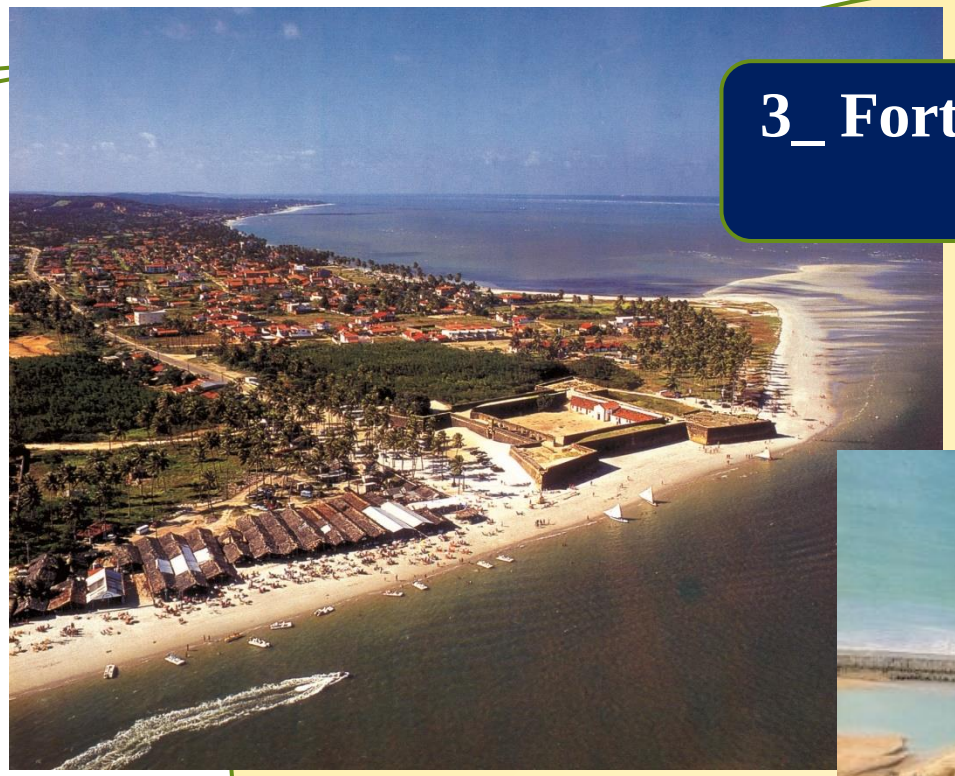


2_ Forte Príncipe da Beira, 1776
Rondônia

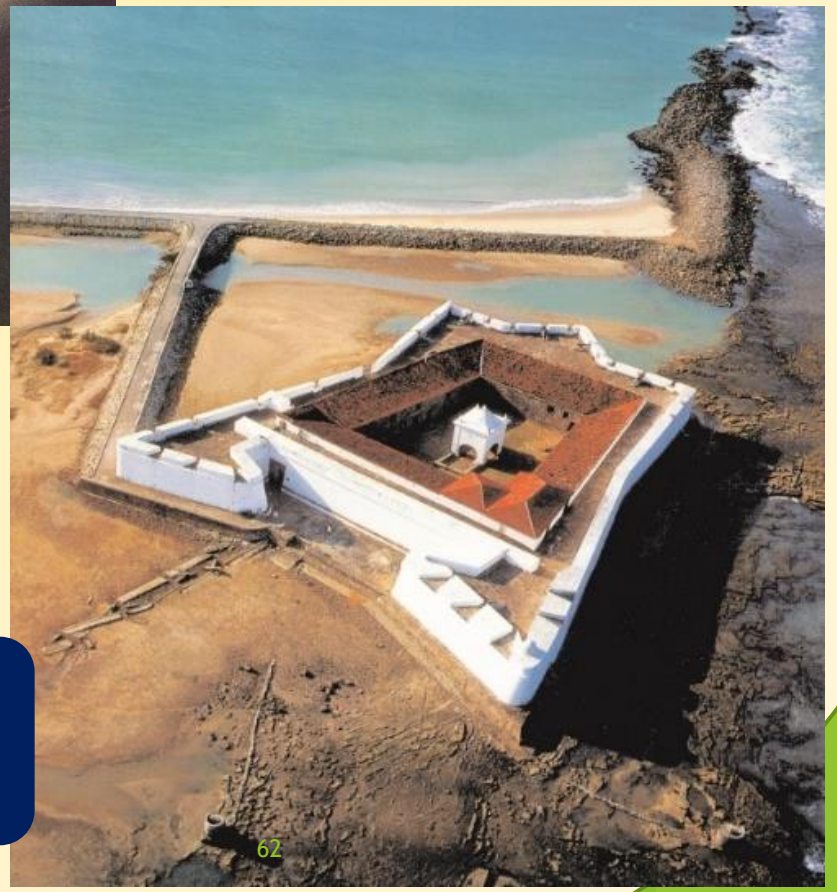
Clique na imagem para alcançar a Exposição Iconográfica



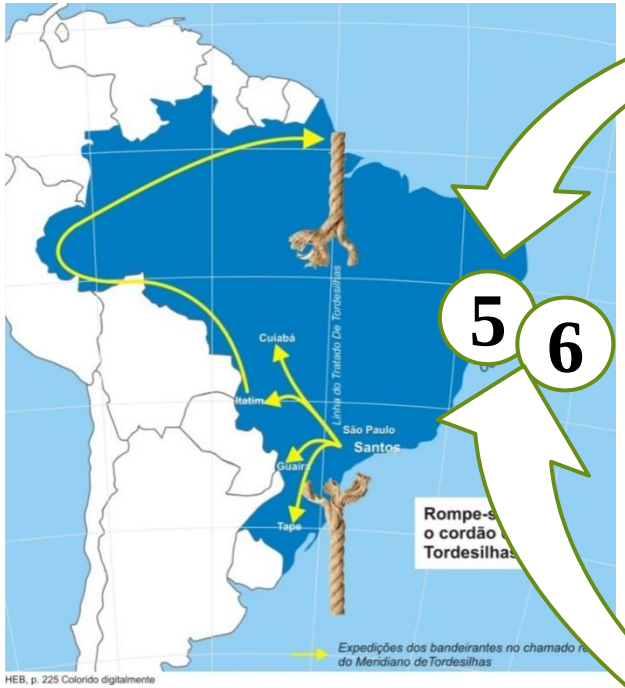
HEB, p. 225 Colorido digitalmente



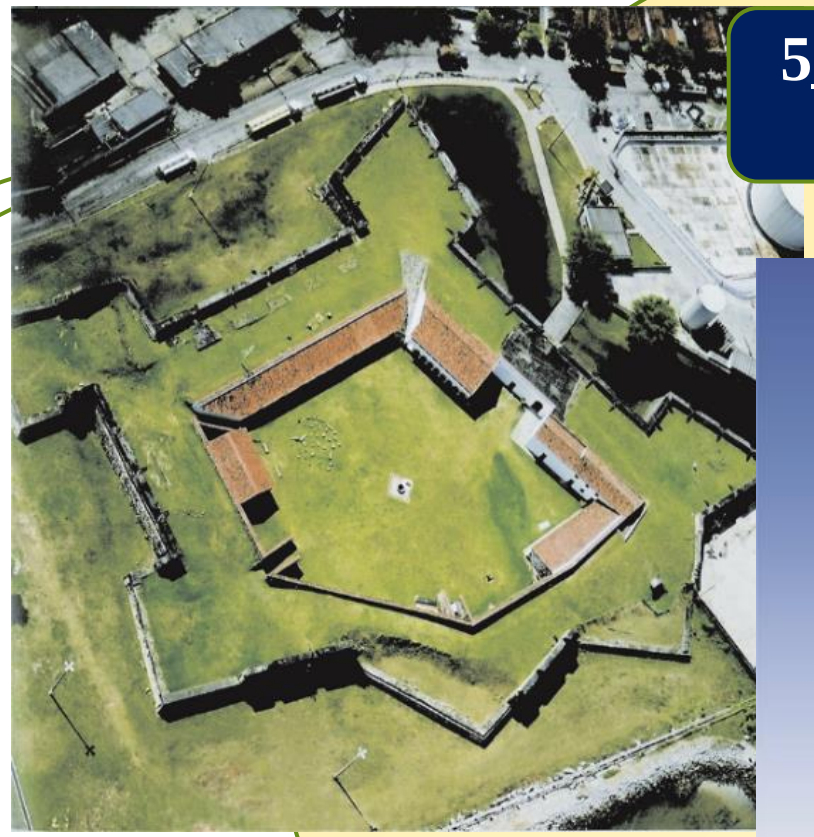
3_ Forte São José, 1764
Amapá



4_ Forte dos Reis Magos, 1594
Rio Grande do Norte



HEB, p. 225 Colorido digitalmente



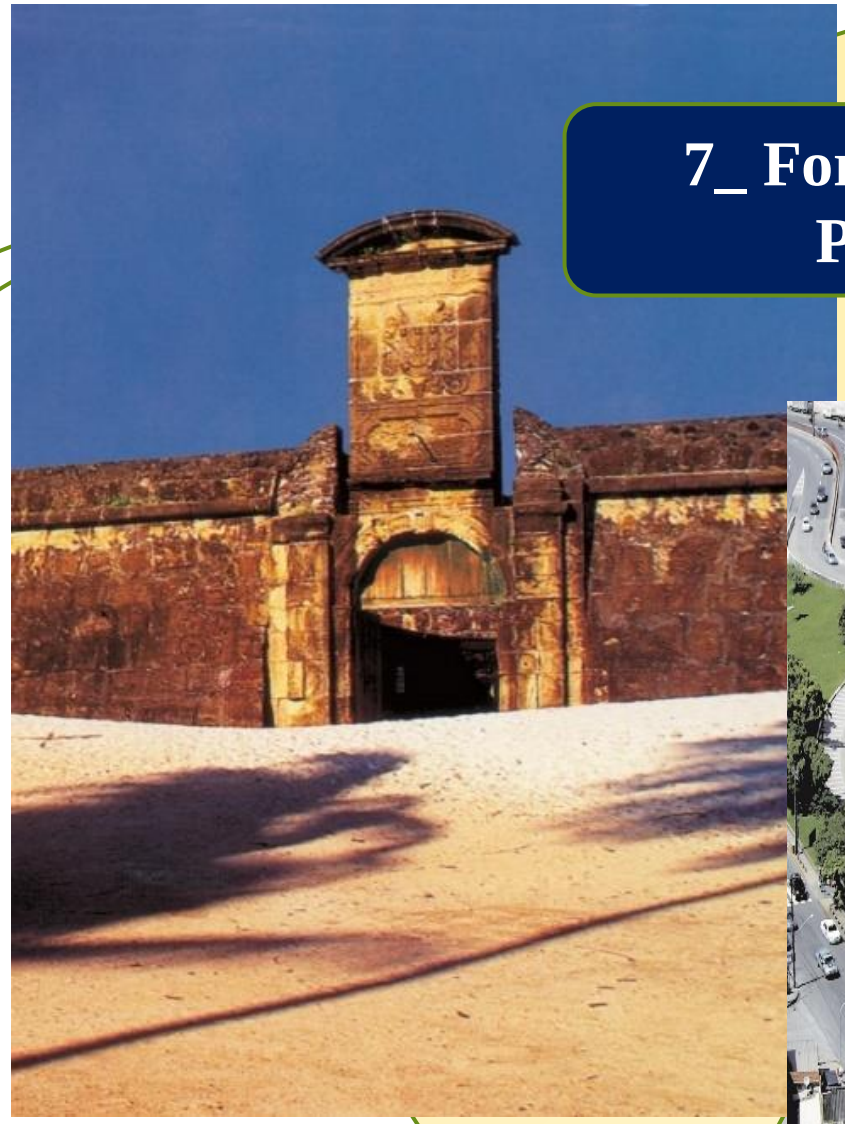
5_ Forte Santa Catarina, 1590 Paraíba



6_ Forte do Brum, 1629 Pernambuco



HEB, p. 225 Colorido digitalmente



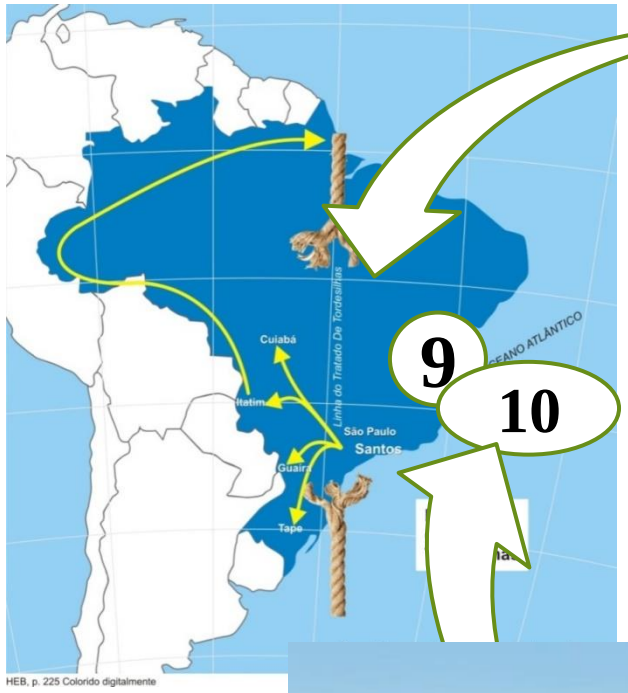
7_ Forte Orange, 1631 Pernambuco



8_ Forte das Cinco Pontas, 1630 Pernambuco

9_ Forte Sto Antônio da Barra, 1549 Bahia

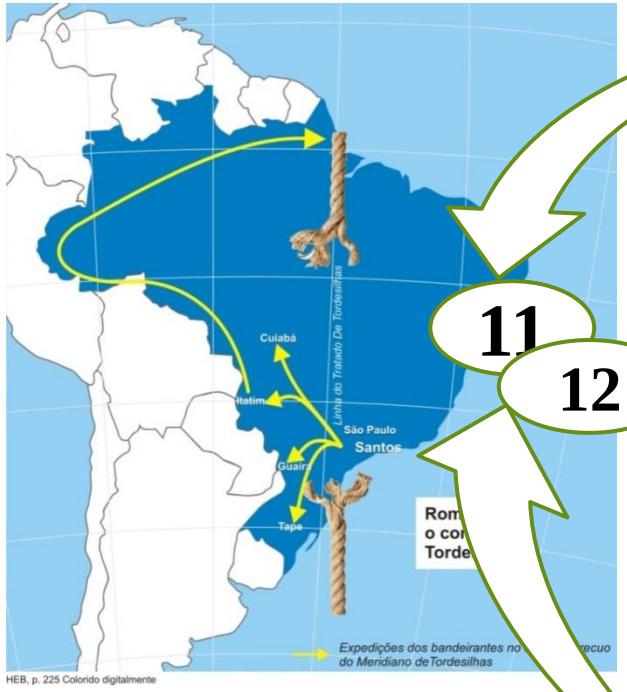




HEB, p. 225 Colorido digitalmente

10_ Forte São Diogo, 1722 Bahia





HEB, p. 225 Colorido digitalmente



11_ Forte São Marcelo, 1650 Bahia



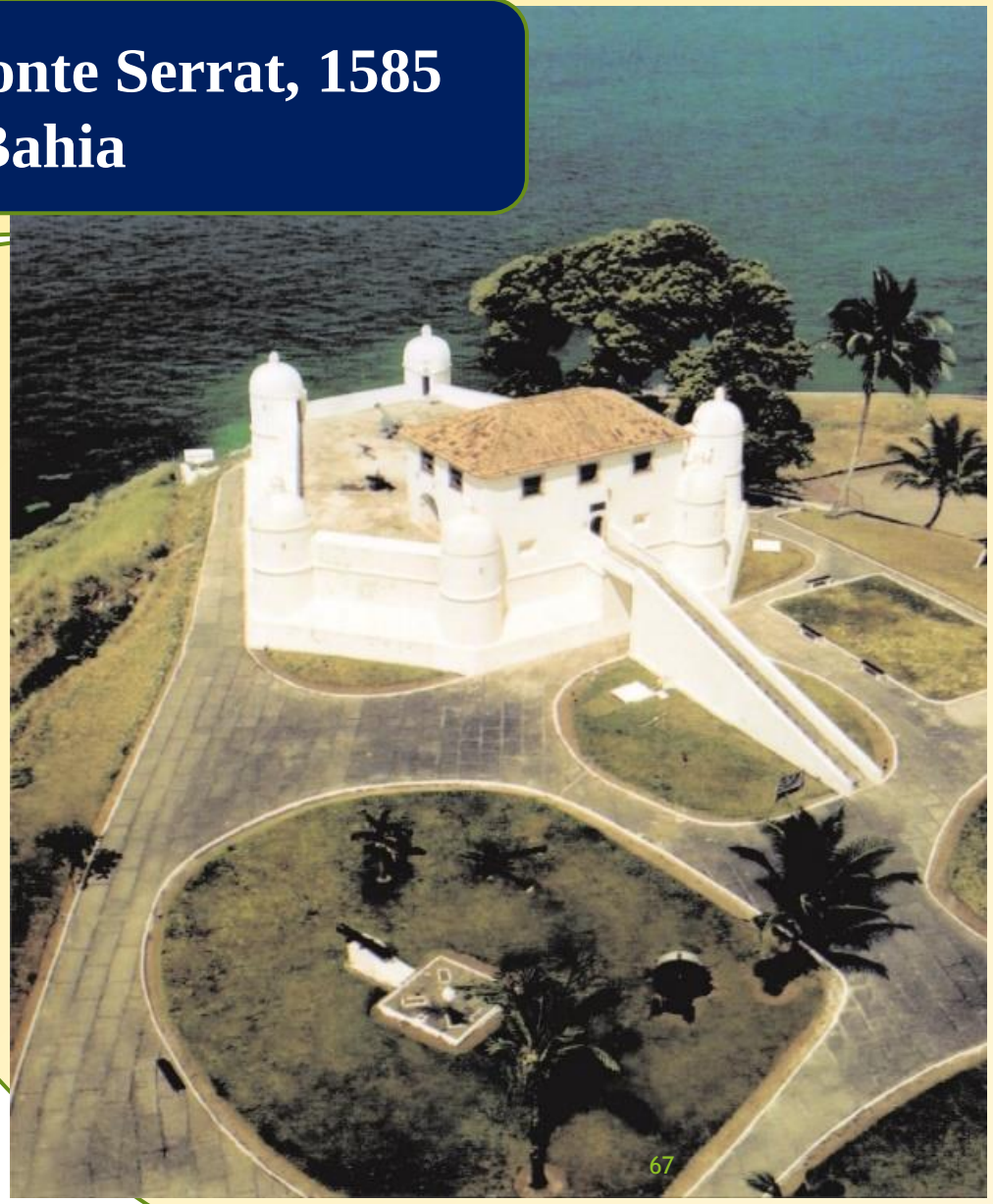
12_ Forte Santa Maria, 1614 Bahia

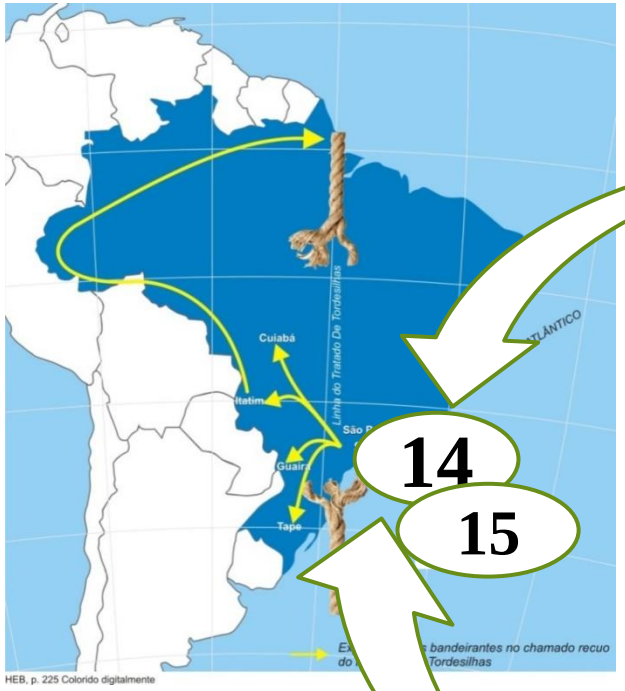
13_ Forte Monte Serrat, 1585
Bahia



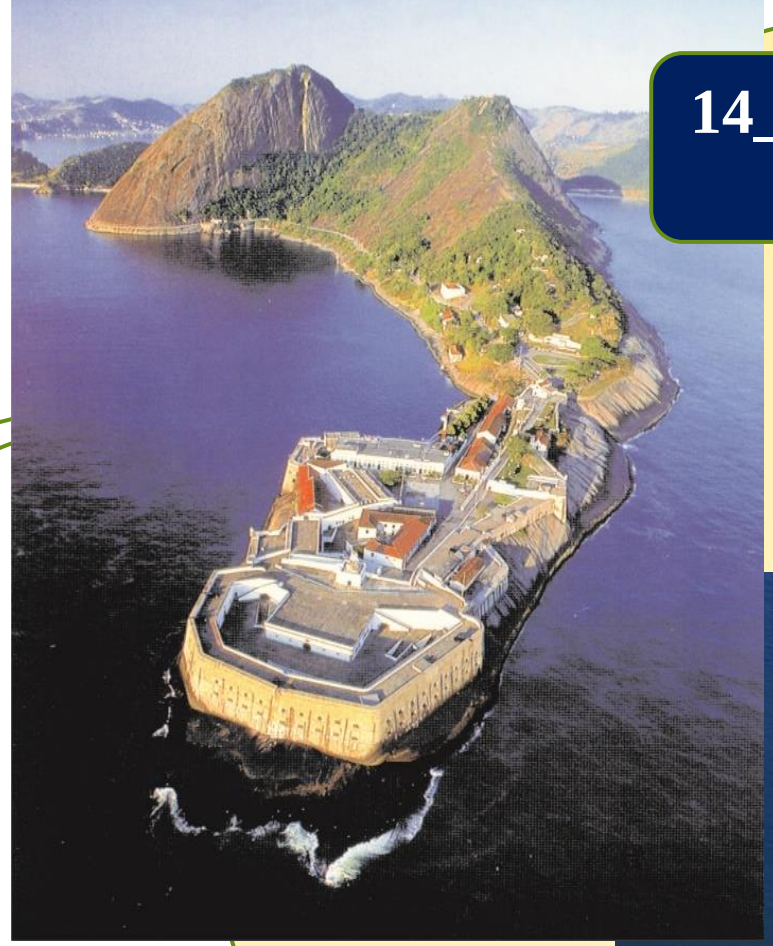
HEB, p. 225 Colorido digitalmente

13





HEB, p. 225 Colorido digitalmente



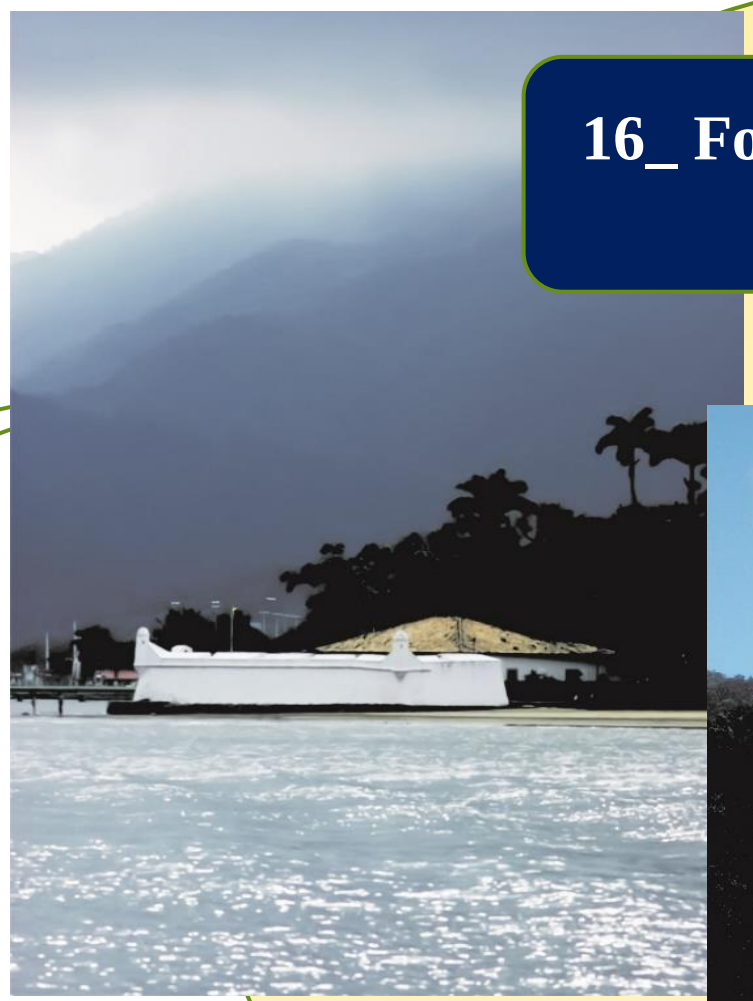
14_ Fortaleza de Santa Cruz, 1567
Rio de Janeiro



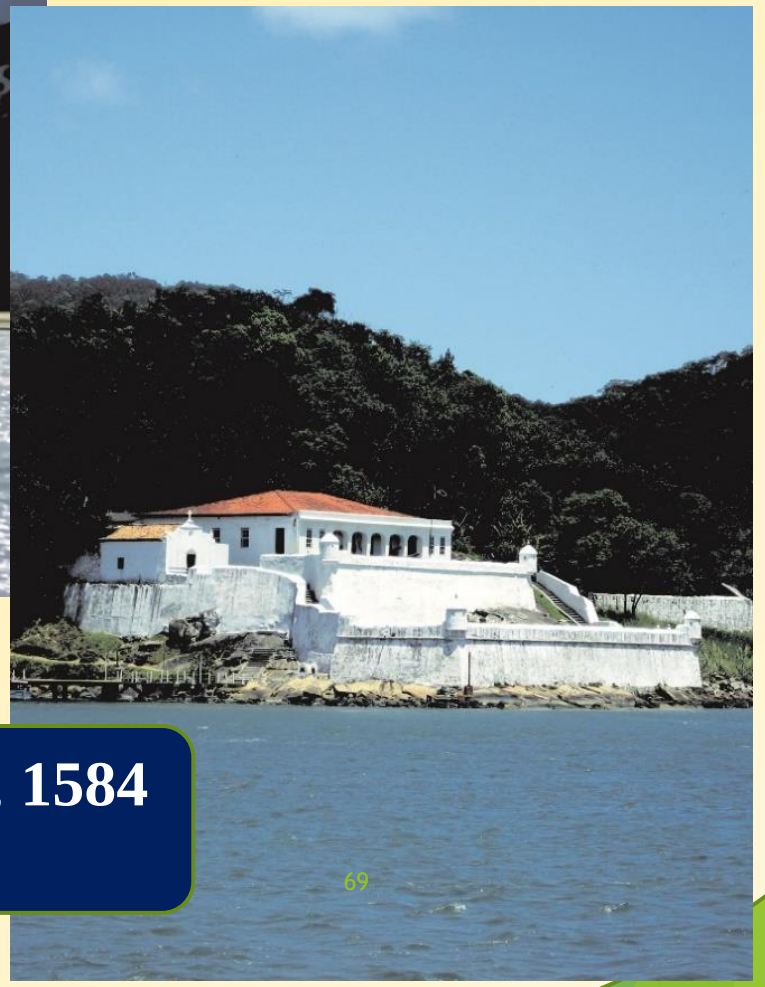
15_ Fortaleza de São João, 1565
Rio de Janeiro



HEB, p. 225 Colorido digitalmente



16_ Forte São João, 1532 / 1551
São Paulo

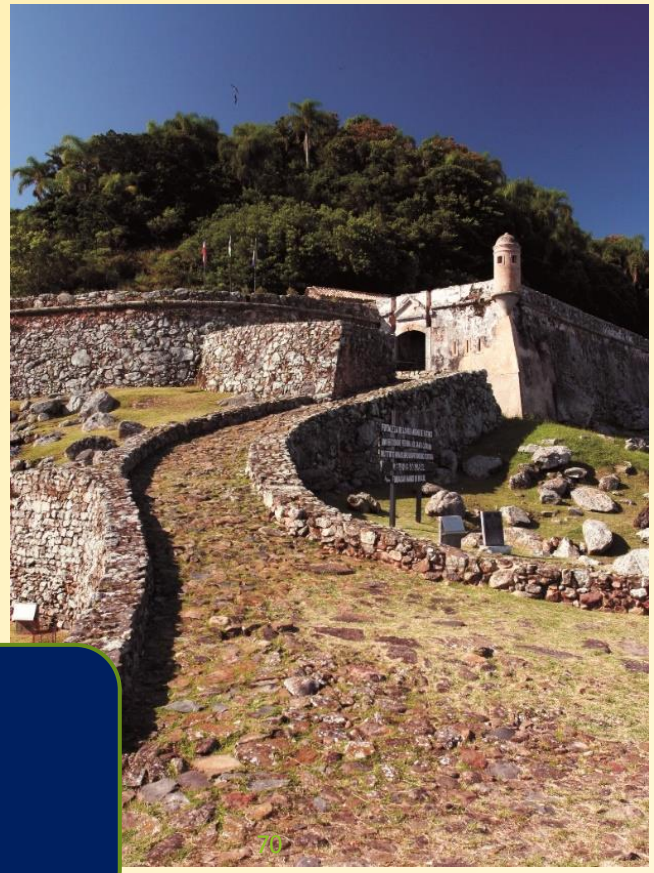


17_ Fortaleza de Santo Amaro, 1584
São Paulo

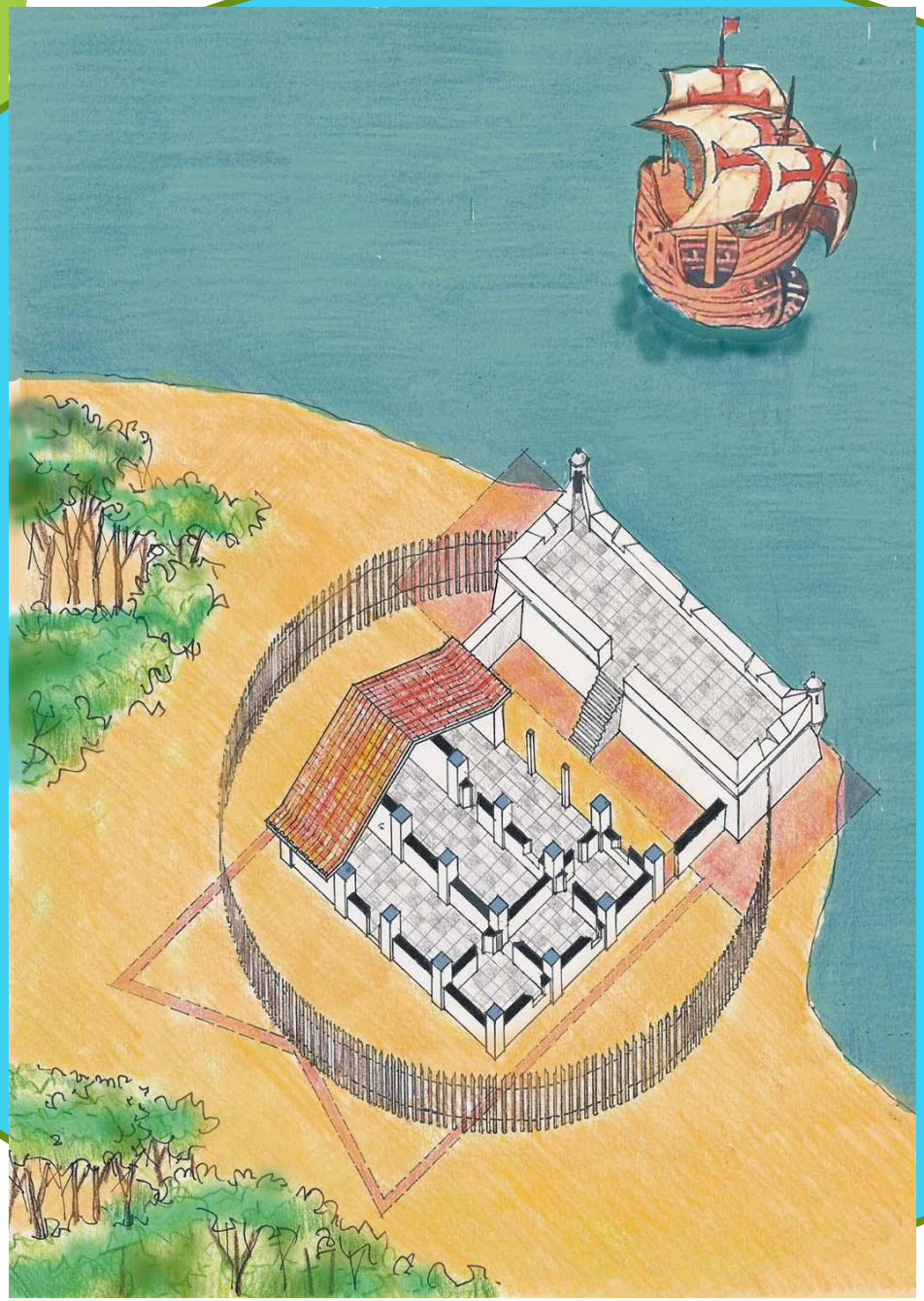
18_ Fortaleza Santa Cruz de Anhatomirin, 1739 Santa Catarina







9_ Fortaleza Santo Antônio de Ratones, 1744 Santa Catarina



9_ SISTEMA DE DEFESA DO PORTO DE SANTOS

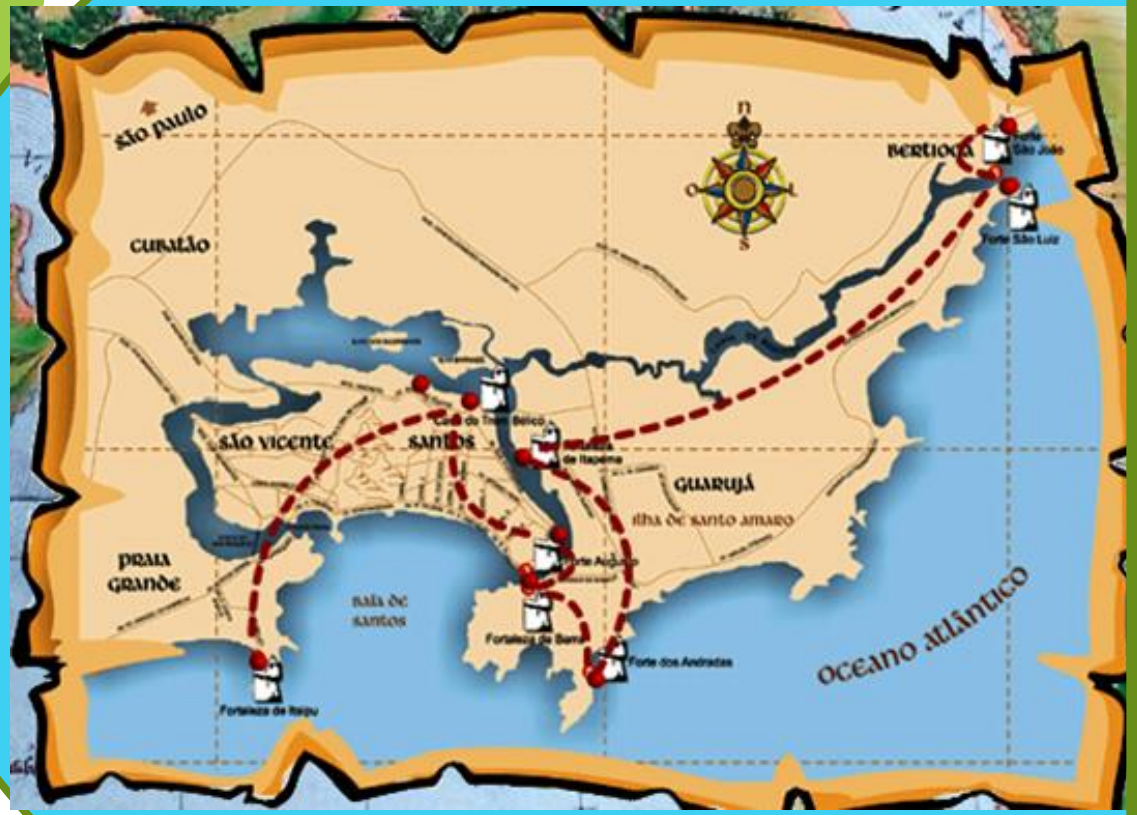
Tudo começou com Martim Afonso de Souza (1532) determinando o início da construção de um fortim junto à Barra da Bertioga, origem do primeiro forte real do Brasil.

A região da Costa da Mata Atlântica, que tem na baía de Santos o seu foco estratégico, dispõe de oito exemplares desse rico patrimônio histórico-militar erguidos ao longo de quase quinhentos anos, com o mesmo padrão de engenharia militar difundido pelo mundo inteiro, sendo seis do período colonial e dois do período republicano.



A arquitetura militar de proteção aos acessos marítimos da antiga sede da Capitania de São Vicente fundamenta-se num legado composto por seis fortificações coloniais, dispostas em três cortinas de defesa, construídas em duplas e lados opostos para cruzarem fogos sobre os acessos marítimos:

1_ ao Norte, o Forte São João (1532 / 1551) e o Forte São Felipe (1557), substituído pelo Forte São Luiz (1770), realizando a cobertura avançada do acesso marítimo à “villa” de Santos pelo canal de Bertioga;



2_ ao Sul, na embocadura do estuário que dá acesso à mesma “villa”, os espanhóis ergueram a Fortaleza de Santo Amaro (1584); e os portugueses, duas sentinelas avançadas: o Forte Augusto (1734) e o Fortim do Góes (1767);

3_ para a defesa aproximada, foram construídos o Forte Nossa Senhora do Monte Serrat (1543) e a Fortaleza Vera Cruz do Itapema (1738).

Para prover o apoio logístico-militar às fortificações, foi erguida, no centro da “cidade velha” de Santos, a Casa do Trem Bélico (1734).



https://www.agem.sp.gov.br/?portfolio=circuito-dos-fortes

www.unisantos.br/circuitofortes

Mudança de postura:

"Do repelir inimigos ao receber amigos/as"

Do esquecimento ao pertencimento

Administração compartilhada:

Forte São João - Prefeitura de Bertioga;

Forte São Luiz (ruínas) - IPHAN;

Fortaleza de Santo Amaro – Prefeitura Municipal de Guarujá;

Fortaleza de Itapema – Prefeitura de Guarujá / Alfândega de Santos;

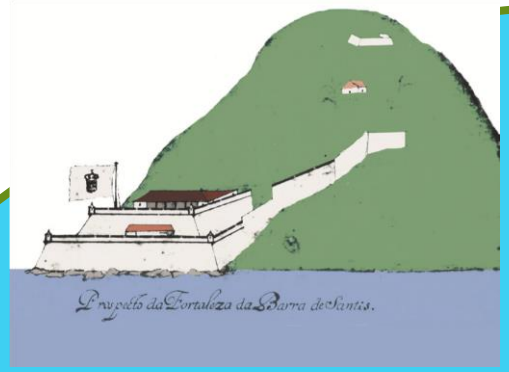
Casa do Trem Bélico - Prefeitura de Santos;

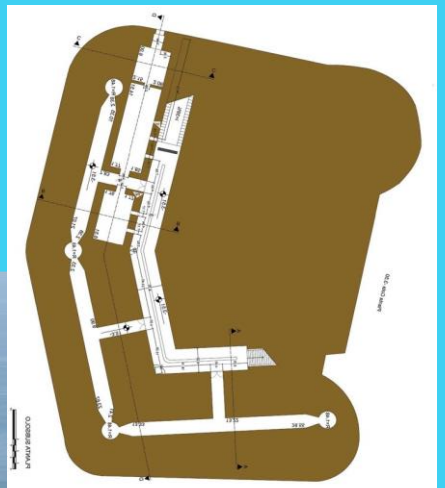
Fortaleza de Itaipu e Forte dos Andradas / Exército Brasileiro.

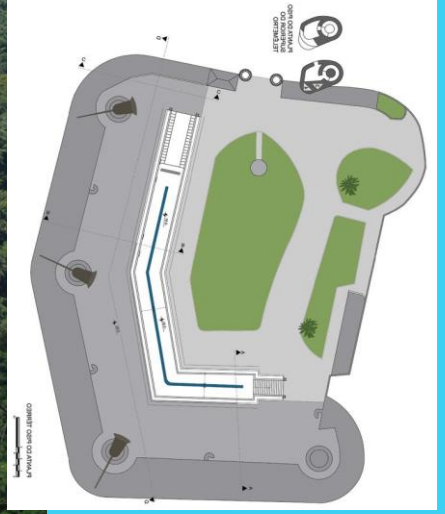


As fortificações coloniais mais expressivas permanecem de pé, desafiando os séculos, as intempéries e, por vezes, o terrível abandono. As duas mais antigas, São João e Santo Amaro, guardam suas características coloniais e estão abertas à visitação. A área ocupada pelo Forte Augusto hoje abriga o Museu de Pesca, aberto à visitação.

No dia 29 de setembro de 2009, a Casa do Trem Bélico foi reaberta ao público para ser utilizada como centro de informações turísticas e ponto inicial de visitação a este formidável sistema de defesa territorial.









Com a evolução da artilharia de costa, em resposta à evolução da artilharia naval, o sistema de defesa do porto passou a ocupar posições estratégicas mais avançadas para o mar aberto. No alvorecer do Século XX, a Fortaleza de Santo Amaro foi substituída pela Fortaleza de Itaipu (1902), ambas, construídas com solidez para durar séculos e alcançam, impolutas, um novo milênio na vigília dos mares, das praias, dos mangues e dos rochedos que contornam a baía de Santos.

O complexo Itaipu (fortes Duque de Caxias, Jurubatuba, Rêgo Barros e instalações de apoio) está assentado sobre uma pequena serra litorânea que acompanha o costão oeste da Baía de Santos..

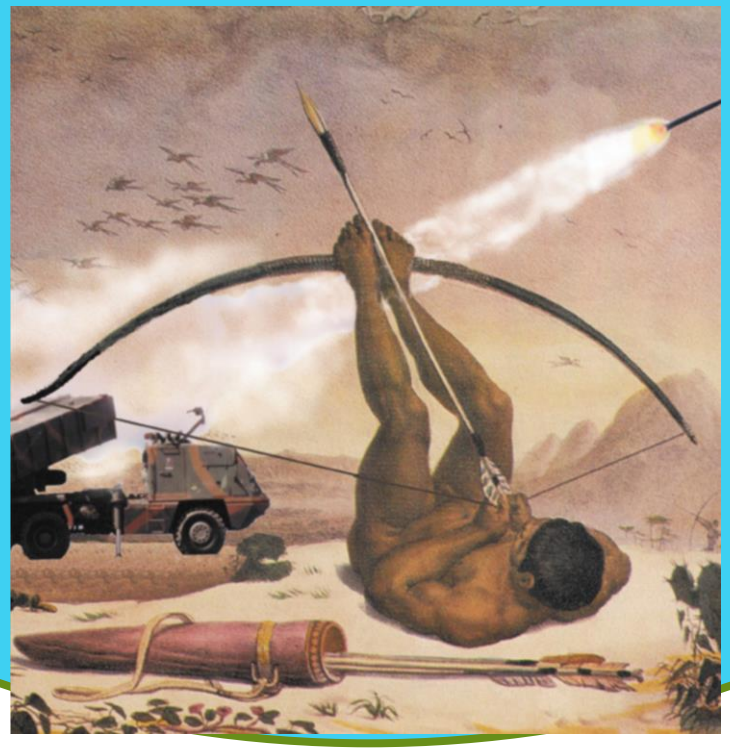




Para proteger o porto na iminência da II Guerra Mundial, no costão leste da Baía de Santos foi construído o Forte dos Andradas (1942).

O constante aprimoramento dos vetores balísticos, a maior potência dos canhões e obuses, e o emprego da aviação em combate obrigaram as fortificações a se enterrarem, a fim de se tornarem "invisíveis": "Linha Maginot", na França; "Forte dos Andradas", no Porto de Santos, por exemplo.





E, assim, o Século XX (meados) marcou o fim da artilharia de posição fixa, e a defesa territorial libertou-se progressivamente dos invólucros arquitetônicos construídos sob a forma de cortinas fortificadas, deixando de pé, ou em ruínas, um acervo patrimonial de inestimável valor cultural.

A artilharia evoluiu do arco e flecha ao míssil espacial, lançado de posição virtual.

Cumpre salientar que toda essa epopeia ocorreu por motivos relacionados com a presença dissuasória das Forças Armadas nas regiões onde nossos antepassados ergueram magníficos exemplares da arquitetura militar de defesa em posições fixas.



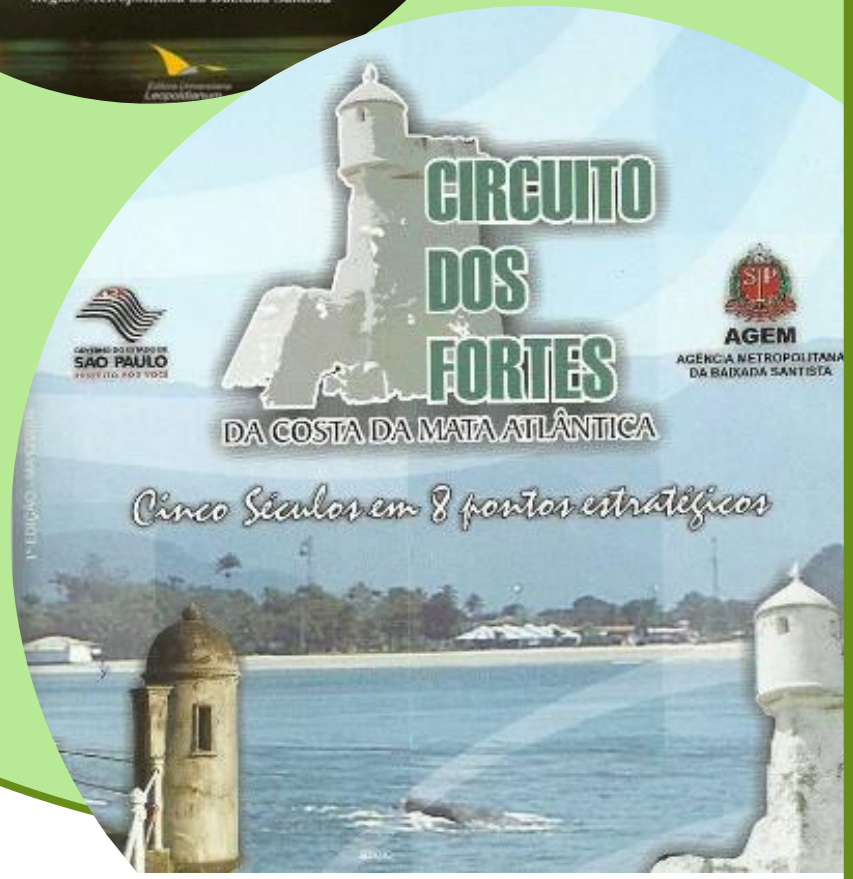
ISBN 85-3643431-0
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida sem permissão escrita da Editora ou do Autor.

10_ PORTO DE SANTOS CIRCUITO DOS FORTES

Hoje, as posições de artilharia são virtuais (foguetes e mísseis balísticos lançados de posições fugazes). A arquitetura militar de posição fixa chegou ao seu final, e as fortificações sobreviventes perderam a aptidão para o combate.

Já não se ouve o troar dos seus canhões.





O **Circuito dos Fortes**

(...) é um projeto de turismo regional instituído pelo Governo do Estado de São Paulo (RESOLUÇÃO SCTDET – 04, de 11 de fevereiro de 2004).

Os links indicados abaixo conduzirão você às publicações que descrevem o projeto turístico de forma detalhada.

Neste livro digital iremos apenas tecer breves considerações, ilustradas por belas fotos de cada uma das fortificações do antigo sistema defensivo do Porto de Santos.

https://www.agem.sp.gov.br/?portfolio=circuito-dos-fortes

https://portal.unisantos.br/circuitofortes/









1_ ao Norte, o Forte São João (1532 / 1551) e o Forte São Felipe (1557), substituído pelo Forte São Luiz (1770), realizando a cobertura avançada do acesso marítimo à “villa” de Santos pelo canal de Bertioga;









2_ ao Sul, na embocadura do estuário que dá acesso à mesma “villa”, os espanhóis ergueram a Fortaleza de Santo Amaro (1584); e os portugueses, duas sentinelas avançadas: o Forte Augusto (1734) e o Fortim do Góes (1767).



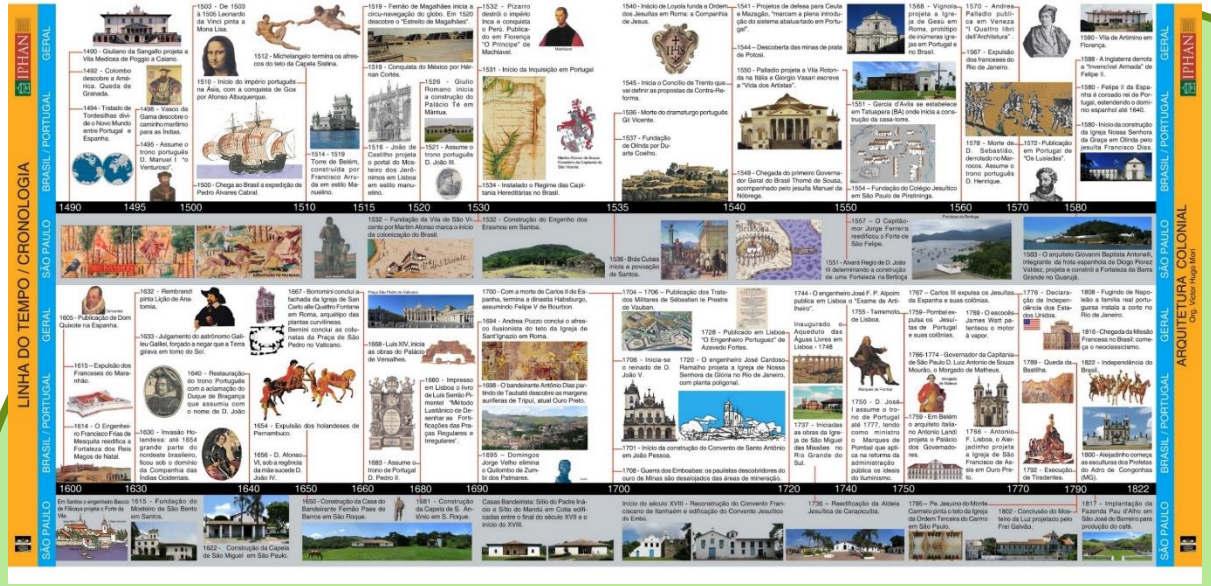






3_ para a defesa aproximada, foram construídos o Forte Nossa Senhora do Monte Serrat (1543) e a Fortaleza Vera Cruz do Itapema (1738).

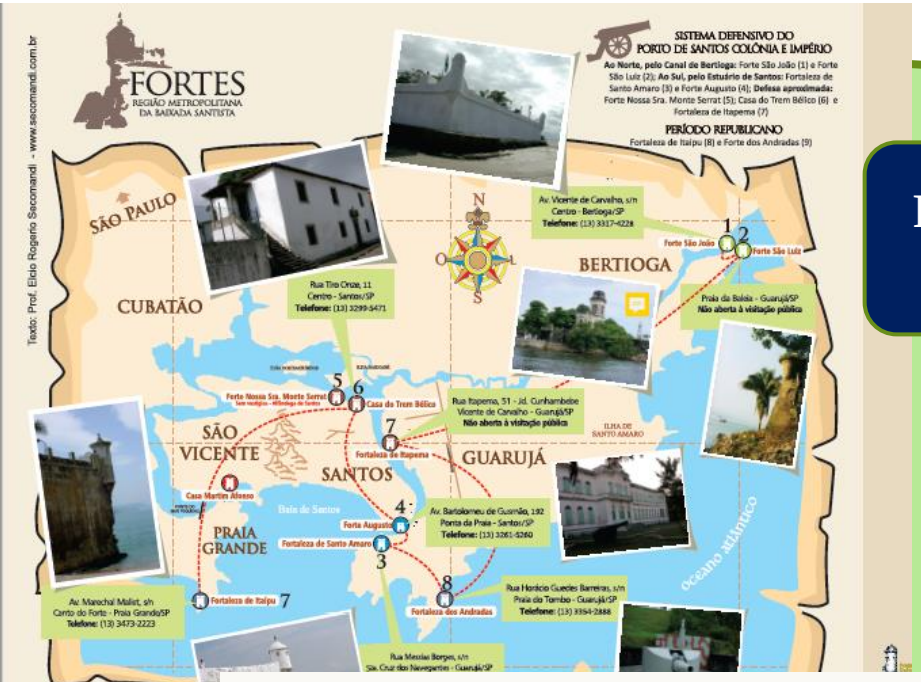
O Forte N Sra Monte Serrat é o único que não deixou vestígio. O projeto de um novo forte no Outeiro de Santa Catarina não foi executado.

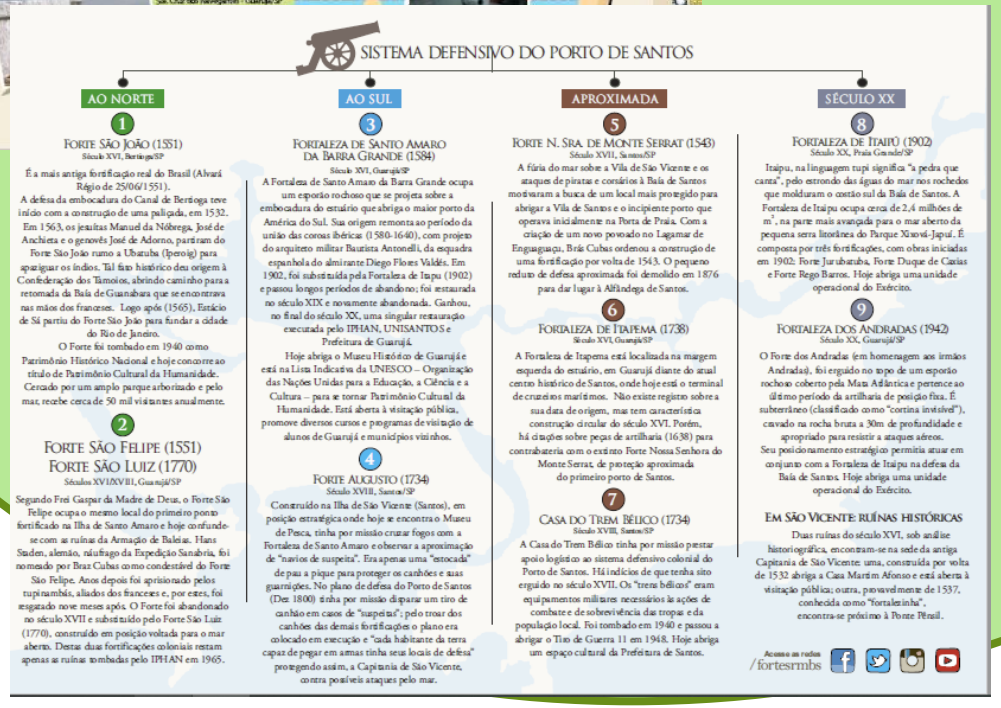




Para prover o apoio logístico-militar às fortificações, a Casa do Trem Bélico (1734) foi construída no centro da "cidade velha" de Santos.

A Casa do Trem Bélico dispõe de uma enorme Linha do Tempo, de autoria de arquiteto Victor Hugo Mori.





Folder AGEM 20.000 Exemplares / 2019

MUDANÇA DE PARADIGMA

“Repelir inimigos ao
“Receber amigos”

Do **Esquecimento**

ao

Pertencimento



Forte de São João (1551) / Bertioga

É a mais antiga fortificação real do Brasil (Alvará Régio de 25/06/1551).

Em 1532 teve início com a construção de uma paliçada, substituída pelo primeiro Fortes Real do Brasil em 1551. Em 1563, os jesuítas Manuel da Nóbrega, José de Anchieta e o genovês José de Adorno partiram para Ubatuba (Iperoig) a fim de apaziguar os índios e firmar a Confederação dos Tamoios, abrindo caminho para a retomada da Baía de Guanabara que se encontrava nas mãos dos franceses. Estácio de Sá partiu do Forte São João para fundar a cidade do Rio de Janeiro (1565).

Tombado em 1940 como Patrimônio Histórico Nacional, hoje concorre ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade .



Forte São Felipe (1551) / Forte São Luiz (1770) / Guarujá

Segundo Frei Gaspar da Madre de Deus, o Forte São Felipe ocupava o mesmo local do primeiro ponto fortificado na Ilha de Santo Amaro e hoje confunde-se com as ruínas da Armação de Baleias. Hans Staden, alemão, náufrago da Expedição Sanabria, foi nomeado por Braz Cubas como condestável do Forte São Felipe.

O Forte foi abandonado no século XVII e substituído pelo Forte São Luiz (1770), construído em posição voltada para o mar aberto. De ambos, restam apenas as ruínas tombadas pelo IPHAN em 1965.

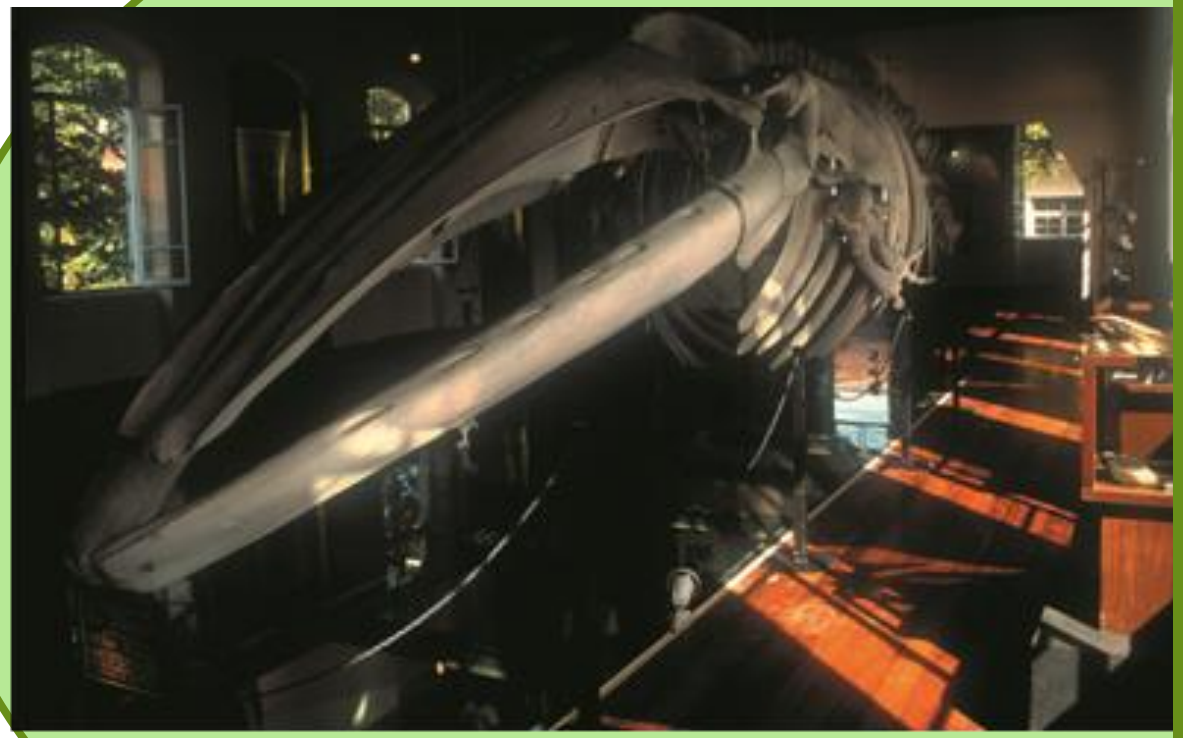


Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande (1584) / Guarujá

Sua origem remonta ao período da união das coroas ibéricas (1580-1640), com projeto do arquiteto militar Bautista Antonelli, da esquadra espanhola do almirante Diego Flores Valdés.

Em 1902, foi substituída pela Fortaleza de Itapu (1902) e passou longos períodos de abandono; foi restaurada no século XIX e novamente abandonada, mas ganhou no final do século XX, uma singular restauração executada pelo IPHAN, UNISANTOS e Prefeitura Municipal de Guarujá.

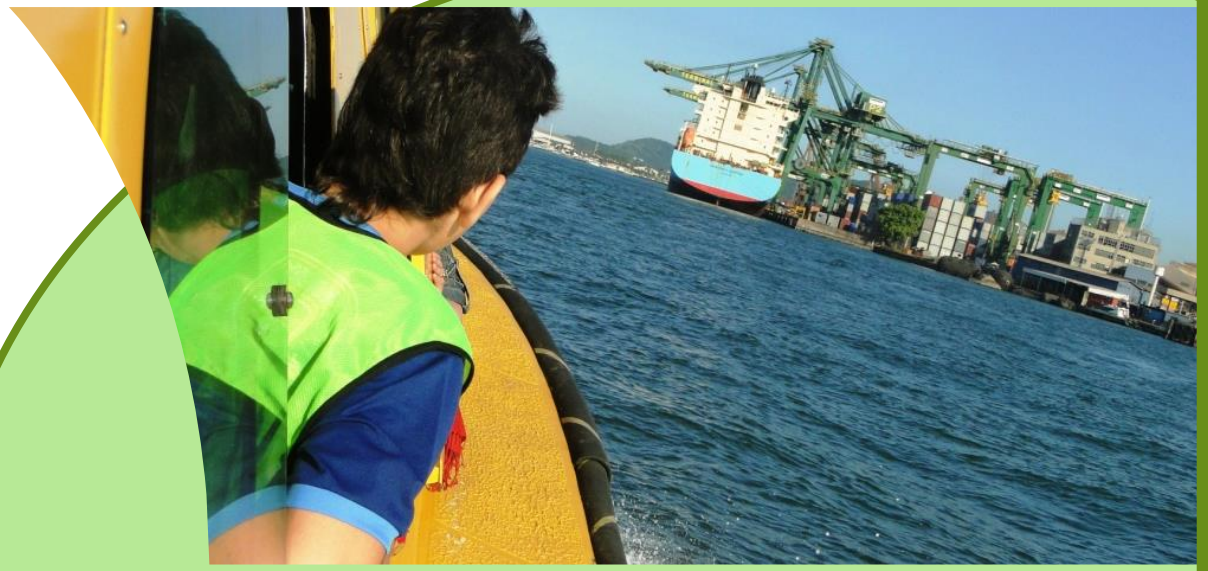
Hoje abriga o Museu Histórico “Fortaleza da Barra” e concorre ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

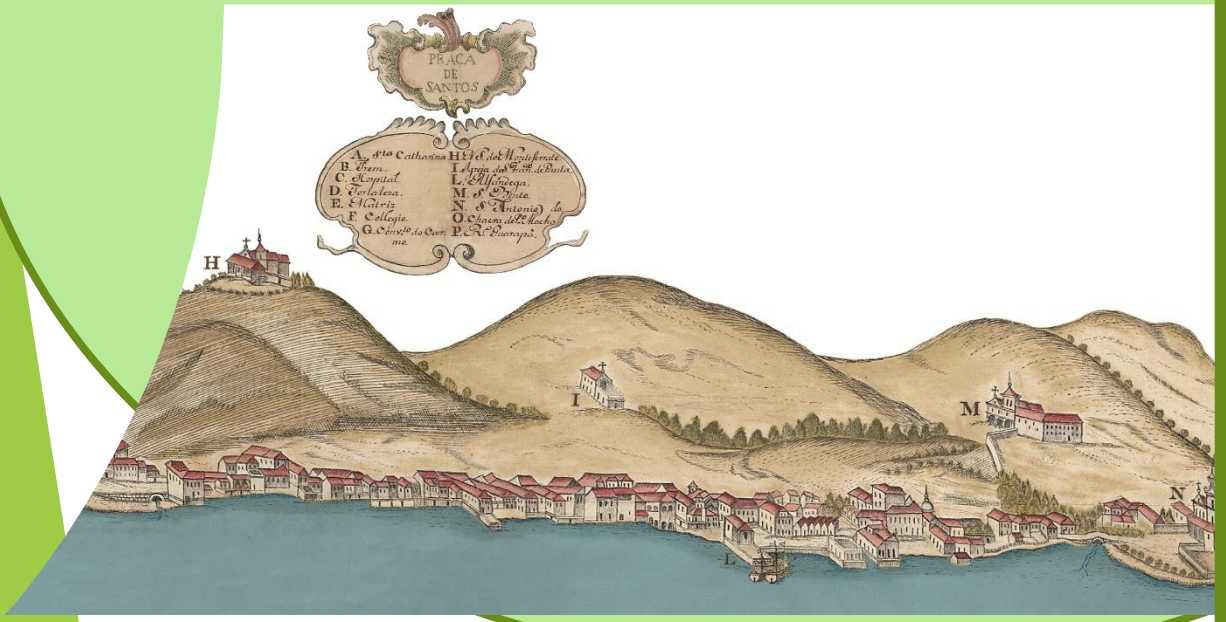


Forte Augusto (1734) / Santos

Construído na Ilha de São Vicente, na embocadura do Estuário de Santos, tinha por missão cruzar fogos com a Fortaleza de Santo Amaro e observar a aproximação de “navios de suspeita”. Hoje abriga o Museu de Pesca.

Era apenas uma “estacada” de pau a pique para proteger os canhões e suas guarnições. No Plano de Defesa do Porto de Santos (Dez 1800) tinha por missão disparar um tiro de canhão em casos de “suspeitas”; pelo troar dos canhões das demais fortificações o plano era colocado em execução e “cada habitante da terra capaz de pegar em armas tinha seu local de defesa” protegendo assim, a Capitania de São Vicente, contra possíveis ataques pelo mar.





Forte N. Sra. de Monte Serrat (1543) / Santos

A fúria do mar sobre a Vila de São Vicente e os ataques de piratas e corsários na Baía de Santos motivaram a busca de um local mais protegido para abrigar a Vila de Santos e o incipiente porto que operava inicialmente na Porta de Praia.

Com a criação de um novo povoado no Lagamar de Enguaguaçu, Brás Cubas ordenou a construção de uma fortificação por volta de 1543 (N. Sra. do Monte Serrat). O pequeno reduto de defesa aproximada foi demolido em 1876 para dar lugar à Alfândega de Santos.



Fortaleza de Itapema (1738) / Guarujá

A Fortaleza de Itapema está localizada na margem esquerda do estuário, em Guarujá, diante terminal de cruzeiros marítimos, no centro histórico de Santos.

Não existe registro sobre a data de sua origem, mas tem característica de construção circular do século XVI. As citações mais antigas referem-se a uma peça de artilharia (1638) utilizada para atuar como contrabateria do extinto Forte Nossa Senhora do Monte Serrat, na defesa aproximada do Porto de Santos.



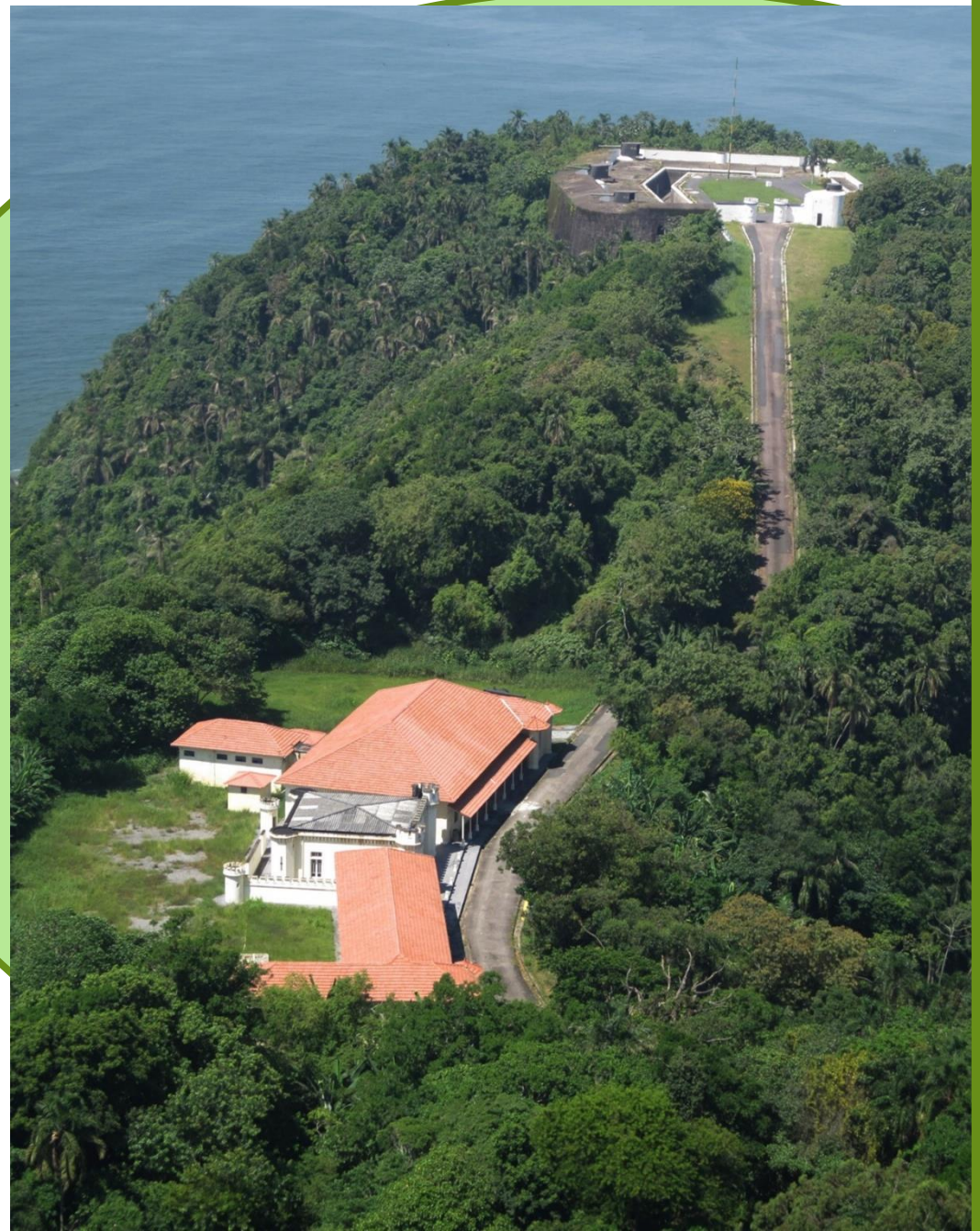
Casa do Trem Bélico (1734) / Santos

A Casa do Trem Bélico tinha por missão prestar apoio logístico ao sistema defensivo colonial do Porto de Santos.

Há indícios de que tenha sido erguido no século XVII. Os “trens bélicos” eram equipamentos militares necessários às ações de combate e de sobrevivência das tropas e da população local.

Foi tombado em 1940 e passou a abrigar o Tiro de Guerra 11 em 1948.

Hoje abriga um espaço cultural da Prefeitura Municipal de Santos.



Fortaleza de Itaipu (1902) / Praia Grande

Itaipu, na linguagem tupi significa “a pedra que canta”, pelo estrondo das águas do mar nos rochedos que molduram o costão sul da Baía de Santos.

A Fortaleza de Itaipu ocupa cerca de 2,4 milhões de m^2 na parte mais avançada para o mar aberto da pequena serra litorânea do Parque Xixová-Japuí.

É composta por três fortificações, com obras iniciadas em 1902: Forte Jurubatuba, Forte Duque de Caxias e Forte Rego Barros.

Hoje abriga uma unidade operacional do Exército.



Forte dos Andradas (1942) / Guarujá

O Forte dos Andradas foi erguido no topo de um esporão rochoso coberto pela Mata Atlântica e pertence ao último período da artilharia de posição fixa.

É subterrâneo (“cortina invisível”), cravado na rocha bruta a 30m de profundidade e apropriado para resistir a ataques aéreos. Seu posicionamento estratégico permitia atuar em conjunto com a Fortaleza de Itaipu na defesa da Baía de Santos.

Hoje abriga uma unidade operacional do Exército.



Domingo 17 maio de 2020 | A TRIBUNA www.atribuna.com.br | C-5

FALE COM A GENTE!
Editora Carla Zomignani
E-mail turismo@atribuna.com.br
Telefone 2102-7154

Navegar é preciso
Os cruzeiristas de plantão já podem planejar suas viagens entre 2021 e 2023. E o melhor: são roteiros inéditos e imperdíveis, que contemplam sete continentes, a escolher! c4

TURISMO

Fortes
Em defesa de nossa história

Dezenove fortificações brasileiras se candidataram ao título de Patrimônio Mundial da Unesco. Duas delas estão na Baixada Santista

CARLA ZOMIGNANI
EDITORA

Em 2022, ano em que o Brasil comemora o bicentenário de sua Independência, 19 fortificações coloniais que pontilham o Litoral Brasileiro concorrem ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. Edificado entre os séculos 16 e 18, o conjunto de fortes e fortalezas nacionais está entre as indicações mundiais, sendo que dois deles ficam bem pertinho de nós: a Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, de Guarujá – situada no Estuário da Baía de Santos – e o Forte São João, em Bertioga. Ambos representam o Estado na lista da Unesco.

A candidatura das fortificações foi formalizada em 2015, pelo Comitê Nacional da Candidatura das Fortificações do Brasil, que é formado por técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) – vinculado ao Ministério do Turismo.

A divulgação dos fortes eleitos como patrimônio mundial só ocorrerá em 2022, mas, até lá, que tal conhecer a sua importância histórico-cultural para o País por meio de uma viagem virtual? Afinal, o que não faltam são sites com rico material informativo, imagens e vídeos capazes de nos transportar para uma viagem aos séculos 16, 17 e 18, época em que essas edificações foram de vital importância na defesa de nossas águas.

Um dos defensores do valor simbólico desses fortes para o País e também do sentimento de pertencimento pela população é o professor emérito da UniSantos, Elcio Rogerio Secomandi. Também coronel reformado do Exército, ele representa a Fundação Cultural Exército Brasileiro (Funceb) no Comitê Nacional do Iphan. E tem se empenhado no meio acadêmico e junto a instituições da Baixada Santista para o fortalecimento e divulgação das candidaturas.

"Meu empenho sobre o pertencimento e uma atuação comunitária

FOTOS VANESSA RODRIGUES

A Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, de Guarujá, foi construída em 1583 e, após um período de abandono, ressurgiu como uma Fênix em 1983, graças ao projeto de restauração realizado pela UniSantos. Hoje abriga o Museu Histórico Fortaleza da Barra, administrado pela Prefeitura de Guarujá. Visite: www.guaruja.gov.br; fortalezas.org; http://eventos.museus.gov.br

O Forte São João, de Bertioga, é a mais antiga fortificação real do País, erguida em 1551. Fincado no Parque dos Tupiniquins, na embocadura do Canal da Enseada, o Forte inaugura este mês sua exposição permanente, com artefatos que contam a história do Brasil, como canhões, armaduras de guerra, fotos, quadros e esculturas. Visite: www.bertioga.sp.gov.br/

Em São Vicente: ruínas históricas

Duas ruínas do século XVI, sob análise historiográfica, encontram-se na sede da antiga Capitania de São Vicente: uma, construída por volta de 1532 abriga a Casa Martim Afonso e está aberta à visitação pública; outra, provavelmente de 1537, conhecida como "fortalezinha", tem ruínas próximo à Ponte Pênsil.

O jornal A TRIBUNA, dia 17 de maio de 2020, dedica página inteira, com artigo da jornalista Carla Zomignani " Em defesa da nossa história", pelo seu perfil militar edificado.



FINALIZANDO...

Acesse a rica história do mais expressivo conjunto arquitetônico-militar colonial do Estado de São Paulo – Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, Guarujá, SP.

VOCÊ...

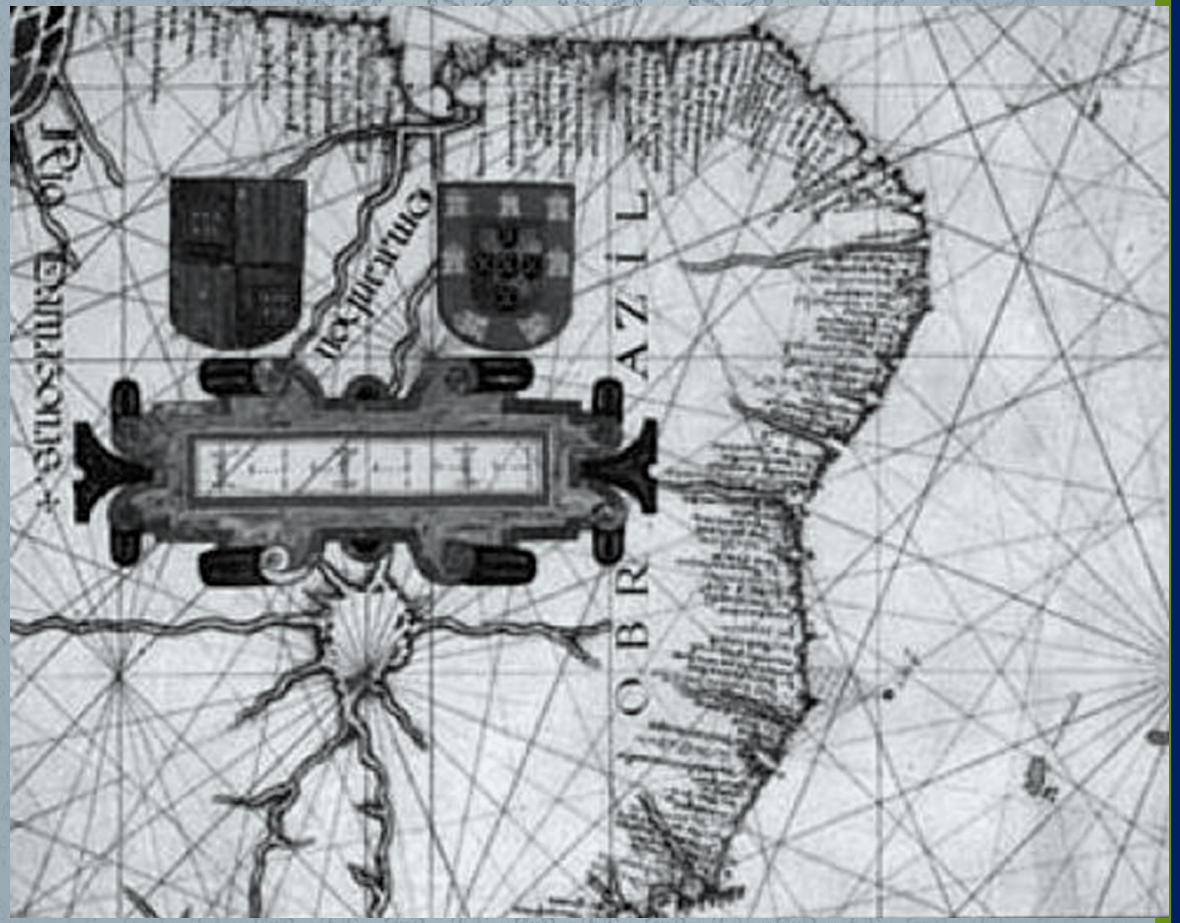
... terá acesso (link abaixo) ao tema da apresentação do autor no II Seminário Internacional promovido pela IPHAN / DPHCEx / FUNCEB na Fortaleza de São João, Rio de Janeiro, (05/12/2019).

https://www.academia.edu/42026604/FORTALEZA_DE_SANTO_AMARO_DA_BARRA_GRANDE_GUARUJ%C3%81_SP

CESAR BARGO PEREZ
Arquiteto,
Doutor em Comunicação pela Universidade de São Paulo
Coordenador de Relações Institucionais da
Universidade Católica de Santos

ADENDA I
A QUESTÃO DO PERTENCIMENTO

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL



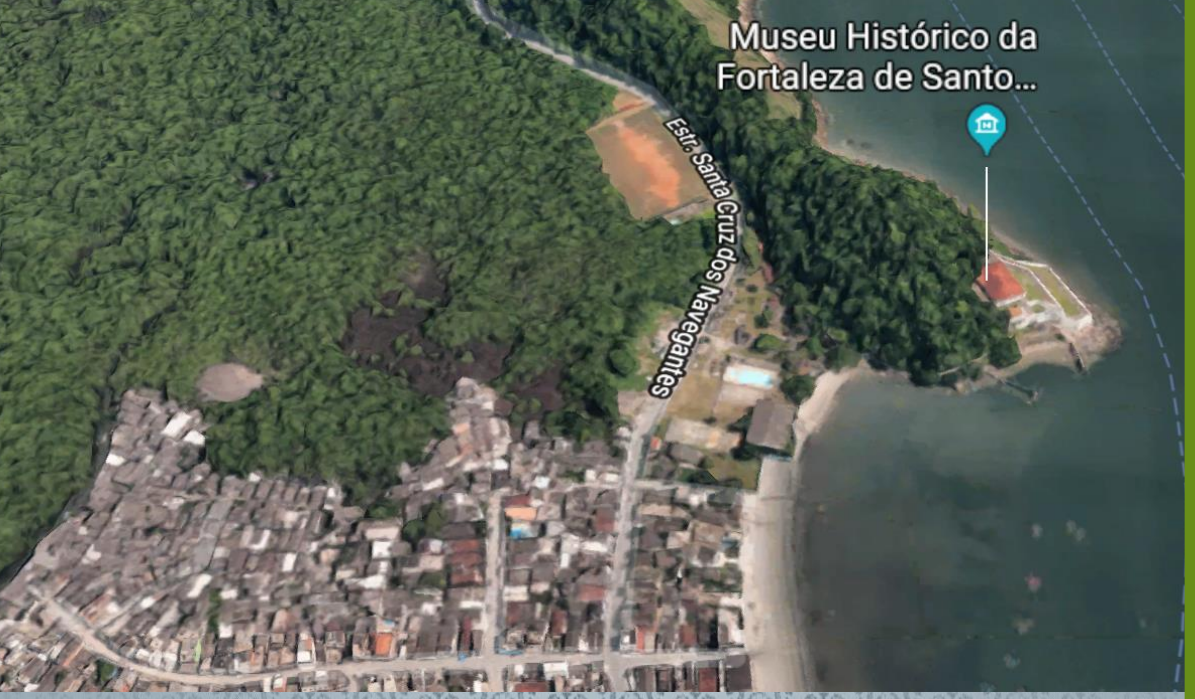
A QUESTÃO DO PERTENCIMENTO

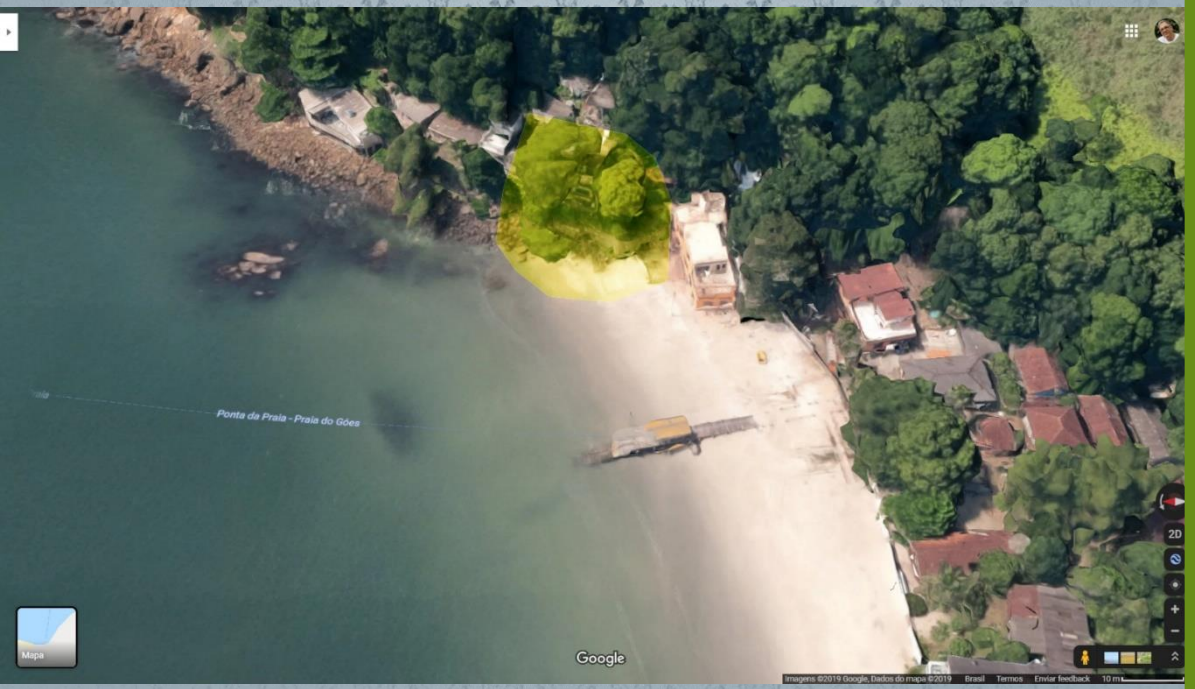
Capítulo extraído da publicação
“Um roteiro histórico-cultural pela fronteira (terrestre e marítima) do Brasil”
de
Elcio Rogério Secomandi e Cesar Bargo Perez, 2020



A Universidade Católica de Santos mantém ativos diversos Grupos de Pesquisa cadastrados junto ao seu Instituto de Pesquisa Científicas e Tecnológicas (IPECI).

O Grupo "Registro Plástico e Audiovisual & Representações em Arquitetura e Urbanismo", registrado junto ao CNPq, atua dentro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUS).





O Grupo composto por estudantes de Arquitetura, Comunicação, História e Tradução, utiliza um *Método Indiciário* para identificar uma cartografia social, mediante narrativas orais dos habitantes das comunidades de Santa Cruz dos Navegantes e da Praia do Góes, Guarujá, SP.

Estas duas comunidades estão na zona de amortecimento da Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande e almejam seu reconhecimento e internalização no coletivo da comunidade.





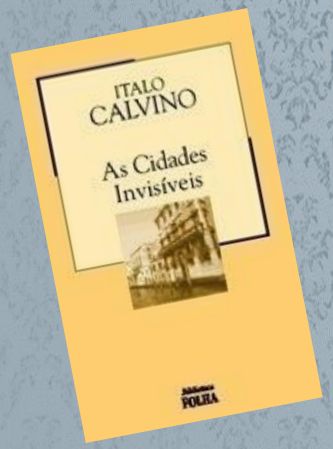
O Grupo de Pesquisa baliza-se pela percepção e análise crítica do espaço urbano e suas alterações territoriais em relação ao desenvolvimento da Cidade ao longo do tempo.

Há uma história intangível presente no relato do habitante da cidade.

A coleção desses registros testemunhais, somados aos levantamentos cadastral, socioeconômico e iconográfico do espaço de estudo serve de subsídio à análises tanto no campo da Arquitetura quanto no do Urbanismo.

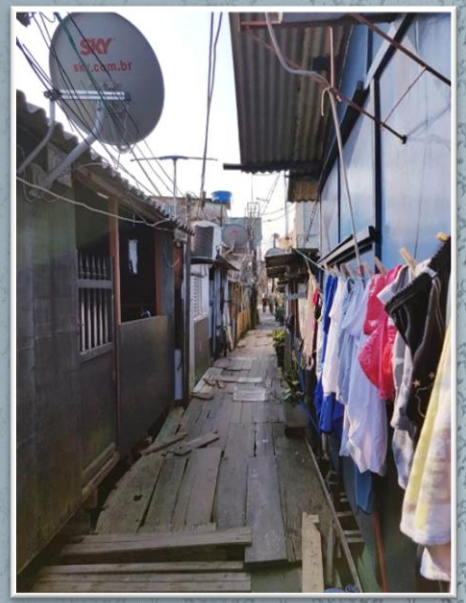






"De uma cidade,
não aproveitamos
as suas sete ou setenta e sete
maravilhas, mas a resposta
que dá às nossas perguntas."
Italo Calvino,
As Cidades Invisíveis

A partir da identificação das lideranças e do público de interesse nas comunidades de Santa Cruz dos Navegantes e Praia do Góes, estamos conduzindo registros das histórias de vida dessa população, sob o prisma de sua relação de pertencimento com a Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande.







“Há movimento entre vielas e trapiches, há passos dos que vão e dos que vêm, em chãos de terra batida ou na areia.

O Sol é testemunha da sensação coletiva de pertencer a esse lugar.”

BARGO, C. 2017



O Grupo de Pesquisa entende que existe um senso de pertencimento do cidadão comum para com sua comunidade, em um viés misto de influência religiosa, política e socioeconômica, porém com aparente carência de uma identidade cultural.

A hipótese inicial é que a consolidação desse senso de pertencimento extensível ao bem patrimonial passa pela criação de um suporte cultural à comunidade, um foro de convergência para histórias e narrativas orais que ali circulam e que reforçam os valores que caracterizam o bem no imaginário coletivo.





ESTRUTURA DO PROJETO

FASE 01: Reconhecimento da Área

Da aproximação com o Poder Público e do entendimento da geografia e estrutura socioeconômica e cultural da região, o Grupo toma conhecimento das relações que estruturam a vida na Zona de Amortecimento do Bem Patrimonial.

O processo, que se inicia com levantamento cadastral e com uma série de visitas ao local, tem um fluxo contínuo de atualização respaldado pelo acolhimento da comunidades e suporte dos órgãos públicos que melhor têm trâmite entre os moradores.

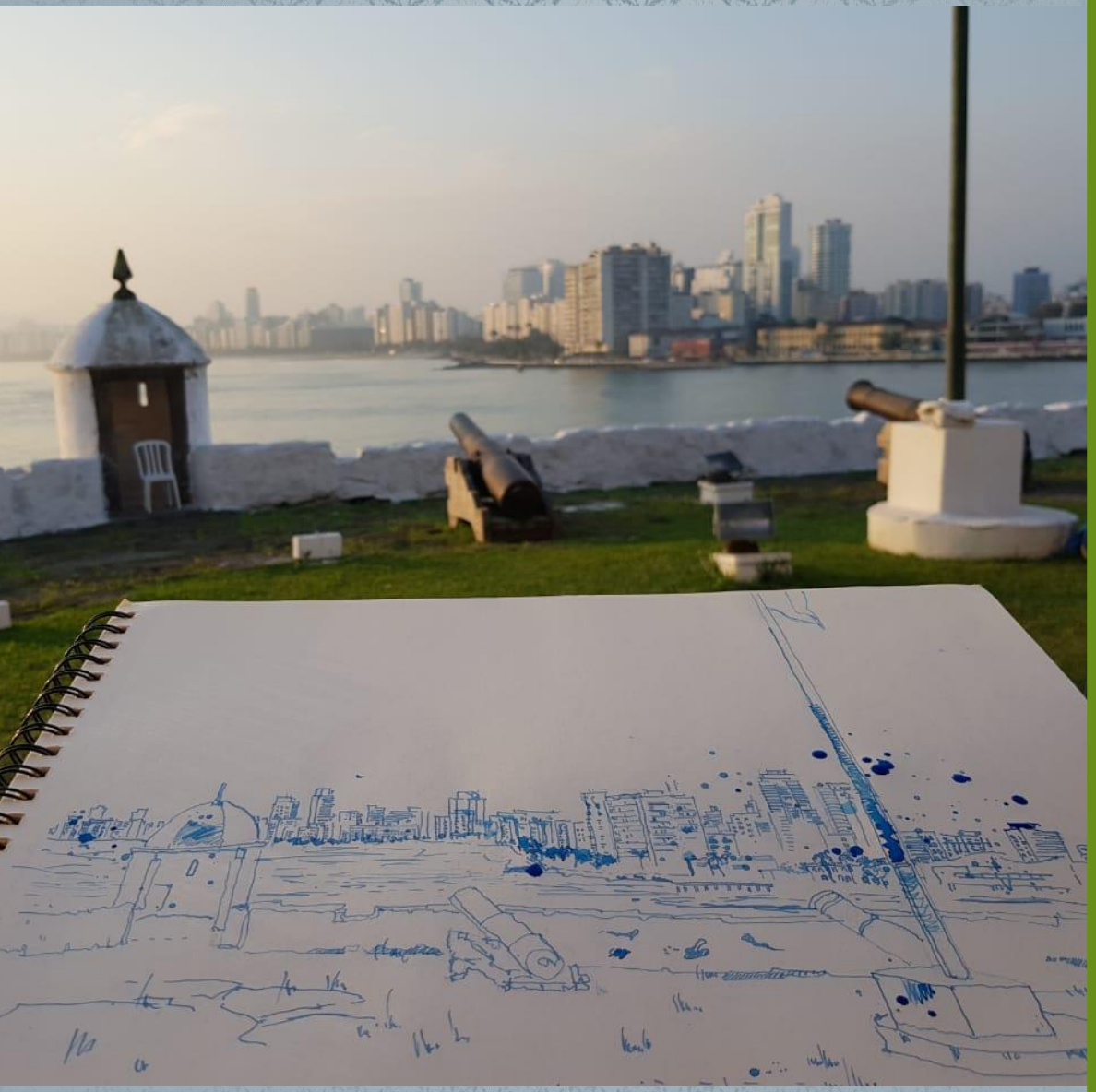


Dá-se estímulo à sensibilidade histórica reativa, na memória de cada um, no coletivo dos habitantes e usuários do sítio.

FASE 02: Apreensão Plástica: Registro e Levantamentos

O Grupo, que tem seu berço no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Santos, usa a prática do registro plástico como ferramental para apreensão da identidade local.

As visitas à Fortaleza e às comunidades trazem, registro de suas identidades e na captação plástica dos detalhes que caracterizam a edificação e sua presença e relação com o entorno, o aprimoramento do olhar para que, através da realização de sua relevância e compartilhamento com a comunidade, surja uma intenção coletiva de preservação.



SOBRE O OLHAR

- **Trazer o reconhecimento geográfico do local através de registros de mapeamento da Fortaleza e dos bairros;**

- **Percepção da paisagem;**

- **Aprimorar o olhar (“ver” no sentido filosófico).**



FASE 03: Estruturação da Referência Oral

A identidade de cada cidadão está intimamente ligada à sua oralidade e à relação que o espaço em que habita tem com a construção de suas histórias.

O Grupo de Pesquisa busca um aprofundamento e sensibilização dos moradores para o entendimento dessa presença da Fortaleza da Barra Grande em suas narrativas e na história de suas vidas como uma evidência clara do pertencimento para com o local.







É imperativo abordar tal relação com cautela e planejamento. O Grupo de Pesquisa começa com a aproximação de moradores mais presentes no espaço da Fortaleza.

A intenção dessa abordagem com entrevistas é captar, não apenas a confirmação de dados secundários sobre a população, mas aprofundar o conhecimento de aspectos mais tênues que configuram a relação com a edificação de interesse, bem como suas narrativas inclusivas e eventuais lendas e cenários da vida de cada um dos entrevistados.













“Um homem conta suas histórias tantas vezes, que acaba por se tornar as histórias que conta.

Elas continuam vivas após sua morte. E é desse modo que ele se torna imortal.”

Daniel Wallace

“...a partir do momento que me sinto olhado pela objetiva, tudo muda: ponho-me a "posar", fabrico-me instantaneamente um outro corpo, metamorfoseio-me antecipadamente em imagem.”
(BARTHES, Câmera Clara, 1984:22)









FASE 04: Videoentrevistas

O processo de captação das histórias que qualificam os moradores como elementos justificadores do conceito de Pertencimento tem no formato “videoentrevista” a indicação mais assertiva do registro possível.

A análise e investigação sobre a ficcionalidade aplicada ao discurso indica que os entrevistados tentam, durante a interação provocada pela abordagem e entrevista, entender o que se espera deles.

O que Roland Barthes chama de *efeito câmera*, traz a reboque o desafio de ler nas entrelinhas a emoção aplicada ao registro.







Referências para Videoentrevistas

"O que me interessa é um rosto que fala."
Eduardo Coutinho

Eduardo Coutinho
Cineasta, jornalista,
documentarista





http://interviewproject.davidlynch.com/

Referências para Videoentrevistas

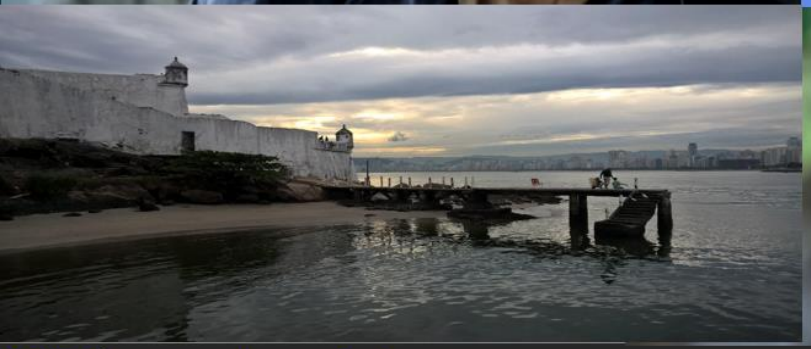
David Lynch

Cineasta, roteirista,

produtor, artista visual









Videoentrevistas

A retificação do discurso é abraçada como parte do processo que, em uma metodologia indiciária, suscita leituras múltiplas que constroem o coletivo da comunidade e sua representatividade nas muitas facetas do extrato social.











O critério de registros pode ser dividido em quatro categorias:

Representantes da Comunidade;

Moradores mais longevos, com histórias e conhecimento das transformações do local;

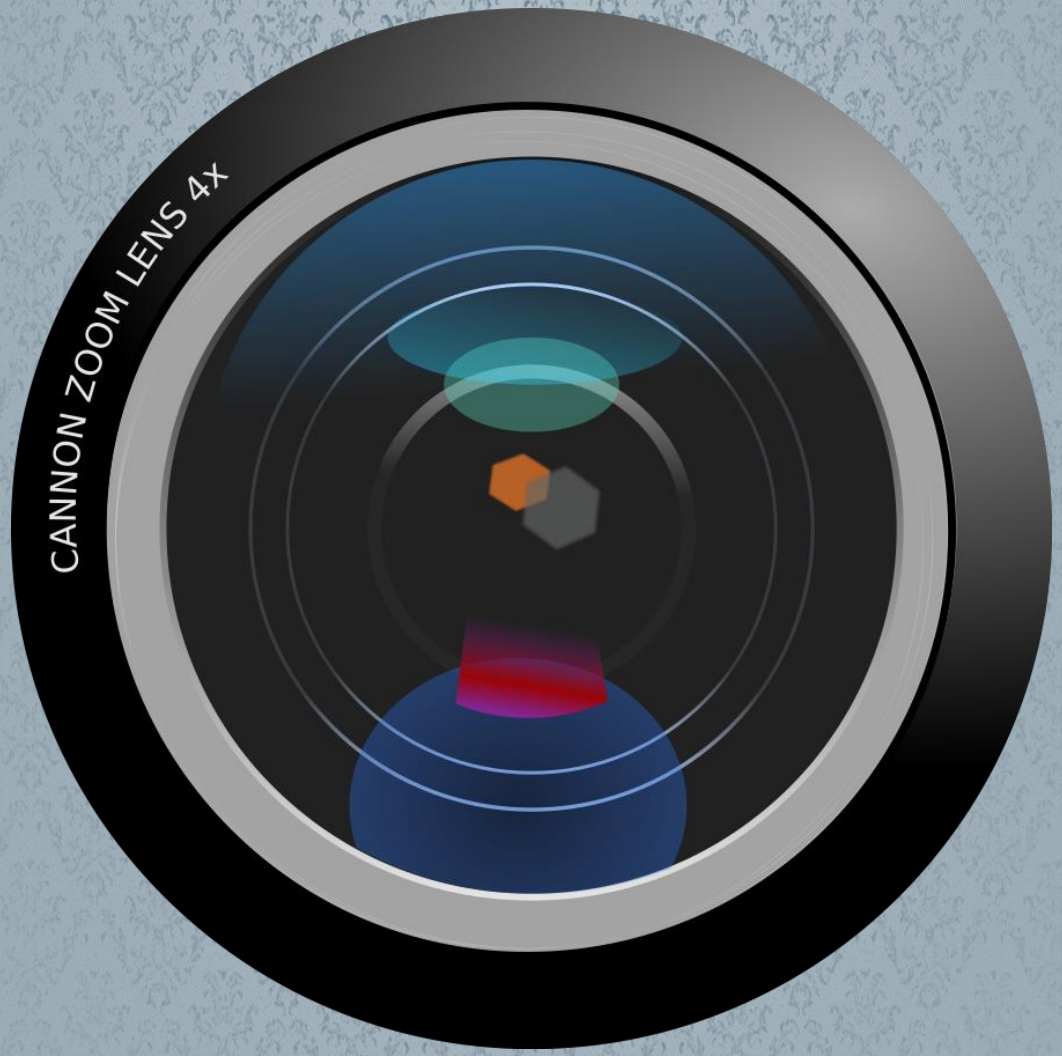
Geração mais jovem (até 30 anos) que cresceu no período hiatal em que a Fortaleza não estava sob a tutela da Universidade e, por fim;

Profissionais e Pesquisadores que têm uma visão qualificada sob os aspectos formativos da relação do bem com a comunidade da zona de amortecimento.



FICHAMENTOS

Os registros em vídeo dão subsídio a diferentes análises e geram, por fichamento, um registro adicional queserve como referência de sua participação.



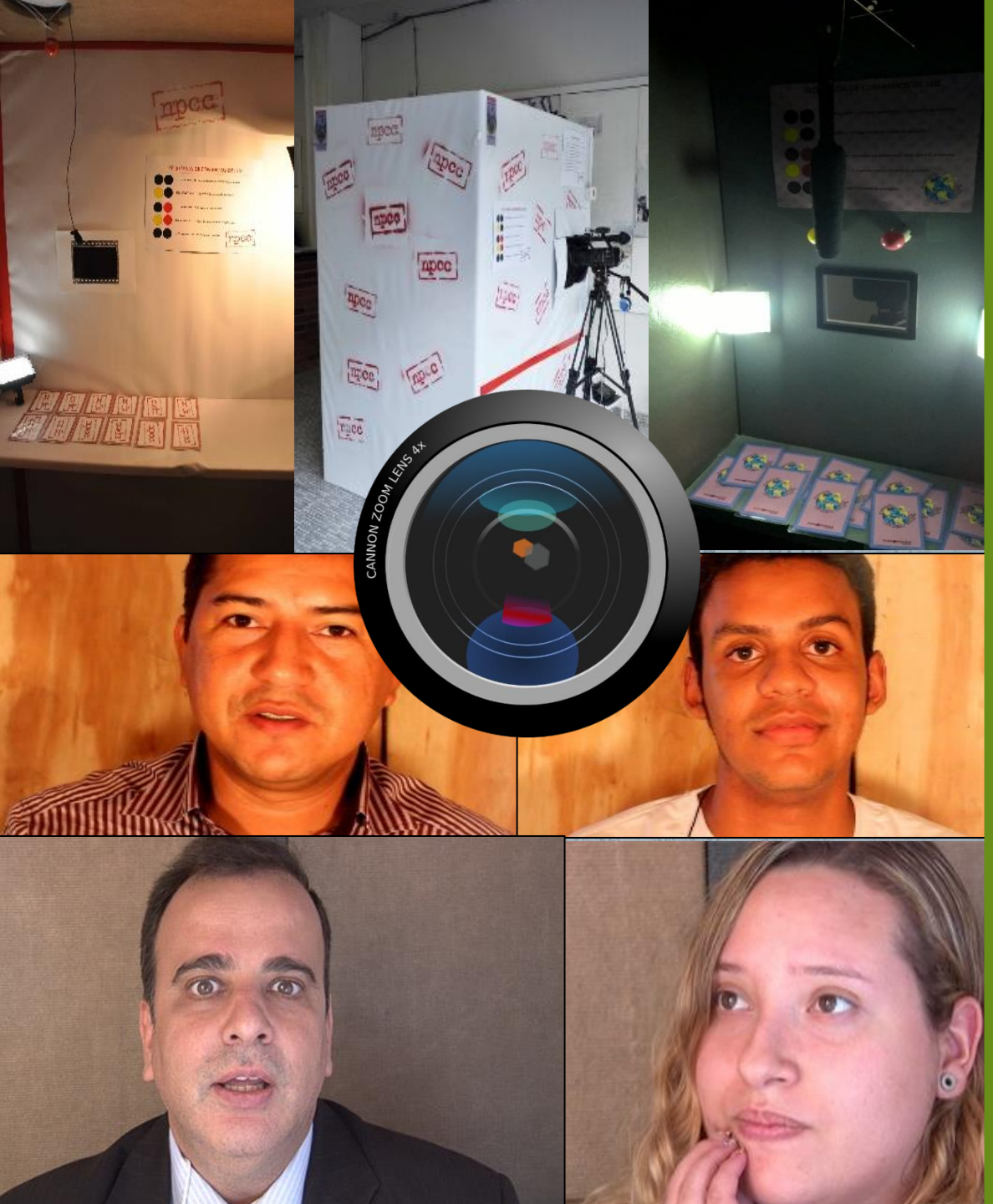
Antropologia Visual

A câmera configura-se como uma potência facilitadora da comunicação com o grupo de interesse pesquisado.

O conhecimento obtido por meio da "Câmera Participante" não é um segredo roubado, mas um processo de troca.

O filme (ou vídeo) não é tampouco pensado no registro documental - aquele que quer resgatar, salvar da extinção das culturas em processo de desaparecimento - mas é, para Jean Rouch, *uma efetiva possibilidade de compartilhar com o grupo a produção de um conhecimento em si.*

(HIJIKI, 2006)

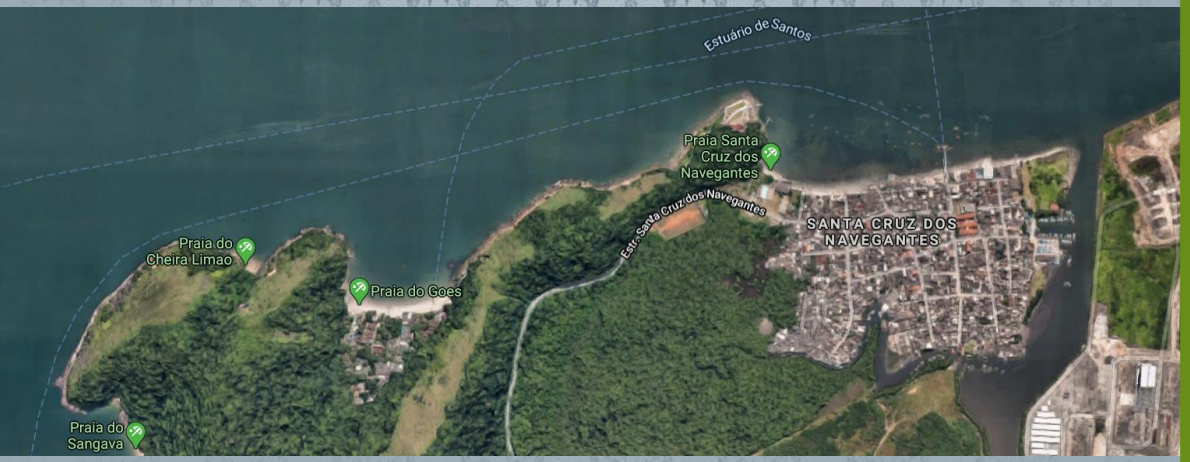


FASE 05: A Video Box

Uma vez encerrada a Fase 4, com uma compilação satisfatória de registros, o Grupo de Pesquisa elabora uma análise qualitativa dos testemunhos, edita os vídeos em recortes que podem gerar mais de uma peça audiovisual, segundo categorização de interesse, a saber, Lendas e Histórias, Narrativa de Vida de Cada Um, Relação com a Fortaleza.

A Video Box, segundo conceito desenvolvido por BARGO (2015), cria um espaço aparentemente privado e confessional que dá oportunidade à gênese de um discurso de características circulantes, mas de apropriação individualizada.





O experimento de maneira singular, pretende alterar a forma como a opinião expressa por uma audiência de interesse é captada, validando, através de um registro menos interveniente e mediador, a real opinião do indivíduo participante. (BARGO, 2015)

A Vídeo Box será instalada em locais escolhidos em mais de um ponto dentro da Zona de Amortecimento, tanto na Praia do Góes, quanto em Santa Cruz dos Navegantes, possivelmente também com uma sessão na própria Fortaleza.

O Grupo de Pesquisa estima registrar 300 depoimentos.



FASE 06: Compilação de material e criação de Website

Colhidos os depoimentos da Vídeo Box, dá-se uma nova análise de discurso dos vídeos, bem como a paralela edição dos mesmos e a preparação para divulgação no Website criado para divulgação do projeto e, em um segundo momento, para atuação como um foro de comunicação e convergência das histórias da comunidade.



O Website foi pensado para servir de plataforma para o desenvolvimento de relações com o Poder Público, agências de fomento, instituições de pesquisa e outras partes interessadas na história oral e em questões ligadas ao desenvolvimento coletivo das comunidades envolvidas no projeto.

O Website tem ainda a função de comunicar os resultados de pesquisas que derivem do Projeto inicial.

A fase final de aplicação do projeto envolve o desenvolvimento de ações para e com as comunidades da zona de amortecimento da Fortaleza da Barra Grande de Guarujá.



FASE 07: Devolutiva à Comunidade (Plástica, Projetual)

O Grupo de Pesquisa, na consolidação de sua parceria com a comunidade, engajada nas narrativas e no processo de coleta de testemunhos e depoimentos referenciais, propõe uma ação de intervenção que visa, através de sua implantação, representar uma devolutiva à comunidade enquanto refletindo os resultados da análise conduzida.

Tal proposta pode ter um espectro amplo, que pode ir desde uma intervenção de cunho artístico cultural nas comunidades até a proposição de legislação que beneficie e atenda à eventuais demandas registradas nos depoimentos coletados.



Projetos Possíveis

Parcerias com Poder Público (municipal, estadual, federal)

Apoio da Universidade Católica de Santos

Suporte à Comunidade e incentivo à ações levantadas na pesquisa

Criação de espaço / foro virtual para integração e desenvolvimento de ações e projetos com suporte dos parceiros envolvidos



Olhar para trás,
e ver o futuro.

Olhar o futuro,
e entender o que
somos por trás.

ROBERTO LEMOS DOS SANTOS FILHO
Juiz Federal Titular da 5ª Vara Criminal de Santos-SP
Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade Católica de Santos - UNISANTOS
Pós-graduado em Antropologia pela Universidade Sagrado Coração - USC-Bauru/SP

ADENDA II

NORMAS PROTETORAS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

O patrimônio cultural serve como testemunho, como referência do passado, necessário para a compreensão e construção do futuro.

Serve como alicerce sobre o qual a civilização, como um todo, se edifica e evolui.

No sistema constitucional brasileiro a proteção ao patrimônio cultural foi pela primeira vez contemplada na **Constituição de 1934.**

Patrimônio Cultural – Conceito

Na legislação nacional, o primeiro conceito legal de patrimônio histórico cultural foi estabelecido pelo art. 1º do Decreto Lei nº 25/1937, nos seguintes termos:

> "O *conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País, cuja conservação seja de interesse público, quer por vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico*".

Na atualidade, a conceituação formal - legal sobre *patrimônio cultural* está sedimentada na disposição contida no art. 216 da Constituição, assim concebido:

"Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico".

A Constituição em vigor não faz restrição a qualquer tipo de bem, que podem ser *materiais* ou *imateriais*, *singulares* ou *coletivos*, *móveis* ou *imóveis*, ou seja, todas as espécies são passíveis de proteção independentemente do fato de terem sido criadas por intervenção humana.

A definição de patrimônio cultural assente na doutrina é no sentido de se tratar de:

"*Conjunto de bens, práticas sociais, criações materiais ou imateriais de determinada nação, que serve de referência, de testemunho às gerações presentes e futuras, constituindo de valor de pertencimento público, que deve ser protegido pelo Estado*".

Para que seja considerado como patrimônio histórico é necessário a *existência de nexo vinculante* com a identidade, a ação e a memória de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Constituições Brasileiras

No sistema constitucional brasileiro a proteção ao patrimônio cultural foi pela primeira vez contemplada na **Constituição de 1934**. Referida Constituição atribuiu à União e aos Estados a competência de "*proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de arte*" (art. 10, inciso I).

A **Constituição de 1937** ditava que "*os monumentos históricos, artísticos ou naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela Natureza, gozam de proteção e dos cuidados especiais da Nação, do Estado e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional*" (art. 134)

A **Constituição de 1946** previa que "*as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza, ficam sob à proteção do Poder Público*" (art. 175).

A Emenda Constitucional de **1969** repetiu o disciplinado pela Constituição de 1967 (art. 180 e parágrafo único)

A **Constituição de 1967** em seu art. 173 preconizava que "*o amparo à cultura é dever do Estado*", ditando o parágrafo único do mesmo dispositivo que:

"*ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.*"

A **Constituição de 1988** assim tratou da matéria :

“Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

A Constituição vigente não faz qualquer restrição a qualquer tipo de bem, havendo quem defenda, inclusive, que o art. 216 não constitui rol taxativo, posto que utilizada a expressão "*nos quais se incluem*", admitindo, portanto, que outros possam existir.

Natureza Jurídica

De acordo com o art. 215 da Constituição em vigor:

"Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais."

A teor do disposto no parágrafo 1º do art. 216 da Constituição:

"Art. 216. (...)

§ 1º. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação."

Dos dispositivos constitucionais citados, extrai-se a atribuição de *dever ao Poder Público*, com a colaboração da comunidade, *a preservação do patrimônio cultural*.

A Constituição torna certa a *natureza de bem difuso*, pertencente a todos, num domínio preenchido pelos elementos de fruição – uso e gozo do bem -, sem comprometimento de sua integralidade, para que outros titulares, inclusive das próximas gerações, também possam exercer com plenitude o mesmo direito.

O patrimônio cultural deve ser fruído pela geração presente, sem prejudicar a possibilidade de fruição das gerações futuras.

Competência - Legislativa e Material

Segundo a Constituição, a *competência legislativa* (poder de editar lei) relativa à proteção do patrimônio cultural, turístico e paisagístico é *concorrente* (art. 24, inciso VII, da Constituição).

Compete à União a edição de *normas gerais* relacionadas ao patrimônio histórico, turístico e paisagístico, cabendo aos Estados, Distrito Federal e Municípios *complementá-las* (competência complementar).

No que tange à competência material, o art. 23, incisos III, IV e V, da Constituição preconiza:

"Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...)

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;"

Como se extrai do art. 23 da Constituição, todos os entes públicos federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), possuem competência para a elaboração de planos e solução de questões relacionadas ao patrimônio cultural.

Releva notar que, além dos entes públicos federados, a Constituição de *1988 atribuiu a todos* o dever de preservação dos bens culturais, sobressaindo daí o caráter difuso desse direito.

De fato, ao estabelecer ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, o dever de preservar o patrimônio cultural brasileiro, o art. 216, parágrafo único, da Constituição assentou a natureza de bem difuso do patrimônio cultural, vale dizer, que o patrimônio cultural pertence a todos e por todos deve ser protegido.

Instrumentos Normativos

Principais Normas Infraconstitucionais Reguladores das Questões Afetas à Matéria

- Decreto-Lei nº 25/1937- O*rganiza o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ;*

- Decreto-Lei nº 3.866/1941 – *Tombamento*;

- Lei nº 3.924/1961 – *Dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos Pré-históricos*;

- Lei nº 6.292/1975 – Dispõe sobre o Tombamento dos Bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

- Decreto nº 3.551/2000 – Estabelece o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial;

- Código Penal – art. 180 (receptação);

- Lei nº 9.605/1998- Crimes Ambientais.

O desinteresse pela cultura e a certeza de sanções brandas ou até mesmo inexistentes, na prática, geram uma certa sensação de impunidade, propiciando, consequentemente, comportamentos de reiterada omissão que redundam na lenta degradação ou mesmo na destruição completa de bens culturais de valor inestimável.

Meios de Tutela

Administrativos:

tombamento, desapropriação, inventário; vigilância e registro.

Judiciais:

ação popular; ação civil pública, mandado de segurança.

Proteção Internacional dos Bens Culturais

A proteção de um patrimônio mundial, cultural e natural pode ser insuficiente em escala nacional, pois não raro se faz necessária a disponibilização de recursos econômicos de grande vulto.

Com o fim de minimizar as ameaças de degradação e evitar o desaparecimento de bens de relevante valor à humanidade, instituiu-se a proteção internacional de bens culturais.

De acordo com o Preâmbulo da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO/1972), considera-se que "*a degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento nefasto do patrimônio de todo o mundo*".

Em âmbito internacional, a proteção internacional dos bens culturais é regulada pela *Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, adotada aos 23.11.1972, em Paris, pela Conferência Geral da UNESCO.

Essa Convenção passou a integrar o ordenamento jurídico brasileiro em 12.12.1977, por força do Decreto nº 80.978.

A UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura –, uma das agências especializadas da ONU - Organização das Nações Unidas, é responsável pela criação, implementação e manutenção do sistema mundial de proteção de bens culturais.

Patrimônio cultural – obras arquitetônicas, grupos de construções possuidores de grande valor do ponto de vista da história, da arte ou da ciência, obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza de valor excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Patrimônio natural – locais ou zonas naturais com valor universal excepcional (VUE) do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.

Atenta ao fato de a degradação e o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constituir prejuízo ao patrimônio de toda a humanidade, a UNESCO adotou a Convenção que estabelece regras e meios para identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural.

Procedimento para Inscrição na Lista do Patrimônio Cultural e Natural Mundial

O procedimento para inscrição de bem cultural na lista do patrimônio cultural e natural mundial é composto por quatro fases:

1. *Identificação do bem* – o Estado integrante da convenção e interessado em promover a inscrição de um bem situado em seu território prepara um inventário dos bens;

2. *Proposta de inscrição* – deverá especificar o bem, assim como descrever sua situação, fornecendo informações e indicando os critérios nos quais ele se enquadra para ser inscrito;

3. *Avaliação* – o centro do patrimônio mundial verifica se as formalidades foram preenchidas e encaminha a documentação para o órgão técnico especializado, o qual deverá opinar sobre o *valor universal excepcional* do bem.

4. *Decisão* – de acordo com o parecer das agências especializadas, o bem é recomendado para o comitê, a quem cabe a decisão final, aceitando ou rejeitando o bem proposto.

A apresentação de novas propostas deve ser realizada até 1º de julho de cada ano, e o Comitê deve deferir ou não a proposta de inscrição em dezembro do ano seguinte.

A **Lista do Patrimônio Mundial** está em permanente expansão, posto que a cada ano cerca de trinta novos sítios são inscritos. Visa a adoção de medidas de salvaguarda dos bens, inclusive, se o caso, com o auxílio internacional, através do Fundo do Patrimônio Mundial.

Fundo para o Patrimônio Cultural e Natural Mundial

O Fundo para o Patrimônio Cultural e Natural Mundial, em conjunto com a lista dos bens, forma um dos meios para alcançar os objetivos de minimizar as ameaças de destruição e degradação do patrimônio cultural e natural mundial da convenção.

Esse fundo é formado pelas contribuições obrigatórias e voluntárias dos Estados integrantes ou de qualquer instituição que queira contribuir.

Importante destacar que a existência do fundo não retira a responsabilidade do Estado de proteger, conservar e valorizar os bens que integram a lista, através de seus próprios recursos.

A UNESCO fornece aos Estados que necessitam assistência internacional no plano técnico, científico e financeiro, sendo este último caso por meio do Fundo para o Patrimônio Cultural e Natural Mundial.

Consequência da inclusão de um bem na lista do patrimônio mundial é a possibilidade do Estado parte poder solicitar assistência internacional em favor dos bens do patrimônio cultural ou natural do seu território – proteção, conservação ou restauro –.

Bens Nacionais Inscritos na Lista da UNESCO

O Brasil possui 15 (quinze) bens formadores do patrimônio cultural nacional inscritos na lista da UNESCO, a saber:

1. 1980 - A Cidade Histórica de Ouro Preto, Minas Gerais
2. 1982 - O Centro Histórico de Olinda, Pernambuco
3. 1983 - As Missões Jesuíticas Guarani, Ruínas de São Miguel das Missões, Rio Grande de Sul e Argentina
4. 1985 - O Centro Histórico de Salvador, Bahia
5. 1985 - O Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, Minas Gerais
6. 1987 - O Plano Piloto de Brasília, Distrito Federal
7. 1991 - O Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, Piauí
8. 1997 - O Centro Histórico de São Luís do Maranhão
9. 1999 - Centro Histórico da Cidade de Diamantina, Minas Gerais
10. 2001 - Centro Histórico da Cidade de Goiás

11. 2010 - Praça de São Francisco, na cidade de São Cristóvão, Sergipe

12. 2012 - Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar

13. 2016 - Conjunto Moderno da Pampulha

14. 2017 - Sítio Arqueológico Cais do Valongo

15. 2019 - Paraty e Ilha Grande - Cultura e Diversidade

No ano de 2015 o governo brasileiro apresentou, através do IPHAN, seis bens culturais a serem incluídos na Lista do Patrimônio Mundial:

Geoglifos do Acre (AC), Teatros da Amazônia (AM e PA), Itacoatiaras do Rio Ingá (PB), Barragem do Cedro nos Monolitos de Quixadá (CE), Sítio Roberto Burle Marx (RJ) e um conjunto de fortificações, no qual foram incluídos o Forte São João – Bertioga/SP e a Fortaleza da Barra Grande - Guarujá/SP.

A importância histórica dessas fortificações vem sendo defendida com afinco pelo Coronel Elcio Rogerio Secomandi via palestras, exposições iconográficas e publicações, onde demonstra o relevante papel desses conjuntos históricos arquitetônicos para a formação do Brasil.

A sinalizar a importância dessas fortificações no desenvolvimento do país, é o relato do citado Mestre no sentido de que foi do Forte São João, em Bertioga-SP, em 01.03.1565, que partiu a esquadra de Estácio de Sá para fundar a cidade do Rio de Janeiro.

A inclusão do conjunto de fortificações brasileiras na Lista do Patrimônio Mundial/IPHAN, entre elas a Fortaleza de Santo Amaro e o Forte São João (Guarujá e Bertioga), é de grande importância para a proteção desses bens de inestimável valor cultural, que devem ser preservados para as presente e futuras gerações.

Por certo, a providência é de grande relevância para a região da Baixada Santista, para o Estado de São Paulo, para o Brasil e para toda a humanidade.

Roberto Lemos dos Santos Filho

rlsfilho@jfsp.jus.br

BIBLIOGRAFIA

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro.* São Paulo: 2001, Editora Saraiva, 2,ª edição.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro.* São Paulo: 2013, Malheiros Editores, 21ª edição.

_____ *Ação Civil Pública (ambiente, consumidor, patrimônio cultural) Tombamento.* São Paulo: 1987, Editora Revista dos Tribunais, 2ª edição.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. *A Tutela do Patrimônio Cultural sob Enfoque do Direito Ambiental.* Porto Alegre: 2007, Livraria do Advogado Editora.

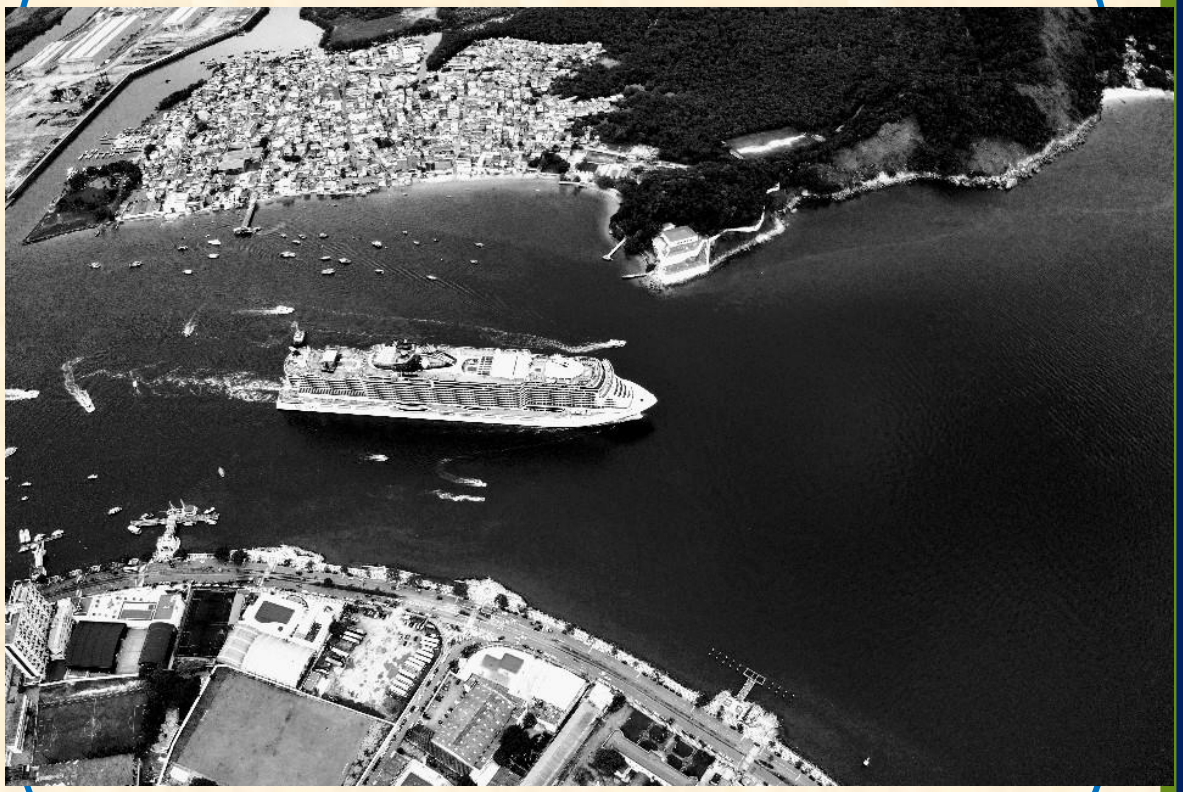
MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Estudos de Direito do Patrimônio Cultural.* Belo Horizonte: 2012, Editora Forum.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. *Estudos de Direito do Patrimônio Cultural.* Belo Horizonte: 2012, Editora Forum.

PEREZ, Cesar Bargo. *Turismo Virtual Em Fortificações Coloniais Do Brasil.* San Francisco, USA: 2020, ACADEMIA.EDU, V. 4 e V. 5, disponível em: https://www.academia.edu/43598339/TURISMO_VIRTUAL_EM_FORTIFICACOES_COLONIAIS_DO_BRASIL. Acesso em 05.08.2020

SECOMANDI, Elcio Rogerio. *Porto de Santos, Armada no mar e Bandeira na Terra.* São Paulo: 2014, Comercial Editora Hermano & Bugarelli Ltda.

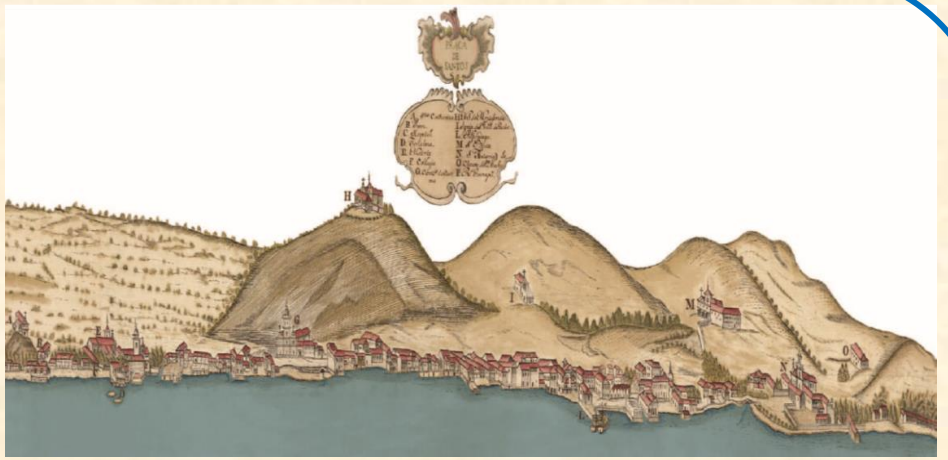
_____ *Turismo Virtual Em Fortificações Coloniais Do Brasil.* San Francisco, USA: 2020, ACADEMIA.EDU, V. 4 e V. 5, disponível em: https://www.academia.edu/43598339/TURISMO_VIRTUAL_EM_FORTIFICACOES_COLONIAIS_DO_BRASIL. Acesso em 05.08.2020

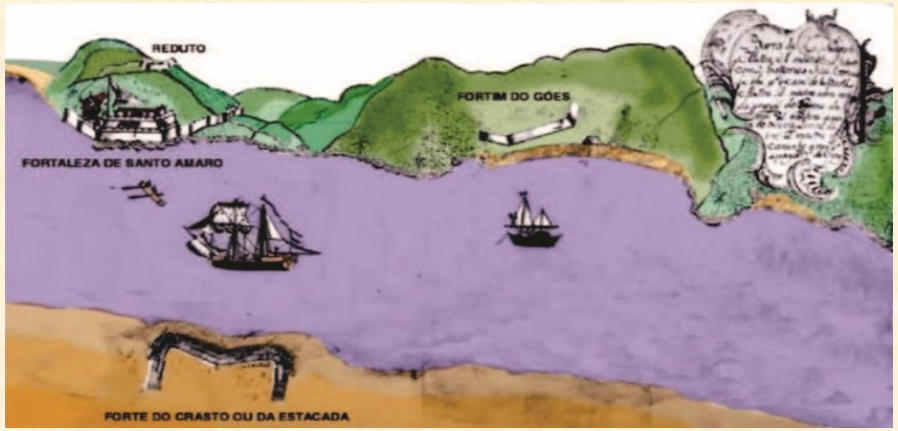


SINÓPSE ECONÔMICA

Neste livro digital procuramos desenvolver uma *leitura geopolítica* sobre a formação da nossa nacionalidade, com ênfase no Porto de Santos, onde tudo se iniciou formalmente com a chegada da esquadra de Martim Afonso de Souza (1532).

Foi a partir da Vila de Santos que se deu o primeiro aprofundamento terrestre para o interior, transpondo a barreira da Serra do Mar, para fundar a Vila de São Paulo de Piratininga (1554).





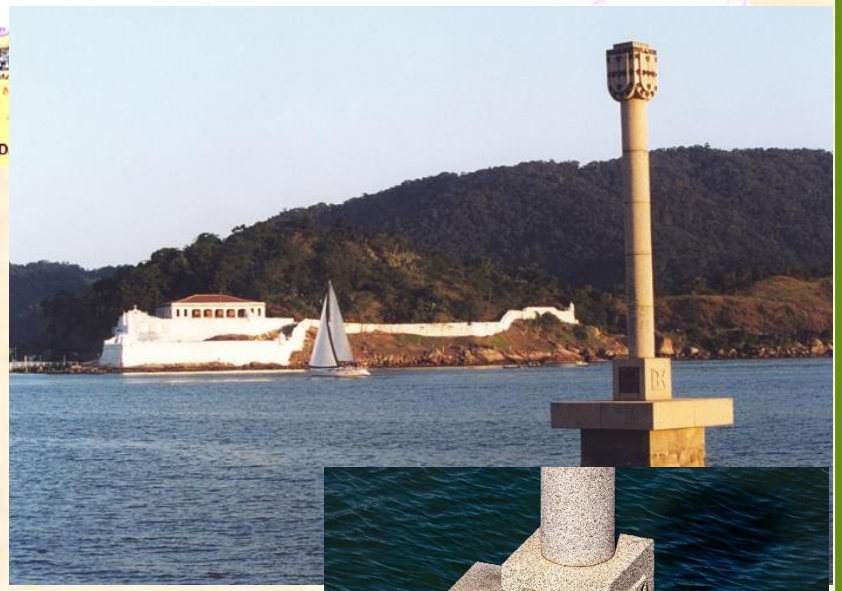
O Porto de Santos guarda, ao longo de sua história, uma marcante história econômica, aqui descrita por meio de alguns nomes populares marcantes, deste os tempos de antigamente, tais como:

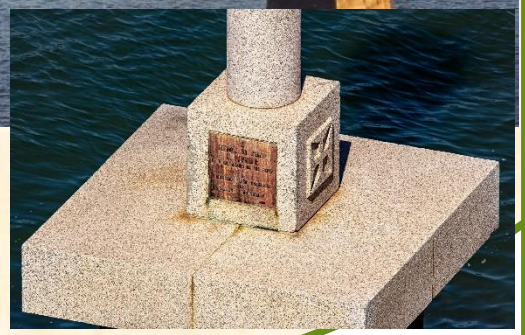
porto de escravos, porto do açúcar, porto do sal, novamente **porto do açúcar, porto da morte, porto do ouro, porto do café, porto de tudo**


66

E, tudo começou no dia 22 de janeiro de 1502, quando Gonçalo Coelho descobriu um “rio (estuário) entre as ilhas de Guaiaó (atual Ilha de São Vicente) e Guaibê (Ilha de Santo Amaro), ao qual denominou de Rio de São Vicente” – estuário marítimo natural que abriga o Porto de Santos.







Na sua embocadura e lado oposto onde hoje está a Fortaleza de Santo Amaro, ele ancorou e ali instalou o Porto de São Vicente. As pessoas iam a pé, pela praia, até a Vila de São Vicente.

Por trinta anos, apenas abasteceu os navios espanhóis com alimentos, escravos e índios Tupinambás aprisionados. Era conhecido como

Porto dos Escravos





Com a chegada de Martim Afonso de Souza (1532) foram abertos vários engenhos de açúcar. Em 1540, Brás Cubas transferiu o porto para o "Lagamar de Enguaguaçu", para dar apoio à produção e a exportação do açúcar, daí a denominação

Porto do Açúcar



Por um bom período o porto passou a depender da comercialização do sal, e Santos tornou-se

Porto do Sal.

Com a descoberta do ouro, já na Capitania de São Paulo e das Minas de Ouro (Séc XVII), passou a ser chamado de

Porto do Ouro.

Mas, com os “novos caminhos” (meados do Séc XVII) perdeu a importância e autonomia e terminou o século novamente como

Porto do Açúcar.



No Séc XIX, o consumo de café tornou-se “moda” e foi o principal responsável pela implantação da Estrada de Ferro São Paulo Railway, em 1867, ligando o Porto de Santos ao planalto, alcançando a Vila de Jundiaí. Daí o nome

Porto do Café.

O Ciclo do Café foi também o responsável pela proliferação da febre amarela, da varíola, da peste bubônica, do tétano e da tuberculose, endemias que fizeram de Santos o

Porto da Morte.







No Séc XX, Santos despiu-se das antigas roupagens coloniais e a cidade, aos poucos, tomou feição própria e hoje abriga o maior porto das América do Sul...

Porto de Tudo.





No período colonial, os navios à vela “desfilavam” diante da Fortaleza de Santo Amaro para aportar em Santos.

Hoje, os navios modernos continuam a “desfilar” diante das rústicas e espessas muralhas do mais expressivo conjunto arquitetônico-militar colonial do Estado de São Paulo.

E assim, encerramos este ensaio na esperança de conquistar novos adeptos ao projeto que visa colocar o Estado de São Paulo na listagem da UNESCO com o primeiro (talvez dois) título de

PATRIMÔNIO MUNDIAL

CRÉDITOS DAS ILUSTRAÇÕES Páginas (slides)

1 – Capa das edições impressas. Foto Berenice Kaufmann
2 – Mapa de São Vicente de "Reys-boeck van het rijcke Brasilien" (1624), IPHAN.SP
Logomarcas de apoios institucionais
3 – Logomarcas de instituições culturais das quais o autor é membro efetivo. Fotos: Tanyra Secomandi
5 – Réplica de quadro de benedito Calixto entregue ao prefeito do Rio de Janeiro, 2015, 450 anos da fundação da Cidade do Rio de Janeiro e réplica de imagem da estátua de Raposo Tavares, o Bandeirante, existente no Museu do Ipiranga, São Paulo, SP
6 – Capa de livro do autor
7 - Tratado de Madri, 1750. História do Exército Brasileiro, v 1, p. 325 e Detalhe da "Planta da Vila de Santos" Século XVIII. Arquivo Histórico de Exército
8 – Logomarca do Somos Todos Fortes, Cesar Bargo Perez e escaneamento Constituição 1988, Portal do Senado Federal
12 e 13 – Capa da Revista do Centro de Estudos de Arquitetura de Almeida, 2014, scaneada
14 – Folder Cerimônia Fundação da Cidade do Rio de Janeiro, 2015; Foto veleiros, Volney Bernal
15– Convite Cerimônia Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Santos, 2015. Foto: arquivo Unisantos
16 - Forte dos Andradas.Fotos Victor Hugo Mori e Eliane Carmo
17 – "Reduto que D. Luís mandou fazer na Barra de Santos, Biblioteca Nacional / IPHAN/SP
18 – Capa da Revista Exército Brasileiro, Vol 156, 2020
19 – Mapa Fernão Vaz Dourado,https://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa110g.htm
20 – Portal Fortalezas.org / UFSC
21 – Capa de livro do autor, edição impressa, citada na página 1
22 – Projeto de defesa do Porto de Santos. Erico A. Oliveira, c. 197, Arquivo Histórico do Exército
23 – Painel exibido no lançamento da Exposição Iconográfica sobre as fortificações indicadas para o Patrimônio Mundial, TRF3, 2019, Assessoria de Imprensa do TRF3
24 – Forte de Monte Serrat, Salvador, BA. Foto: Victor Hugo Mori
25 – Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, Guarujá, SP. Foto do autor
26 – Composição de foto e desenhos: Mapa de São Vicente de "Reys-boeck van het rijcke Brasilien" (1624), IPHAN.SP / Martim Afonso de Souza, História do Exército Brasileiro, v1, p, 18 / Foto do autor (Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande)
27 – Mapa da antiga vila de São Vicente. Códice Quinhentista da Biblioteca da Ajuda. Lisboa, Portugal e desenho já citado acima
28 – Mapa da antiga vila de São Vicente. Códice Quinhentista da Biblioteca da Ajuda. Lisboa, Portugal, colorido por Victor Hugo Mori
29 – Planta topogrphica do porto e da villa de Santos, Sociedade geográfica de Lisboa cota 11 F-4
30 – Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, Guarujá, SP. Foto Antônio Carlos Freddo
31 – Rompe-se o cordão de Tordesilhas. Síntese gráfica do papel representado pelas expedições bandeirantes, História do Exército Brasileiro, v. 1, p. 225
32 – Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, Guarujá, SP e mapa do livro *Raposo Tavares: o último Bandeirante*, autor: Pedro Pinto. Foto: Victor Hugo Mori
33 – Capa do livro *Raposo Tavares: o último Bandeirante*, autor: Pedro Pinto e Monumento aos Bandeirantes (Brecheret), Ibirapuera, São Paulo, SP. Foto:Victor Hugo Mori

34 – As primeiras capitanias hereditárias. Histoória do Exército Brasileiro, v!, p. 26
70 1718 – O Brasil Militar – 1612-17. História do Exército Brasileiro, v1, p 50
35 – O Brasil Militar – 1612-17, História do Exército Brasileiro, v1, p. 50
36 – Tratado de Madri, 1750. História do Exército Brasileiro, v 1, p. 325
37 – Nora da Fortaleza de São João, Rio de Janeiro, com desenho da obra de Benedito Calixto. Foto: Espaço Cultural da Fortaleza de São João
38 – Fortaleza de Santo Amaro, Guarujá, e Forte de São João, Bertioga. Fotos: Antônio Carlos Freddo e Victor Hugo Mori
39 – Forte Orange, Itamaracá, BA. Foto: Fundação Cultural Exército Brasileiro
40 – As primeiras capitanias hereditárias. Histoória do Exército Brasileiro, v!, p. 26
41 – Mapa esquemático da Baía de Todos os Santos. (FERREIRA, p.11). Ataque do corsário Duguay-Trouin ao Rio de Janeiro em 1712. Le Brésil, 1909 (MORI, p. 55). Mapa da antiga vila de São Vicente. Códice Quinhentista da Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal
42 – Mapa "Terra Brasilis" do Atlas de Lopo Homem-Reinéis, c. 1519, Códice Quinentista, Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal
43 – Carta da Costa do Brasil da Barra de Santos a Marambaya, doc nr 1138_1143, Arquivo Histórico de Exército, desenho de Diogo Soares e Domingos Capaci_1737
44 – Canhão existente no pátio do antigo Forte Augusto, hoje Museu de Pesca de Santos e Plano de defesa do Porto de Santos, citado abaixo (43). Foto: Antônio Carlos Freddo
45 – Projeto de Defesa do Porto de Santos. Erico A.. Oliveira. C. 1897. Acervo histórico do Exército
46 - Gravura "Regnum Brasiliae" com localização das Capitanias., CX/2-15 da Biblioteca de Evora, Portugal, ilustrada com os "movimentos bandeirantes" (setas azuis)
47 – Mapa do antigo Ministério dos Transportes,, bacias hidrográficas antigo do Ministério dos Transportes
48 – Rompimento do Cordão de Tordesilhas, indicado acima (29) e mapa do antigo Ministério dos Transportes
49 – Rompimento do cordão de Tordesilhas (29) e organização militar do Brasil (1549 /1631). História do Exército Brasileiro, v. 1, p. 47
50 – Mapa do Ministério dos Transportes (45), com indicativos de rotas dos bandeirantes e foto da estátua de Raposo Tavares, Museu do Ipiranga
51 – Diferentes tipos de bandeirantes, apendendo história juntos.blogspot.com
52 – Tratado de Madri 150 (34, acima)
53 – Tratado de Madri 1750 (34 ,acima) e Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, Fortaleza, CE. Foto da Fundação Cultural Exército Brasileiro
54 – Capa dp livro Fortificações do Brasil, Annibal Barreto, Biblioteca do Exército
55 – Fortaleza de São João, Rio de Janeiro, RJ. Fotos Espaço Cultural da Fortaleza
56 – Forte de São João. Óleo sobe tela, Cristiane Carbone
57 – Capa do Manuel de Preparação da Candidatura para o Patrimônio Mundial
58 – Portal do IPHAN sobre os bens indicados para o Patrimônio Mundial
59 – Ilustração do Projeto Educação Patrimonial, disponível na plataforma acedamia.edu / Fernão Vaz Dourado: https://novomilenio.inf.br/santos/mapa100g.htm
60 – Portal da Fundação Cultural Exército Brasileiro
61 a 70 – Fotos das fortificações indicadas para o Patrimônio Mundial. Forte: Fundação Cultural Exército Brasileiro
71 – Desenho do Forte de São João, Bertioga, SP. Victor Hugo Mori
72 A 75– Mapa do Circuito dos Fortes. Elcio Rogerio Secomandi e André Meireles

76 – Detalhe da “Planta da Vila de Santos” Século XVIII. Arquivo Histórico de Exército, foto e desenhos das noras da fortaleza de Itaipu, Praia Grande, DSP. Foto e desenhos: Victor Hugo Mori
77 – Forte dos Andradas, Guarujá, SP.:Fotos: Victor Hugo Mori e Eliane Carmo
78 – Acesso ao Forte dos Andradas, Guarujá, SP e fotomontagem de Victor Hugo Mori sobre pintura de Debret e lançador multíparo de mísseis
79 – Mapa do Circuito dos Fortes (70, acima)
80 – Capas do livro do autor e no manual do Circuito dos Fortes, Agência Metropolitana da Baixada Santista
81 – Mapa do Circuito fos Fortes (70, acima) e fotos dos fortes deSãoJoão, Bertioga, SP e Forte São Luís, Guarujá, SP, Victor Hugo Mori e Antônio Carlos Freddo
82 – Mapa do Circuito dos Fortes (70, acima) e fotos da embocadura do estuário de Santos. Fotos Victor Hugo Mori
83 – Mapa do Circuito dos Fortes (70, acima), mapa da vila de Santos, Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal, desenho do projeto de Masse para proteger a Vila de Santos, no local ocupado pelo Outeiro de Santa Catarina, Santos, SP. Foto: Victor Hugo Mori
84 – Linha do Tempo, de Victor Hugo Mori, na parede da Casa do Trem Bélico, Santos, SP: Fotomontagem;Vctor Hugo Mori
85 – Folder do Circuito dos Fortes, Agência Metropolitana dea Baixada Santista com texto do autor
86 – Forte de São João, Bertioga, SP. Foto: Victor Hugo Mori
87 – Forte de São Luís, Guarujá, SP. Foto: Antônio Carlos Freddo
88 – Fortaleza de Santo Amaro, Guarujá, SP. Foto: Victor Hugo Mori
89 – Museu de Pesca de Santos, antigo Forte Augusto. Foto; Antônio Carlos Freddo
90 – ”Praça de Santos, Séc XVIII, Biblioteca Nacional. Foto: Arquivo Casa do Trem Bélico
91 – Fortaleza de Itapema, Guarujá, SP. Foto; Victor Hugo Mori
92 –Casa do Trem Béllico, Santos, SP. Foto: Victor Hugo Mori
93– Fortaleza de Itaipu, Praia Grande, SP. Foto: Victor Hugo Mori
94 – Nora do Forte dos Andradas, Guarujá, SP. Foto: Eliane Carmo
93 – Reportagem do jorna a tribuna, de Santos. Carla Zomignani
96 – EDUCAÇÃO Patrimonial: Fortes, fortalezas e integração nacional. Home page do website do autor
98 – Fernão Vaz Dourado https/www.novomilenio.inf.br/santos/mapa110g.htm
99 – Registro Plástico, logo do grupo de pesquisa – autor
100 - Santa Cruz dos Navegantes – Google Maps
101 – fotos na Fortaleza de Santo Amaro, autor
102 – Santa Cruz dos Navegantes – Google Maps
103 – Fotos da comunidade de Santa Cruz dos Nasvegantes – autor
104 – Fortaleza de Santo Amaro – autor
105 – Processo de pesquisa – autor
106 – Clara Magalhães, desenhando – autor
107 – Desenho do grupo de estudos na Fortaleza de Santo Amaro – autor

108 – Roda de Conversa – autor
109 – Márcia Gomes Riesco – autor
110 – Fotos de familiares do autor – autor
111 – Preparação de Entrevista – autor
112 – Eduardo Coutinho / Frames de Edifício Mastes / Jogo de Cena – autor
113 – Interview Project David Lynch
114 – Ivan di Ferraz / Cleonice Maria da Costa – autor
115 – Entrevistados do Projeto autor
116 – Cleonice Maria da Costa - autor
117 – Ilustração PNG gratuito - autor
118 – Fotos Vídeo Box- autor
119 – Vídeo Box e Google Maps Comunidade de Santa Cruz dos Navegantes - autor
120 - Ilustração Web – Wikemedia Commons
121 – Fortaleza e Santo Amaro, à noite. Foto: Antonio Carlos Freddo
122 – Roda de Conversa – Victor Hugo Mori
123 – Ilustração Web – Wikimedia Commons
124 – Entorno da Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande - autor
152 –Embocadura da Baía de Santos. Foto: Fábio de Melo Fontes
153 – Mapa da vila de Santos, Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal e Reduto que D. Luís mandou fazer na Barra de Santos, Biblioteca Nacional
154 – Fundação da Vila de Santos – 1545 – O Capitão Braz Cubas lendo o Foral da Villa e inaugurando o Pelourinho no Pateo da Casa do Conselho. Benedito Calixto. Data da confecção: 1920-1922. Óleo sobre tela. Exposta no Museu do Café de Santos (Associação Amigos do Museu do Café)
155 – Reduto que D. Luís mandou fazer na Barra de Santos (96,acima) e foto de situação atual da Fortaleza de Santo Amaro, com o Padrão Português de Posse da Terra em primeiro plano. Fotos: Hugo Hora e Fábio Melo Fontes
156 – Calçada de Lorena, brigadeiro João da Costa Ferreira do Real Corpo de Engenharia, em desenho de Hércules Florence, c. 1825 “Acervo Fotográfico do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos - Base Avançada de Cultura e Extensão Universitária - USP - Santos” .V Seminário Internacional de História do Açúcar / 2013
157 – Porto de Santos. Foto: Berenice Kauffmann
158 – Monumento ao Trabalhador do Porto de Santos, Santos, SP. Foto: Paulo Rogerio Secomandi
159 – Composição de fotos do Porto de Santos, Santos, SP. Fotos: Hugo Hora e Fábio de Melo Fontes
160 – Fortaleza de Santo Amaro, Guarujá, SP. Foto do autor
170 – Composição de imagens constantes deste livro digital

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. Presença da Engenharia e Arquitetura na Baixada Santista. S. Paulo: Nobel, 2001.

ARAUJO FILHO, José R. Santos. O Porto do Café. Rio de Janeiro: Fundação IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1969.

BARRETO, Anibal. Fortificações do Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.

CALIXTO, Benedito. Capitanias Paulistas. São Paulo, autor, 1927.

CARONE, Edgard. Evolução Industrial de São Paulo (1889-1930). São Paulo: Senac, 2001. COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. O Porto de Santos e sua história. Santos: Editora Documentação Brasileira, 1986.

"DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA DE SÃO PAULO". Plano de Defesa da Capitania de São Paulo, dez 1800. Arquivo do Estado de São Paulo. VLII, p. 178

CASTRO, Adler Homero da Fonseca. Muralhas de pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro. Fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME). História do Exército Brasileiro: Perfil Militar de um Povo. Brasília: Fundação IBGE, 1972

FERREIRA, Arnaldo Medeiros. Major-General do Exército Português. Fortificações Portuguesas no Brasil. Lisboa: ELD/Círculo de Eleitores, 2004.

_____. Fortificações Portuguesas na Cartografia Manuscrita do Brasil. I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Rio de Janeiro, 12 e 15/10/2005.

FRIGÉRIO, Angela Maria G., ANDRADE, Therezinha F. de OLIVEIRA e Yza Fava. SANTOS – Um encontro com a História e a Geografia. Santos: Editora Leopoldianum, 1992.

MABE, Yoshime e MORI, Victor Hugo. Vento Vermelho. Folder produzido pelo IPHAN, para inauguração do painel de Manabu Mabe. São Paulo: IPHAN, 1998.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. Memórias para a História da Capitania de São Vicente. São Paulo: Martins, 1953.

MORI, Victor Hugo. Arquitetura Militar: Um Panorama Histórico a Partir do Porto de Santos. S. Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

_____Restauro da Casa do Trem Bélico. Salus, SP, 1999.

MUNIZ JUNIOR, J. Fortes e Fortificações do Litoral Santista. Santos: Obra do autor, 1982.

ORTALE, Maria Thereza. Pesquisa sobre os monumentos do Circuito dos Fortes. São Paulo: Formulário nº 2, da Embratur- Atrativos turísticos, 2004.

PAUL, Clotilde. Porto de Santos – 120 anos de história. S. Paulo: Editora Brasileira, 2012.

PACHECO, Hector et all. O Circuito dos Fortes de Ponta a Ponta. Santos: jornal laboratorial de Comunicação Social da UniSantos, Entrevista: Caderno Especial, jun. 2004.

.

REDAÇÃO, Escunas ganham destaque. A Tribuna, 10/02/2010, A-7.

REFERÊNCIA à esquadra de Diogo Flores Valdéz no Brasil: Arquivo Geral das Indias, Sevilha - Charcas 41, doc. 27, 05/08/1583, carta 1, p.6.

RODRIGUES, Samuel. Passeios de escuna desvendam o Porto de Santos de modo singular. A Tribuna, 10/01/2010, C-8.

SALGADO, Ronaldo Fidalgo e SILVA, Eraldo. Fortaleza da Barra Grande: Patrimônio Histórico Recuperado. Santos: Leopoldianum, 2000.

SECOMANDI, Elcio Rogerio. Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande. Santos: Leopoldianum, 2000.

_____. Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande: A História, a batalha, as crônicas, as intenções. In: Leopondianum, Santos (55) 116-127, 1993.

_____. Circuito Turístico dos Fortes. Santos: Leopoldianum, 2005.

SOUZA, Alberto. Os Andradas. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1922.

STADEN, Hans. Duas viagens no Brasil. 5. ed. São Paulo: Edusp, 1974.

TONERA, Roberto. *CD-ROM* Fortalezas Multimídia. Florianópolis: Projeto Fortalezas Multimídia/Editora da UFSC, 2001).

SITIOGRAFIA

https://independent.academia.edu/ElcioRogerioSecomandi

www.academia.edu/43598339/TURISMO_VIRTUAL_EM_FORTIFICACOES_COLONIAIS_DO_BRASIL

www.aprendendohistoriajuntos.blogspot.com (slide 49)

www.Secomandi.com.br

www.unnisantos.br/fortifications

http://whc.unesco.org/en/statesparties/BR

www.cultura.gov.br <buscar> Lista Indicativa 2015 Unesco

http://whc.unesco.org/en/guidelines/

a.guimaraes@unesco.org; Fabiana Pullen, (61) 2106

www.icofort.org

www.icomos.org/fr/

www.fortalezas.org

www.funceb.org.br

http://www.ltds.ufrj.br

http://www.infoescola.com/biografias/antonio-raposo-tavares/

http://portal.iphan.gov.br

internacional@iphan.gov.br

www.webnets.com.br

Sobre o autor e a coautora

Elcio Rogerio Secomandi
Professor Emérito da Universidade Católica de Santos

Membro efetivo da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, da Academia Santista de Letras, da Fundação Cultural Exército Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico de Santos. É Coronel de Artilharia, Economista, pós-graduado em Administração de Empresas (FGV - Fundação Getúlio Vargas) e Ciências Militares (ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército). É membro efetivo do ICOFORT (International Scientific Committee on Fortifications and Military Heritage) e do ICOMOS (International Counsil on Monuments and Sites)

Possui o Mérito Acadêmico, no grau de Professor Emérito, outorgado pelo Conselho Universitário da Universidade Católica de Santos; a Ordem do Mérito Cívico, no grau de Oficial, outorgada pela Liga Nacional de Defesa, o Mérito Histórico Militar, no grau de Comendador, outorgado pela Academia de História Militar Terrestre do Brasil e a Ordem do Mérito Militar, no grau de Cavaleiro, outorgada pelo Exmo Sr Presidente da República.

Representa a Fundação Cultural Exército Brasileiro no Comitê Nacional de Preparação da Candidatura para O Patrimônio Mundial de Humanidade: Conjunto de fortificações coloniais, postulante do título em 2022 – ano da Independência do Brasil.

À saudosa Professora Emérita da Unisantos_ Universidade Católica de Santos_ e Cidadã Emérita de Cidade de Santos, nossos agradecimentos.

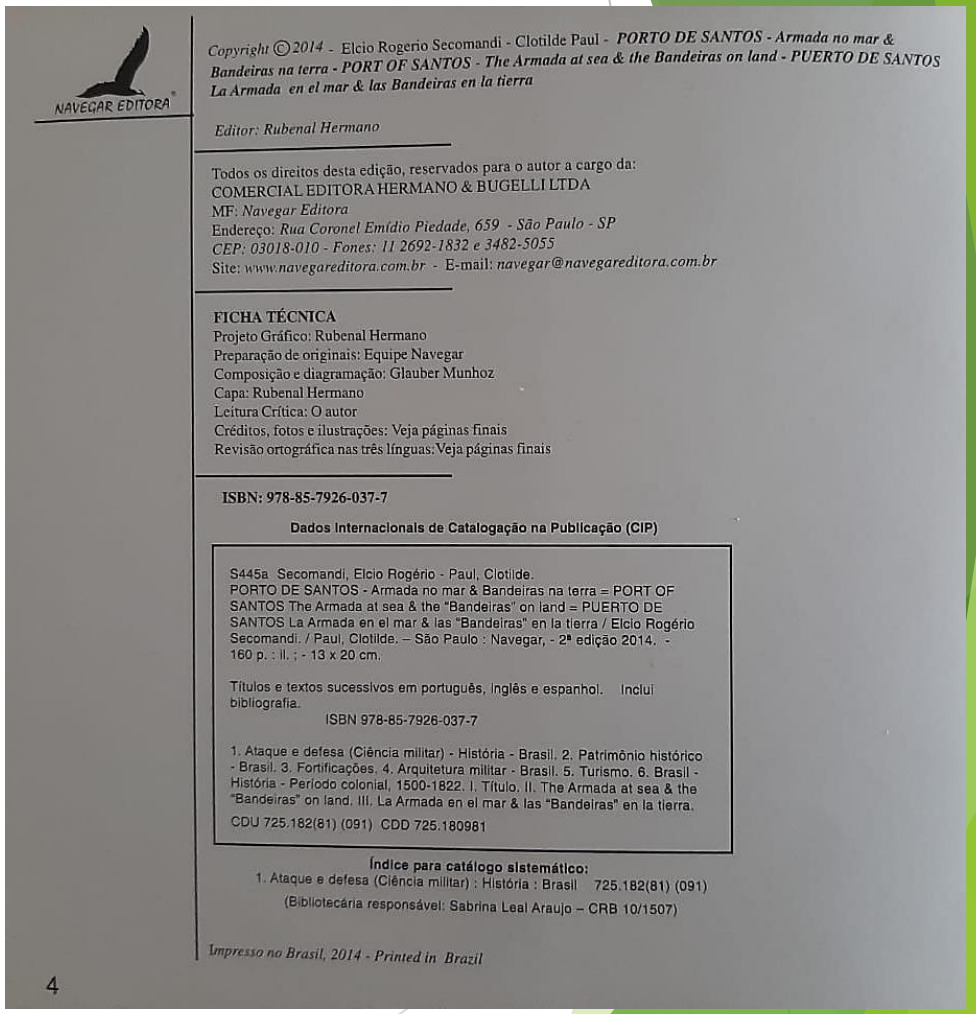
Clotilde Paul (1931 – 2015)

Acadêmica Titular da Cadeira nº 36 – Emília Freitas Guimarães – na Academia Santista de Letras – e a Cadeira nº 8 – Paulo Guimarães –no Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Formou-se em Línguas Neo-Latinas, História e Direito pela Universidade Católica de Santos, com mestrado em Literatura Portuguesa e doutorado e mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo.

Cursou diversos cursos de especialização e pós-graduação no Brasil e em Portugal, incluindo pesquisas no Vaticano. Entre os títulos e honrarias, recebeu a Comenda Infante D. Henrique, outorgada peo governo português (1981) e o prémio “Profissional Ético do ano de 2011”, outorgado pela Prefeitura Municipal de Santos. Integra o Dicionário da Mulher do Século XX, UFRGS. Foi Diretora-Secretária da Sociedade Visconde de São Leopoldo, mantenedora da Unisantos.

Ficha Técnica da 4ª edição impressa / 2015





NAVEGAR EDITORA

Copyright © 2014 - Elcio Rogerio Secomandi - Clotilde Paul - ***PORTO DE SANTOS** - Armada no mar & Bandeiras na terra - **PORT OF SANTOS** - The Armada at sea & the Bandeiras on land - **PUERTO DE SANTOS** La Armada en el mar & las Bandeiras en la tierra*

Editor: Rubenal Hermano

Todos os direitos desta edição, reservados para o autor a cargo da:
COMERCIAL EDITORA HERMANO & BUGELLI LTDA
MF: *Navegar Editora*
Endereço: *Rua Coronel Emídio Piedade, 659 - São Paulo - SP*
CEP: 03018-010 - Fones: 11 2692-1832 e 3482-5055
Site: *www.navegareditora.com.br* - E-mail: *navegar@navegareditora.com.br*

FICHA TÉCNICA
Projeto Gráfico: Rubenal Hermano
Preparação de originais: Equipe Navegar
Composição e diagramação: Glauber Munhoz
Capa: Rubenal Hermano
Leitura Crítica: O autor
Créditos, fotos e ilustrações: Veja páginas finais
Revisão ortográfica nas três línguas: Veja páginas finais

ISBN: 978-85-7926-037-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S445a Secomandi, Elcio Rogério - Paul, Clotilde.
PORTO DE SANTOS - Armada no mar & Bandeiras na terra = PORT OF SANTOS The Armada at sea & the "Bandeiras" on land = PUERTO DE SANTOS La Armada en el mar & las "Bandeiras" en la tierra / Elcio Rogério Secomandi. / Paul, Clotilde. – São Paulo : Navegar, - 2ª edição 2014. - 160 p. : il. ; - 13 x 20 cm.

Títulos e textos sucessivos em português, inglês e espanhol. Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7926-037-7

1. Ataque e defesa (Ciência militar) - História - Brasil. 2. Patrimônio histórico - Brasil. 3. Fortificações. 4. Arquitetura militar - Brasil. 5. Turismo. 6. Brasil - História - Período colonial, 1500-1822. I. Título. II. The Armada at sea & the "Bandeiras" on land. III. La Armada en el mar & las "Bandeiras" en la tierra.
CDU 725.182(81) (091) CDD 725.180981

Índice para catálogo sistemático:
1. Ataque e defesa (Ciência militar) : História : Brasil 725.182(81) (091)
(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Impresso no Brasil, 2014 - Printed in Brazil

4

Este livro digital encontra-se disponível na plataforma mundial www.academia.edu, bastando procurar pelo nome do autor ou do próprio livro. Encontra-se também no website de professor www.Secomandi.com.br e no portal da Universidade Católica de Santos www.unisantos.br/fortifications

CONVITE

O **IGHMB** convida você para um encontro virtual "ao vivo" (*live*) de encerramento das comemorações da Semana da Pátria, 2020.

Tema: ***Uma viagem virtual pelo BRASIL de encantos mil***

General de Brigada Marcio Bettega Bergo
Presidente do IGHMB

Na ocasião será lançada a 5ª edição (digital) do livro "***PORTO DE SANTOS: Armada no mar & Bandeiras na terra***" de Elcio Rogerio Secomandi / Clotilde Paul (in memoriam)

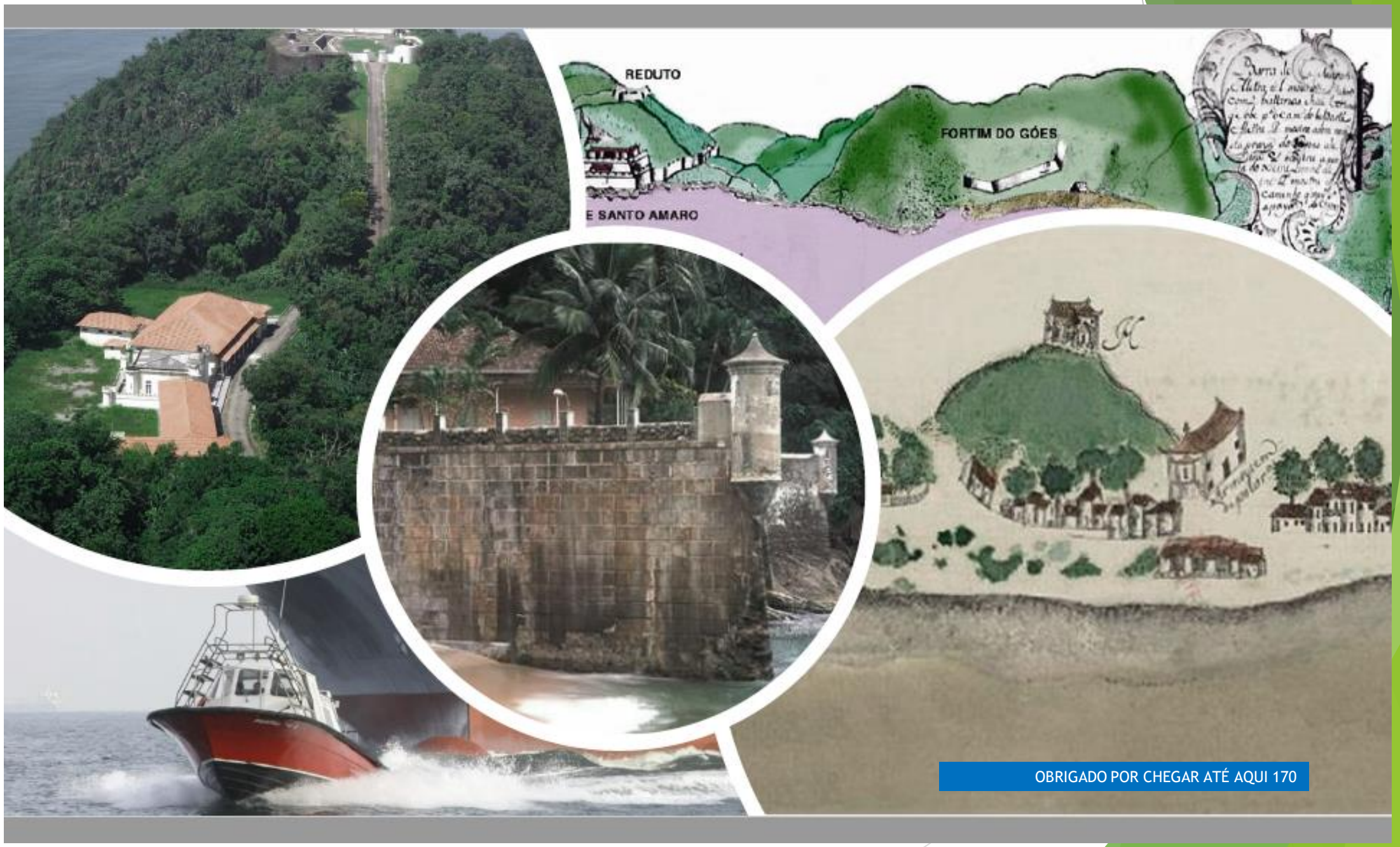
EVENTO: 12 DE SETEMBRO DE 2020, SÁBADO, (17H30)

Via **Zoom**: https://us02web.zoom.us/j/6164543465
(espaço para 100 participantes)

Transmissão em tempo real **(YouTube)**:
https://www.youtube.com/channel/UCZeO_6vwnDUNkrB-oe_1pNw

INSTITUIÇÕES APOIADORAS DO EVENTO

Academia de História Militar Terrestre do Brasil, Academia Santista de Letras, Associação dos Sargentos da Reserva do Exército Brasileiro, Associação Cultural dos Veteranos e Amigos do Regimento Raposo Tavares, Associação Amigos do Forte dos Andradas, Associação Amigos da Base Aérea de Santos, Associação Amigos da Fortaleza de Itaipu, Clube dos Veteranos do Exército, Clube Militar (Departamento Cultural), Fundação Cultural Exército Brasileiro, Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente, Instituto Histórico e Geográfico de Santos, International Scientific Committe on Fortifications and Military Heritage, Museu Fortaleza de Santo Amaro, Museu Forte de São João, Rede Hermes - Pesquisadores Internacionais de Fronteiras, Integração e Conflitos, Sociedade Amigos do Batalhão Martim Afonso, Sociedade Amigos da Marinha / Santos, somostodosfortessp, Universidade Católica de Santos (UNISANTOS).


REDUTO
FORTIM DO GÓES
E SANTO AMARO
OBRIGADO POR CHEGAR ATÉ AQUI 170